

Mensagem nº 188

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

Os méritos do Senhor Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de maio de 2015.

ESTE DOCUMENTO NÃO FAZ PARTE DO PROCESSO

Aviso nº 232 - C. Civil.

Em 28 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *ROBERTO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS*

CPF.: 606.845.427-49

ID.: 7943 MRE

1952 Filho de Helio Jaguaribe Gomes de Mattos e Maria Lucia Charnaux Jaguaribe Gomes de Mattos, nasce em 27 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1979 Engenharia de Sistemas pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1997 CAE - IRBr, O Brasil e os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento

Cargos:

1979 Terceiro-Secretário
1981 Segundo-Secretário
1987 Primeiro-Secretário, por merecimento
1992 Conselheiro, por merecimento
1998 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2005 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1979-80 Divisão de Imigração, assistente
1980-81 Coordenadoria Técnica do Departamento de Comunicações e Documentação, Chefe substituto
1981-82 Departamento Geral de Administração, assessor
1982-83 Coordenadoria Técnica do Departamento Geral de Administração, Chefe
1983-87 Missão junto às Nações Unidas, Nova York, Segundo-Secretário
1987-90 Embaixada em Montevidéu, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
1990-92 Divisão de Comércio Internacional de Produtos Avançados, Chefe substituto
1992-93 Divisão de Propriedade Intelectual e Tecnologias Sensíveis, Chefe
1993-95 Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro
1994 Conferência Especial das Nações Unidas sobre a Convenção de Armas Biológicas, Chefe de delegação
1995-98 Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria de Assuntos Internacionais, Secretário
1998-2000 Departamento de Promoção Comercial, Diretor-Geral
2000-03 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro
2003-05 Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Secretaria de Tecnologia Industrial, Secretário
2005-06 Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Presidente
2007-10 Subsecretaria-Geral Política II, Subsecretário-Geral
2010- Embaixada em Londres, Embaixador

Publicações:

1982 Beyond Confidence- Building: Brazilian-Argentine Nuclear Cooperation, in Disarmament 5, no. 3, com Georges Lamaziere

ROBERTO ABDALLA

Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos II

Departamento da Ásia do Leste

Divisão de China e Mongólia

CHINA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Abril de 2015

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Popular da China
CAPITAL	Pequim
ÁREA	9.561.000 km ²
POPULAÇÃO	1,360 bilhão
IDIOMA OFICIAL	Mandarim
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Ateus e agnósticos (42%); taoísmo e religião popular chinesa (30%); budistas (18%); cristãos (4%); muçulmanos (2%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional Popular
CHEFE DE ESTADO	Presidente Xi Jinping (2013)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Li Keqiang (2013)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Wang Yi (2013)
PIB nominal	US\$ 9,24 trilhões (2013)
PIB PPP	US\$ 16,16 trilhões (2013)
PIB nominal <i>per capita</i>	US\$ 6.807 (2013)
PIB PPP <i>per capita</i>	US\$ 11.850 (2013)
VARIAÇÃO DO PIB	9,6% (2008); 9,2% (2009); 10,4% (2010); 9,3% (2011); 7,8% (2012); 7,7% (2013); 7,5% (2014)
IDH	0,719/91º no mundo (2013)
EXPECTATIVA DE VIDA	75,3 anos (2013)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	95,1 % (2010)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	6,0% (2013)
UNIDADE MONETÁRIA	renminbi (cuja unidade básica é o iuan)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Li Jinzhang
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	11.653 (2013)

Fontes: Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Unicef.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ mil FOB; fonte MDIC/AliceWeb):

Brasil-China	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	16.392,8	23.367,9	36.443,1	36.101,9	56.381,3	77.104,8	75.476,0	83.328,3	77.956,7
Exportações	8.402,4	10.748,8	16.403,0	20.190,8	30.785,9	44.314,5	41.227,5	46.026,2	40.616,1
Importações	7.990,4	12.619,1	20.040,0	15.911,1	25.595,4	32.790,3	34.248,5	37.302,2	37.340,6
Saldo	411,9	-1.870,2	-3.637,0	4.279,7	5.190,4	11.524,2	6.979,0	8.724,0	3.275,5

PERFIS BIOGRÁFICOS

XI JINPING 习近平

***Presidente da República, Secretário-Geral do PCCh e
Presidente da Comissão Militar Central***



Nascido em Fuping, província de Shaanxi, em 1º de julho de 1953. Membro do chamado grupo dos "príncipes" (*princelings*), é filho de um ex-Vice-Primeiro-Ministro, Xi Zhongxun (1913-2002), que foi expurgado da elite dirigente à época da Revolução Cultural. Sua esposa, Peng Liyuan, é famosa cantora.

Filiou-se ao Partido Comunista da China em 1974. Graduiu-se em engenharia química pela Universidade Tsinghua (1975-79) e obteve doutorado em Direito (1998-2002) pela Escola de Humanidades e Ciências Sociais da Universidade Tsinghua, tornando-o um dos poucos da atual liderança chinesa com formação na área de humanas.

De 1969 a 1975, durante a Revolução Cultural, trabalhou no campo, na Brigada Liangjiahe, na província de Shaanxi. Desempenhou diversos cargos na seção local do Partido.

Passou grande parte de sua carreira em Fujian (1985-2002), onde exerceu diversos cargos de chefia, até ser designado Secretário Adjunto do Comitê Provincial do PCCh e promovido a Governador em 2000. Passou por Zhejiang (2002-2007), onde também chefiou diversas instâncias do poder local. De 2003 a 2007, foi Secretário do Comitê Provincial do PCCh em Zhejiang e Presidente do Comitê Permanente do Congresso Provincial do Povo de Zhejiang.

De 2007 a 2012, foi membro do 17º Comitê Central do PCCh e de seu Secretariado e do Comitê Permanente do Birô Político; Secretário do Comitê Municipal do PCCh em Xangai; e Presidente da Escola do Partido do Comitê Central do PCCh. Anteriormente, fora membro do 16º Comitê Central e membro alterno do 15º Comitê Central.

Em 2008, tornou-se Vice-Presidente da RPC. Durante a V Sessão Plenária do XVII Comitê Central do PCCh, em 2010, foi nomeado para um dos

postos de Vice-Presidente da Comissão Militar Central, consolidando-o como favorito para suceder Hu Jintao na Secretaria-Geral do PCCh e na Presidência da Comissão Militar Central, o que ocorreu por ocasião do XVIII Congresso Nacional do Partido (08-14/11/2012), e na Presidência da República, o que ocorreu em março de 2013. Manteve-se, pois, na Comissão Permanente do Politburo.

Manteve encontros bilaterais com a Senhora Presidenta da República, à margem da V Cúpula do BRICS (Durban, março de 2013); à margem da VIII Cúpula do G-20 (São Petersburgo, setembro de 2013); e à margem da IX Cúpula do G20 (Brisbane, novembro de 2014). Recebeu o Vice-Presidente da República, Michel Temer, em sua visita oficial à China, em novembro de 2013.

Visitou o Brasil como Vice-Presidente da RPC, em fevereiro de 2009. Como Presidente, realizou Visita de Estado ao Brasil, em julho de 2014, ocasião em que também participou da VI Cúpula do BRICS (Fortaleza e Brasília).

LI KEQIANG 李克强
Primeiro-Ministro do Conselho de Estado



Nasceu em Dingyuan, província de Anhui, em 1955. Ingressou no Partido Comunista Chinês (PCCh) em 1976 e se graduou na Faculdade de Direito da Universidade de Pequim em 1982, onde também obteve doutorado em economia.

Foi enviado, em 1974, para a Brigada de Produção de Dongling, na comuna Damiao, em Fengyang, província de Anhui, onde serviu como secretário da filial do PCCh até 1978. Em março do mesmo ano, foi admitido na Universidade de Pequim, onde se tornou chefe da Federação Estudantil e graduou-se em direito e economia.

Atuou como secretário, membro do Comitê Permanente e chefe do Departamento Escolar do Comitê Central da Liga da Juventude Comunista. Serviu como Secretário-Geral da Federação de Estudantes de Toda a China. Entre 1993 e 1998, ocupou posições do PCCh no 13º Comitê Central da Liga da Juventude Comunista da China. Muitos atribuem sua ascensão política a seus vínculos com Hu Jintao (ex-Vice-Presidente e Presidente da RPC) e à Liga da Juventude Comunista.

Em 1998, foi eleito Vice-Secretário do Comitê Provincial de Henan do PCCh e, no ano seguinte, tornou-se o mais jovem governador provincial, cargo que exerceu até 2003.

Entre 2003 e 2004, foi Presidente do Comitê Permanente do Congresso do Povo da província de Henan. Entre 2004 e 2007, exerceu a função de Secretário do Comitê Provincial de Liaoning do PCCh. Foi membro do Comitê Permanente do 8º Congresso Nacional do Povo e do 15º e 16º Comitê Central do PCCh.

É membro do Comitê Permanente do Birô Político (Politburo) desde 2007; por ocasião do XVIII Congresso Nacional do Partido (08-14/11/2012), manteve-se no Comitê Permanente do Politburo. Foi Vice-Primeiro-Ministro Executivo do Conselho de Estado (2008-2013), Vice-Presidente do Pequeno Grupo de Liderança de Economia e Finanças do Comitê Central (2008-2013) e Diretor da Comissão Estatal de Segurança Alimentar (2010-2013).

Por ocasião da XII Assembleia Nacional Popular, em março de 2013, foi escolhido Primeiro-Ministro do Conselho de Estado da RPC, sucedendo Wen

Jiabao. Ocupa a segunda posição na hierarquia do Comitê Permanente do PCCh.

Visitará o Brasil nos dias 19 e 29 de maio de 2015, ocasião em que será recebido pela Presidenta Dilma Rousseff.

YANG JIECHI 杨洁篪
Conselheiro de Estado (negócios estrangeiros)



Nasceu em maio de 1950, em Xangai. Entre 1973 e 1975, estudou na Universidade de Bath e na London School of Economics, no Reino Unido. É doutor em História.

Filiou-se ao PCCh em 1971. Ingressou no Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1975. Trabalhou nos Departamentos de Tradução e Interpretação (1975-83 e 1987-90) e de América do Norte e Oceania (1990-93). No exterior, serviu na Embaixada em Washington em três períodos: 1983-87, 1993-95 e 2001-2005, no último como Embaixador. Entre 1995 e 2001, foi Ministro-Assistente.

Exerceu o cargo de Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros (Américas), entre 2005 e 2007, quando copresidiu, do lado chinês, a XIV Reunião de Consultas Políticas do Brasil-China, em abril de 2007, ao lado do Embaixador Roberto Jaguaribe. Assumiu a Pasta dos Negócios Estrangeiros em maio de 2007. Visitou o Brasil como Chanceler, em janeiro de 2009.

Em março de 2011, recebeu, em Pequim, o então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antônio de Aguiar Patriota, durante encontro preparatório à visita de Estado da Presidenta Dilma Rousseff à China. Anteriormente, haviam-se reunido também, em fevereiro de 2010, quando o Embaixador Antônio Patriota, então Secretário-Geral das Relações Exteriores, visitou Pequim. Em junho de 2012, ainda como Chanceler, integrou a delegação chinesa, chefiada pelo então Primeiro-Ministro Wen Jiabao, à Conferência Rio+20.

Em março de 2013, por ocasião da XII Assembleia Nacional Popular, foi nomeado Conselheiro de Estado, responsável por negócios estrangeiros, substituindo Dai Bingguo. Nessa condição, é a mais alta autoridade chinesa na área de política externa.

WANG YI 王毅
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nasceu em Pequim, em 1953. Serviu no Exército de Libertação do Povo (PLA) por oito anos e, em 1977, iniciou estudos no Departamento de Línguas Asiáticas e Africanas da Universidade de Estudos Internacionais de Pequim. Especializou-se no idioma japonês, em que é fluente.

Entre 1982 e 1989, iniciou sua carreira diplomática no Departamento de Assuntos Asiáticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Entre 1989 e 1994, serviu como Conselheiro na Embaixada da China em Tóquio. Entre 1994 e 1995, voltou a trabalhar como Vice-Chefe do Departamento de Assuntos Asiáticos e, entre 1995 e 1998, chefiou aquele Departamento.

De 1998 a 2001, assessorou o então Ministro dos Negócios Estrangeiros Tang Jiaxuang. Entre 2001 e 2004, foi Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros até ser nomeado, em 2004, Embaixador no Japão. Em 2007, tornou-se membro do Comitê Central do PCCh (reeleito em 2012).

Entre 2007 e 2008, foi o ponto focal pelo lado chinês nas Conversações Hexapartites sobre a Desnuclearização da Península Coreana. De 2008 a 2012, foi Diretor do Escritório do Conselho de Estado para Assuntos de Taiwan. Sua gestão no Escritório foi marcada por avanços na distensão das relações com Taiwan.

Em março de 2013, por ocasião da 12ª Assembleia Nacional do Povo, substituiu Yang Jiechi no Ministério de Negócios Estrangeiros.

Esteve no Brasil, em agosto de 2000, na função de Ministro Assistente dos Negócios Estrangeiros, responsável pela área de planejamento diplomático, quando manteve reunião de trabalho sobre desarmamento e não-proliferação com o então Subsecretário-Geral Político. Em abril de 2014, visitou novamente o Brasil, para a I Reunião do Diálogo Estratégico Global entre Chanceleres e para preparar a visita de Estado do Presidente Xi Jinping, em julho daquele ano, da qual também participou.

RELAÇÕES BILATERAIS

Desde seu estabelecimento em 1974, as relações Brasil-China têm evoluído de forma intensa e assumido crescente complexidade. Ainda em 1988, os dois países iniciaram o Programa CBERS (Satélites de Recursos Terrestres Brasil-China), para construção e lançamento de satélites de monitoramento terrestre, projeto pioneiro entre países em desenvolvimento no campo da alta tecnologia. Em 1993, as relações foram elevadas à condição de Parceria Estratégica, e, a partir de 2004, passaram a contar com arcabouço institucional mais robusto, por meio do estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), a mais alta instância permanente de cooperação e diálogo entre os dois países. A COSBAN é liderada do lado brasileiro pelo Vice-Presidente Michel Temer, e da parte chinesa, pelo Vice-Primeiro Ministro encarregado de Temas Econômicos, Comerciais e Financeiros, Wang Yang.

Em 2010, foi assinado o Plano de Ação Conjunta Brasil-China (2010-2014) – PAC, que define objetivos, metas e orientações para a cooperação bilateral em seus diversos campos. Sua vigência foi estendida até 2021, e edição atualizada do documento deverá ser firmada durante a Visita do Primeiro-Ministro Li Keqiang ao Brasil, em maio de 2015.

A visita do então Primeiro-Ministro Wen Jiabao, em junho de 2012, estabeleceu três novos marcos nas relações bilaterais: sua elevação à condição de Parceria Estratégica Global, o estabelecimento do Diálogo Estratégico Global em nível de Chanceleres; e a assinatura do Plano Decenal de Cooperação para o período 2012-2021.

A visita de Estado do Presidente Xi Jinping ao Brasil (jul/2014), no transcurso da comemoração dos 40 anos das relações diplomáticas, deu novo impulso ao relacionamento bilateral e completou um ciclo de sete visitas do mais alto nível desde 2004: Presidenta Dilma Rousseff, em 2011, e duas visitas do então Presidente Lula, em 2004 e 2009, de nosso lado; e duas visitas do então Presidente Hu Jintao, em 2004 e 2010, e uma do então Primeiro-Ministro Wen Jiabao, em 2012.

DESENVOLVIMENTOS RECENTES

Encontro entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Vice-Presidente Li Yuanchao

Por ocasião da posse presidencial, a Senhora Presidenta manteve encontro com o Vice-Presidente Li Yuanchao, em 02 de janeiro passado. Entre os assuntos tratados, destacaram-se a cooperação Brasil-China-Peru para ligação ferroviária; a cooperação em energia, sobretudo petróleo e gás; e

cooperação financeira. O Vice-Presidente chinês transmitiu convite do Presidente Xi Jinping para que a Senhora Presidenta da República visite novamente a China.

Encontro entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Xi Jinping à margem da IX Cúpula do G20 (Brisbane, 16/11/2014)

No primeiro encontro entre os presidentes após a visita de Estado de Xi Jinping ao Brasil, os seguintes pontos foram ressaltados: cooperação em ferrovias e o Memorando de Entendimento entre Brasil, China e Peru sobre a Criação do Grupo de Trabalho Trilateral para uma Conexão Ferroviária Bioceânica Brasil-Peru; o lançamento do satélite CBERS 4 (*China-Brazil Earth Resources Satellite*), que se contretizaria em 7 de dezembro de 2014; a implementação da suspensão do embargo chinês à carne bovina brasileira; realização da IV Reunião da COSBAN no Brasil, em 2015; cooperação em energia solar e eólica; Reunião Ministerial do Fórum CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos)-China, realizada em Pequim, em janeiro de 2015. Na ocasião, a Senhora Presidenta da República foi convidada a visitar a China, em data de sua conveniência.

Visita de Estado do Presidente Xi Jinping

De 14 a 18 de julho de 2014, o Presidente Xi Jinping realizou visita de Estado ao Brasil, que coincidiu com os 40 anos do estabelecimento das relações diplomáticas. Participou igualmente da Cúpula de Brasília de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe e discursou em sessão conjunta no Congresso Nacional. Foram assinados 56 instrumentos bilaterais e emitido Comunicado Conjunto. Entre os resultados da visita, destacam-se: o anúncio da aprovação governamental para venda de 60 aviões da Embraer; a suspensão do embargo às exportações brasileiras de carne bovina; compromisso com o lançamento do quinto satélite CBERS em 2014; estímulo aos investimentos chineses em infraestrutura brasileira e sul-americana; e aumento do número de estudantes brasileiros na China, no âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras.

Diálogo Estratégico Global

A visita a Brasília do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Wang Yi, em abril de 2014, permitiu a realização da I Sessão do Diálogo Estratégico Global (DEG), entre Chanceleres, no contexto da Parceria Estratégica Global, estabelecida em 2012. A reunião serviu também de preparação à VI Cúpula do BRICS e à visita de Estado do mandatário chinês ao Brasil, em julho do mesmo ano. Ficou acordada a periodicidade anual das sessões do DEG, alternadamente em cada país. Previamente a cada sessão do DEG, serão realizadas reuniões dos diálogos setoriais (temas africanos; latino-americanos e caribenhos; asiáticos; Oriente Médio; direitos humanos; políticas sociais;

planejamento diplomático; e Estados Unidos). No dia seguinte à reunião do DEG, a Senhora Presidenta da República recebeu o Chanceler Wang. A II Sessão do DEG deverá ocorrer em Pequim, em 2015.

COSBAN

A Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) constitui um dos mais abrangentes mecanismos bilaterais de coordenação do Brasil com terceiros países. Foi criada em 2004 e, como memorando, é chefiada, do lado brasileiro, pelo Vice-Presidente da República e, da parte chinesa, pelo Vice-Primeiro-Ministro encarregado de temas econômicos e financeiros, atualmente Wang Yang. A estrutura atual contempla onze Subcomissões, responsáveis por ampla gama de temas: relações econômicas; cooperação científica, tecnológica; cooperação espacial; intercâmbio cultural e educacional, entre outros. Poderá vir a incorporar no futuro instâncias adicionais, para atender às demandas do relacionamento. Conta também com Grupos de Trabalho sobre temas específicos (comércio; investimentos; propriedade intelectual; questões aduaneiras; harmonização de estatísticas; e esportes). A COSBAN reuniu-se três vezes: em 2006 (Pequim), 2012 (Brasília) e 2013 (Cantão). A IV sessão deverá ocorrer no Brasil, em 2015.

A III Sessão Plenária da COSBAN teve lugar em Cantão, em novembro de 2013. Na ocasião, foram assinados os seguintes instrumentos: Plano Decenal de Cooperação Espacial 2013-2022; Memorando de Entendimento que cria Grupo de Trabalho Conjunto sobre Biotecnologia Agrícola e Biossegurança; e Protocolo sobre os Requisitos Fitossanitários para a Exportação de Milho do Brasil para a China.

Visita do então Primeiro-Ministro Wen Jiabao

A visita do então Primeiro-Ministro, no contexto da Conferência Rio+20, em junho de 2012, estabeleceu três marcos nas relações bilaterais: sua elevação à condição de Parceria Estratégica Global, o estabelecimento do Diálogo Estratégico Global em nível de Chanceleres; e a assinatura do Plano Decenal de Cooperação para o período 2012-2021.

Plano Decenal de Cooperação

O Plano Decenal de Coordenação estabelece ações prioritárias para o período 2012-2021, nas seguintes áreas:

- a) ciência, tecnologia, inovação e cooperação espacial;
- b) energia, mineração, infraestrutura e transporte;
- c) investimentos e cooperação industrial e financeira;
- d) cooperação econômica e comercial;
- e) cooperação cultural e intercâmbio entre as duas sociedades.

Visita de Estado da Presidenta Dilma Rousseff à China

A Presidenta Dilma Rousseff realizou Visita de Estado à China, no início de seu primeiro mandato (abril/2011). A visita consolidou a parceria estratégica entre os dois países e lançou a proposta de um "salto qualitativo" nas relações bilaterais, indo além da complementariedade entre as duas economias, envolvendo não somente a diversificação das exportações, mas também a conformação de parcerias industriais em direção a iniciativas que proporcionem desenvolvimentos tecnológicos. Foi realizado, por ocasião da visita, o I Diálogo de Alto Nível de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Plano de Ação Conjunta (PAC)

Na visita do então Presidente Hu Jintao ao Brasil, em abril de 2010, foi firmado, pelos Chefes de Estado, o Plano de Ação Conjunta (PAC). Predecessor do Plano Decenal de Cooperação e, inicialmente, com horizonte temporal até 2014, o PAC visa a orientar o relacionamento entre Brasil-China em todas as suas dimensões – bilateral, plurilateral e multilateral – com objetivos específicos e mecanismos de monitoramento, para as onze Subcomissões da COSBAN e para o Diálogo Estratégico entre as Chancelarias.

O PAC estipula que as reuniões da Comissão de Alto Nível se realizem a cada dois anos, em alternância, no Brasil e na China, e que suas Subcomissões se reúnam anualmente. O monitoramento do PAC está a cargo da COSBAN, cuja estrutura conta com uma Secretaria-Executiva (exercida, do lado brasileiro, pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores e, do lado chinês, pelo Vice-Ministro do Comércio responsável por Américas) e com Pontos Focais (o Diretor do Departamento da Ásia do Leste do Ministério das Relações Exteriores e do Departamento de América e Oceania do Ministério do Comércio, pelo lado chinês). Na Visita de Estado ao Brasil do Presidente Xi Jinping, em julho de 2014, acordou-se estender a vigência do PAC até 2021, coincidindo com o término do Plano Decenal de Cooperação, e foi encomendada à COSBAN a tarefa de atualizar o documento.

COOPERAÇÃO BILATERAL

Comércio

Em 2009, a China passou a figurar não apenas como maior mercado comprador das exportações brasileiras, mas também como maior parceiro comercial do Brasil, ultrapassando os EUA, pelo critério de corrente de comércio. Em 2012, a China tornou-se também o principal fornecedor de produtos importados pelo Brasil, novamente superando os EUA, o que se manteve em 2013 e 2014.

O intercâmbio comercial bilateral em 2014 foi de US\$ 77,9 bilhões (queda de 6,44% em relação a 2013, quando o total do comércio chegou a US\$ 83,33), com superávit brasileiro de US\$ 3,27 bilhões (queda de 62,45% em

relação a 2013, quando o superávit foi de US\$ 8,72 bilhões). As exportações atingiram US\$ 40,61 bilhões. As exportações de soja, minério de ferro e óleos brutos de petróleo, somadas, representaram 79,4% do total exportado para o país asiático. Do lado das importações, as compras somaram US\$ 37,34 bilhões. As compras de máquinas e aparelhos elétricos e mecânicos, somados, corresponderam a cerca de 48,4% do montante das importações.

Em 2014, o comércio bilateral com a China superou nosso intercâmbio com os EUA em cerca de US\$ 16 bilhões. Por outro lado, o comércio do Brasil com o conjunto da União Europeia superou em quase US\$ 10 bilhões o comércio com a China.

Num horizonte temporal maior, observa-se que o intercâmbio com a China saltou de US\$ 2,3 bilhões, em 2000 (quando o país respondia por, apenas, 2,1% do comércio total brasileiro), para o valor já apontado de US\$ 77,9 bilhões em 2014. No período de 2000 a 2014, o superávit acumulado pelo Brasil no comércio com a China foi de US\$ 42,7 bilhões.

A notável trajetória do comércio bilateral com a China está diretamente associada à valorização dos produtos básicos, notadamente, os complexos da soja, minérios e petróleo, cuja participação no total exportado para o país foi de 61,5%, em 2002; 76,7%, em 2009; 83,6%, em 2010; 85,0%, em 2011; 82,8% em 2012; 81% em 2013; e 79,4% em 2014.

Cabe notar, no entanto, que o aumento do peso dos produtos básicos na pauta exportadora para a China ocorreu simultaneamente à elevação, em termos absolutos, da exportação de produtos industrializados para esse país (manufaturados e semimanufaturados).

Relações empresariais Brasil-China

O Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) é instância que congrega as principais empresas envolvidas na relação bilateral e se dedica à promoção do diálogo entre representantes dos setores público e privado com o intuito de aperfeiçoar o ambiente de comércio e os investimentos entre os dois países. Criado, em 2004, juntamente com a COSBAN, com uma Seção brasileira e outra chinesa, é o principal canal institucional entre a Comissão de Alto Nível e o setor privado dos dois países. Nos últimos anos, o Conselho realizou uma série de mesas redondas com líderes de Governo, empresários e especialistas e reuniões bilaterais com a Seção Chinesa do Conselho. Foi feita a publicação de estudos inéditos sobre as relações empresariais Brasil-China, entre os quais a pesquisa sobre Investimentos chineses no Brasil (2011) e uma análise da presença brasileira na China.

Embraer

A Embraer está presente na China desde 2000, quando inaugurou seu escritório de representação em Pequim. Em 2002, foi criada, na cidade de

Harbin (Província de Heilongjiang), a Harbin Embraer Aircraft Industry Company, Ltd., *joint venture* estabelecida entre a Embraer e as empresas chinesas Harbin Aircraft Industry Group Co e Hafei Aviation Industry Co, destinada à montagem final dos jatos regionais da família ERJ-145 para o mercado chinês. Em junho de 2010, devido à crescente base de clientes, a Embraer estabeleceu a primeira subsidiária integral na China, a Embraer (China) Aircraft Technical Services Co., Ltd., focada em suporte pós-vendas. Durante a visita do então Primeiro-Ministro da China, Wen Jiabao, ao Brasil para a Conferência Rio+20, a Embraer S.A. e a Aviation Industry Corporation of China (AVIC) assinaram acordo para a fabricação, na China, dos jatos executivos Legacy 600/650, usando infraestrutura, recursos financeiros e mão-de-obra da *joint venture* iniciada em 2002.

A Embraer mantém liderança no mercado de jatos regionais na China, ao passo que na aviação executiva, o mercado tem sido dominado pelas concorrentes Gulfstream e Bombardier.

Por ocasião da visita de Estado do Presidente Xi Jinping ao Brasil, em julho de 2014, a Embraer assinou contrato de venda de 60 aeronaves da família EMB-190, com o anúncio de aprovação governamental pela parte chinesa.

Defesa comercial

Estão em vigor direitos *antidumping* provisórios ou definitivos sobre 48 produtos oriundos da China, de um total de 70 produtos de diversas origens que estão sujeitos a medidas de defesa comercial no Brasil.

Há, no Brasil, quinze processos de investigações *antidumping* em curso, das quais onze são originais e quatro são revisões. Onze dessas investigações envolvem a China.

Embora as autoridades chinesas manifestem preocupação com o grande número de medidas aplicadas e investigações brasileiras contra a China, o diálogo técnico bilateral é bastante fluido.

Reconhecimento da China como Economia de Mercado

A implementação do reconhecimento da China como economia de mercado, com base no Memorando de Entendimento de 2004, depende da aprovação de regulamento específico pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).

Nos últimos anos, a parte brasileira adotou duas medidas que conferiram maior transparência às investigações de defesa comercial: visitas *in loco* às plantas exportadoras e possibilidade de uso de dados setoriais pelas mesmas.

Empresas chinesas podem, contudo, requerer reconhecimento setorial de que atuam em economia de mercado. Os requerimentos serão analisados pela autoridade brasileira competente.

Cooperação em Agricultura

O aumento do nível de vida na China e o processo de urbanização decorrente configuram oportunidades para setores do agronegócio, como o de carnes e grãos.

Em 2014, as exportações do agronegócio para a China corresponderam a 48,2% do total. Cabe destacar o forte crescimento, em relação a 2013, das vendas de alguns produtos desse setor, como couros e peles não preparados (29,1%), carne de aves (17,7%) e algodão (75,8%).

No momento, empresas brasileiras do agronegócio negociam com a parte chinesa mecanismos de integração de cadeias produtivas. Dentre outras medidas, estuda-se a transferência para o Brasil de unidades chinesas produtoras de alimentos e um maior acesso dos exportadores brasileiros ao sistema de distribuição chinês.

Cooperação no âmbito das Subcomissões de Agricultura e de Inspeção e Quarentena da COSBAN

A Subcomissão de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da COSBAN trata de questões sanitárias e fitossanitárias relativas ao comércio bilateral, inclusive a abertura de novos mercados. Por sua vez, a Subcomissão de Agricultura da COSBAN ocupa-se de temas como cooperação em políticas agrícolas, tecnologia, pesquisa e ampliação do comércio bilateral. A primeira reunião da Subcomissão, realizada em março de 2006, discutiu cooperação nas áreas de germoplasma, biossegurança de soja transgênica e medidas sanitárias e fitossanitárias. Durante a segunda reunião, em novembro de 2010, discutiu-se o progresso da cooperação agrícola entre os dois países e houve intercâmbio de informações a respeito de biotecnologia. As partes comprometeram-se a estabelecer laboratórios conjuntos de pesquisa, por meio de acordo entre a EMBRAPA e a Academia Chinesa de Ciências Agrícolas (CAAS). Como resultado, foram estabelecidos um Laboratório Virtual da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) na China (*Labex China*), em 2011, e um laboratório da CAAS no Brasil, em 2012. Os dois lados concordaram, ademais, em coordenar posições em organizações internacionais acerca de temas agrícolas e assuntos relacionados – mudança do clima, rodada Doha e liberalização comercial. A terceira reunião ocorreu em novembro de 2013, ocasião em que foi acordada a criação do Grupo de Trabalho Conjunto Sino-Brasileiro de Biotecnologia Agrícola e Biossegurança, com o objetivo de discutir a gestão de biotecnologia e agrícola, biossegurança e pesquisa conjunta, além de questões regulatórias para melhorar os procedimentos relativos à aprovação de organismos geneticamente modificados envolvidos no comércio bilateral.

Além das reuniões das duas Subcomissões, ambos os países realizam intensa troca de informações técnicas sobre requisitos sanitários e

fitossanitários, com vistas à manutenção e ampliação do comércio bilateral, bem como superação de eventuais dificuldades comerciais pontuais.

Exportações brasileiras de carnes

O comércio de produtos cárneos teve grande impulso a partir da visita do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China, em maio de 2009, ocasião em que foram liberadas as exportações brasileiras de carne de aves.

Por ocasião da visita do Presidente Xi Jinping ao Brasil, em julho de 2014, foi anunciado o levantamento do embargo à carne bovina brasileira, então motivado por caso isolado de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), detectado em 2012. Cumpre ressaltar, no entanto, que em todos os momentos, o mercado de Hong Kong permaneceu aberto às exportações brasileiras de carne bovina.

A parte brasileira está envidando esforços com vistas a aumentar o número de estabelecimentos habilitados a exportar carnes bovina, suína e de frango para a China. São, hoje, 44 estabelecimentos brasileiros credenciados para as três carnes (29 de carne de aves, 8 de carne bovina e 7 de carne suína).

Além disso, o MAPA apresentou, em setembro passado, proposta de mecanismo de “*fast track*” para as exportações brasileiras de carnes bovina, suína e de aves. Por meio desse mecanismo, o serviço sanitário brasileiro indicaria os estabelecimentos que cumprem os requisitos sanitários definidos pela China, sem, no entanto, restringir o direito chinês de enviar missões de inspeção quando assim o desejar.

Pescado

Está prevista missão brasileira à China, no segundo semestre de 2015, para auditar sistema de inspeção de pescados naquele país, em estabelecimentos habilitados a exportar seus produtos ao Brasil. Será a primeira missão desse tipo desde a abertura do mercado brasileiro nessa área.

Investimentos

Investimentos chineses no Brasil

É possível identificar quatro fases nos investimentos da China no País. Inicialmente, os investimentos tinham por objetivo assegurar o fornecimento dos recursos naturais para atender à demanda provocada pelas altas taxas de crescimento da economia chinesa. Num segundo momento, o foco recaiu sobre o setor industrial para suprimento do mercado doméstico e como plataforma de exportação para a América Latina. Num terceiro momento, o capital chinês dirigiu-se para o setor de infraestrutura, nas áreas de telecomunicações, produção e distribuição de energia e projetos ferroviários.

Em fevereiro de 2014, o consórcio formado pela estatal chinesa State Grid (51%) e duas subsidiárias da Eletrobras - Furnas (24,4%) e Eletronorte

(24,5%) - venceu o leilão da linha que vai trazer a energia da hidrelétrica de Belo Monte até a divisa dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, percorrendo 2 mil km. Observa-se que a State Grid entrou no mercado brasileiro com a compra de ativos da espanhola Plena Transmissoras (sete empresas por USD 1,7 bilhão), em maio de 2010, tendo incrementado seus investimentos em maio de 2012, com a aquisição de linhas de transmissão de energia do grupo espanhol ACS. A empresa chinesa já detém cerca de 6 mil km de linhas transmissoras no País, distribuídas por oito Estados da Federação, cuja aquisição representou investimento de cerca de EUR 2 bilhões. Igualmente em fevereiro de 2014, a China Three Gorges (CTG ou Três Gargantas), a maior empresa de geração de energia hídrica do mundo, anunciou a aquisição de um terço da hidrelétrica de São Manoel, leiloadada em dezembro de 2013. Em março de 2013, a chinesa Yingli Solar, uma das maiores fornecedoras de painéis solares do mundo, abriu escritório em São Paulo.

Após os investimentos de mais de US\$ 10 bilhões da SINOPEC e da SINOCHEN em campos de petróleo em 2010, novos investimentos no setor foram feitos pelas CNOOC e CNPC no consórcio ganhador da 1ª Licitação de Partilha de Produção (Pré-Sal), com 10% de participação cada, juntamente com Petrobras, Total e Shell.

Empresas como BYD, JAC Motors, Sinotruk, Geely, Shineray, Chery, Foton, Great Wall, Shacman, Sany e XCGM anunciaram planos de expandir ou iniciar suas atividades no País, na produção de automóveis de passeio e pesados.

No setor de tecnologia da informação, a Lenovo consolida-se como líder nacional no mercado de computadores (*notebooks* e *desktops*) e mantém fábricas em diversos estados. A Baidu iniciou suas operações no País em 2014, mesmo ano em que adquiriu o site de vendas *online* de cupons de desconto (vendas em grupo) Peixe Urbano.

Investimentos brasileiros na China

Entre os setores objeto de investimentos brasileiros na China, destacam-se o aeronáutico (Embraer), mineração (Vale), alimentos (BRF e Marfrig) motores (Weg) e autopeças (Maxion, Marcopolo e Fras-le). Ademais, os grupos Gerdau (siderurgia) e Suzano (papel e celulose), bem como o Banco do Brasil, o Banco Itaú-BBA, o BTG Pactual, a Tramontina (utilidades domésticas), a Soprano (metalurgia hidráulica), a Oxiten (solventes), o Grupo Riachuelo (vestuário) e a empresa Caloi (bicicletas) contam com escritórios comerciais naquele país.

A Embraer deu início, em 2011, à produção de jatos executivos na China, em substituição à família EMB-145 (jatos regionais). O segmento de jatos executivos é um dos que mais cresce na aviação civil.

Há perspectivas animadoras de expansão da presença de empresas brasileiras no setor de alimentos processados (BRF – antiga “Brasil Foods” – e Marfrig).

Em 2012, a Votorantim Cimentos e o Banco do Brasil deram início a novos negócios na China. A Votorantim assumiu o controle dos ativos da cimenteira portuguesa Cimpor, que conta com cinco fábricas na China, com capacidade anual de produção de 6 milhões de toneladas de cimento.

Já o Banco do Brasil, em maio de 2014, converteu seu escritório de representação em Xangai em agência. Por sua vez, a Marcopolo está dando sequência às tratativas para a instalação de fábrica na Zona de Processamento de Exportações de Changzhou, com capital 100% brasileiro, voltada exclusivamente para terceiros mercados.

Cooperação em propriedade intelectual

A crescente importância dos temas de propriedade intelectual no relacionamento bilateral – sobretudo relacionados a questões de observância de direitos e coordenação em foros multilaterais – motivou o estabelecimento em 2009, por iniciativa brasileira, do Grupo de Trabalho Brasil-China sobre Propriedade Intelectual, com reuniões de frequência anual. O GT foi formalizado por meio de Memorando de Entendimento, assinado em abril de 2010. O Brasil é um dos seis parceiros com os quais a China mantém mecanismo de diálogo dedicado a PI. Os demais são EUA, UE, Japão, Suíça e Rússia. A China tornou-se, em poucos anos, um importante *player* global em matéria de PI, colocando-se entre os principais países de origem dos depósitos de patentes nos Estados Unidos, na Europa e no Japão.

Entre os temas tratados no âmbito do GT de Propriedade Intelectual estão: observância de direitos de propriedade intelectual, políticas públicas de estímulo à inovação e coordenação de posições em foros multilaterais. As discussões têm se concentrado no intercâmbio de informações e experiências, bem como em casos específicos de apropriação indevida de marcas, patentes e desenhos industriais de empresas brasileiras e chinesas. Atendendo à solicitação do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e a pleitos concretos de empresas brasileiras afetadas, o lado brasileiro tem buscado, em particular, aprofundar a discussão na área de observância.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais para o tomador soberano da China.

Cooperação financeira

A abertura recíproca de agências bancárias é favorecida pelo Memorando de Entendimento entre o Banco Central do Brasil e a “China Banking Regulatory Commission” (CBRC), assinado em junho de 2012, com o

objetivo de: i) aprimorar o intercâmbio de informações relacionadas à fiscalização de instituições financeiras; e ii) aumentar a cooperação entre os dois órgãos em matéria de supervisão bancária.

O instrumento fortalece a supervisão global consolidada de dependências e de subsidiárias de bancos com atuação nos dois países, o que estimula a ampliação da presença recíproca de instituições bancárias.

Até o momento, quatro bancos chineses ingressaram no Brasil. O Banco da China Brasil, subsidiária do “Bank of China”, em 2009, e o “Industrial and Commercial Bank of China” – ICBC, em 2012, obtiveram autorização para funcionamento como bancos múltiplos. Em novembro de 2013, foi anunciada a compra do brasileiro BicBanco pelo Banco de Construção da China. Além das instituições operando como banco múltiplo, em fevereiro de 2013, o Banco de Desenvolvimento da China inaugurou escritório no Rio de Janeiro, para atuação no financiamento a projetos.

Por sua vez, em fevereiro de 2014, o Banco do Brasil completou o processo para conversão de seu escritório de representação em Xangai em agência, a qual foi inaugurada em 30 de maio daquele ano.

Por ocasião de encontro entre a Senhora Presidenta da República e o então Primeiro-Ministro Wen Jiabao (Rio de Janeiro, 21/6/2012), foi anunciada a decisão de estabelecimento de mecanismo de *swap* cambial entre o Brasil e a China, no valor máximo de R\$60 bilhões/CNY 190 bilhões. O acordo de *swap*, vigente por três anos com possibilidade de renovação, foi assinado em março de 2013, às margens da Cúpula do BRICS. As medidas para a efetivação do acordo já foram adotadas, inclusive com a abertura de contas recíprocas nos respectivos Bancos Centrais.

O acordo visa dar continuidade ao comércio bilateral em cenário de crise - em caso de escassez de crédito no mercado internacional, o acordo permitirá que Brasil e China sigam oferecendo linhas de financiamento a empresas em suas respectivas moedas para sustentar o comércio bilateral. O acordo de *swap* cambial com o Brasil e outros países constitui um dos instrumentos de apoio à internacionalização do *luan* (RMB).

Cooperação parlamentar

O Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-China constitui importante instância de diálogo e aproximação. Do lado brasileiro, coexistem dois grupos parlamentares de amizade Brasil-China. A seção na Câmara dos Deputados foi criada em 1993. A seção do Senado do Grupo Parlamentar foi criada pela Resolução nº 04, de 07 de maio de 2004, do Senado Federal. O Projeto de Resolução n. 37/2003, de autoria do então Senador Alberto Silva, do Piauí, visava criar o referido Grupo Parlamentar como serviço de cooperação interparlamentar, tendo como objetivo primordial intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e da República Popular da China.

O atual Presidente da seção brasileira do Grupo Parlamentar no Senado, que conta com 43 membros, é o Senador Flexa Ribeiro. Na seção da Câmara, o Presidente é o Deputado Federal Herculano Passos.

A diplomacia parlamentar também se tem desenvolvido por vertente temática. Parlamentares ou representantes de comissões específicas têm procurado a China como fonte de informações e políticas que lhes sejam úteis, em áreas como mudança do clima, agricultura, investimentos em infraestrutura, entre outras.

Em 2006, o então Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, assinou protocolo para a criação de Mecanismo de Cooperação Parlamentar entre a Câmara dos Deputados e a Assembleia Popular da China. O Plano de Ação Conjunta 2010-2014 foi além e previu o estabelecimento de Mecanismo de Intercâmbio Parlamentar Brasil-China. A primeira reunião bilateral do referido Mecanismo teve lugar em Pequim, no Grande Palácio do Povo, em junho de 2012, durante visita oficial do então Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, à China.

Entre 16 e 25 de novembro de 2012, delegação do Senado Federal realizou viagem à China, a convite do Governo chinês. A missão representou a seção do Senado Federal do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-China. Foi chefiada pelo Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) e integrada pelos Senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), Casildo Maldaner (PMDB/SC), Cícero Lucena (PSDB/PB), Edison Lobão Filho (PMDB/MA), Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE), José Agripino Maia (DEM/RN) e Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM).

De 11 a 19 de abril de 2014, delegação liderada pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, realizou visita oficial à China, percorrendo as cidades de Pequim, Xangai e Xian. A missão foi recebida pelo Presidente Xi Jinping, pelo Presidente da Assembleia Nacional Popular, Zhang Dejiang, e pelo Secretário do Partido Comunista em Pequim e membro do Politburo do PCCh, Guo Jinlong.

De 3 a 8 de maio de 2014, delegação do Senado Federal, presidida pelo Senador Flexa Ribeiro, visitou a China. Em Pequim, a delegação manteve reuniões no Ministério dos Negócios Estrangeiros, com o Ministro Assistente Liu Jianchao, e na Assembleia Nacional Popular, com Zhao Shaohua, Vice-Presidente do Comitê de Assuntos Estrangeiros.

Ciência, tecnologia & inovação

As áreas prioritárias para a cooperação bilateral em C,T&I, definidas por ocasião do I Diálogo de Alto Nível Brasil-China sobre Ciência, Tecnologia e Inovação, realizado em abril de 2011, são: i) biotecnologia, tecnologias agrícolas e segurança alimentar; ii) nanociência e nanotecnologia; iii) energias renováveis; iv) tecnologias da informação e comunicação; v) ciências espaciais. O II Diálogo está previsto para ocorrer no Brasil, em junho de 2015,

e deve contar com a presença do Ministro da Ciência e Tecnologia da China, Wan Gang.

No âmbito da Subcomissão de CT&I, foram estabelecidos programas e ações nas áreas de nanociência e nanotecnologia; biotecnologia; tecnologias agrícolas; meio ambiente, mudança do clima, energias limpas e renováveis e economia verde; tecnologias de bambu; tecnologias da informação e das comunicações (TIC); parques tecnológicos; e promoção da inovação. Nesse contexto, têm destaque os centros Brasil-China estabelecidos nas áreas de nanotecnologia, mudança do clima, e biotecnologia, assim como os laboratórios virtuais da Embrapa (Labex), em Pequim, e o laboratório virtual da Academia Chinesa de Ciências Agrícolas (CAAS), no Brasil.

Brasil e China mantêm programas de cooperação em ciência, tecnologia e inovação em quatro instrumentos bilaterais de trabalho: a) Subcomissão de CT&I da COSBAN; b) Diálogo de Alto Nível em CT&I; c) Plano Decenal de Cooperação 2012-2021; e d) Plano de Ação Conjunta (PAC). Nos últimos anos, o diálogo bilateral em CT&I tem sido facilitado por constantes visitas de alto nível. Em 2012, tiveram lugar visitas de trabalho do então Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, à China, no mês de julho, e do Ministro de Ciência e Tecnologia da China ao Brasil, em agosto, que serviram para impulsionar a construção de nova visão estratégica e de longo prazo para a cooperação bilateral naquelas áreas. Em dezembro de 2013, ambos os Ministros mantiveram nova reunião de trabalho. Em dezembro de 2014, por ocasião do lançamento do satélite CBERS 4, o então Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Clélio Campolina Diniz, realizou visita oficial à China.

Cooperação espacial

O Programa CBERS ("China-Brazil Earth Resources Satellite"), estabelecido em 1988, já produziu cinco satélites: CBERS 1 (1999), CBERS 2A (2003), CBERS 2B (2007), CBERS 3 (2013) e CBERS 4 (2014). Com a falha de lançamento do CBERS 3, em dezembro de 2013, os dois países aceleraram a montagem do CBERS 4, que foi lançado em 7 de dezembro de 2014 e já está gerando imagens. O CBERS 3 e o CBERS 4 foram os primeiros satélites do projeto que contaram com 50% de componentes brasileiros.

Na terceira reunião do Grupo de Trabalho (GT) de Implementação do Plano Decenal de Cooperação Espacial Brasil-China, realizada em Pequim, em setembro de 2014, o Brasil reiterou sua intenção de dar seguimento ao Programa CBERS com a construção dos satélites CBERS 5 e CBERS 6, bem como seu grande interesse na construção conjunta do satélite CBERS 4A.

Por meio do Programa *CBERS For Africa* são distribuídas imagens satelitais, sem custo, a países do continente africano, em conformidade com os princípios de "*data democracy*", de compartilhamento e distribuição gratuita de imagens dos satélites CBERS, e de capacitação de usuários em países em

desenvolvimento. Esses princípios foram reafirmados por ocasião da III Reunião da COSBAN III (2013) e integraram a Declaração Conjunta por ocasião da Visita de Estado do Presidente Xi Jinping ao Brasil, em julho de 2014.

Com a assinatura do Plano Decenal Sino-Brasileiro de Cooperação Espacial, também na III COSBAN, os dois países reafirmaram seu compromisso com a continuidade e o aprofundamento dessa cooperação. O Plano Decenal representa iniciativa inédita entre países em desenvolvimento e cria condições para que o setor espacial brasileiro atinja novo patamar tecnológico por meio de atividades de desenvolvimento conjunto e de transferência de tecnologia.

Ao abrigo do Plano Decenal, foram assinados: (i) Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Dados de Observação da Terra e suas Aplicações entre a Agência Espacial Brasileira - AEB e a Administração Nacional do Espaço da China (China National Space Administration) CNSA (julho de 2014); e (ii) Acordo de Cooperação para pesquisas em clima espacial entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE e o Centro Nacional de Ciências Espaciais (NSCC) (agosto de 2014).

Como resultado do Acordo, foi estabelecido laboratório sino-brasileiro de clima espacial no INPE, tema no qual aquele instituto é referência internacional.

Energia

Nos anos 80 e 90, Brasil e China firmaram Memorandos de Entendimento e Protocolos de Cooperação nas áreas de energia nuclear (1984), hidroeletricidade (1988 e 1995) e carvão (1994), além de projeto de cooperação técnica para a construção da Hidrelétrica de Três Gargantas (1994).

Em 2006, estabeleceu-se a Subcomissão de Energia e Recursos Minerais no âmbito da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) e, em janeiro de 2009, assinou-se Protocolo sobre Cooperação em Energia e Mineração, com vistas a fomentar o adensamento das relações bilaterais no setor. Em abril de 2009, foi firmado Memorando sobre Petróleo, Equipamentos e Financiamento, a partir do qual a China se tornou o segundo principal destino das vendas brasileiras de petróleo. Em abril de 2010, acordou-se o Plano de Ação Conjunta 2010-2014, com capítulo sobre energia e mineração.

Foi realizada, em setembro de 2013, reunião sobre cooperação em energias renováveis e eficiência energética entre Brasil e China, no contexto das Subcomissões de Energia e Mineração e de Indústria e Tecnologia da Informação da COSBAN. O encontro serviu para aprofundar o exame das possibilidades de cooperação entre Brasil e China naqueles segmentos.

A Sinopec, a segunda maior companhia petroleira da China adquiriu, em 2010, 40% da Repsol no Brasil, pelo valor de USD 7,1 bilhões. Mais

recentemente, a empresa comprou 30% da Petrogal Brasil por USD 3,5 bilhões, ingressando na exploração do pré-sal, onde já produz petróleo no Campo de Lula. A companhia também atuou na construção do Gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene), com financiamento do Banco de Desenvolvimento da China (China Development Bank) – CDB, que financiou, ainda, a construção da termelétrica de Candiota. A Sinopec adquiriu, ainda, participação em projeto para, em parceria com a Petrobras, explorar petróleo em campos na Foz do Amazonas, nos estados do Pará e Maranhão.

A Sinochem, estatal que outrora deteve monopólio do comércio de petróleo, comprou da Statoil, em 2010, 40% do Campo de Peregrino (Bacia de Campos), ao preço de USD 3,07 bilhões.

Consórcio formado pelas empresas chinesas CNPC (PetroChina) e CNOOC, em parceria com Petrobras, Shell e Total, foi o vencedor do primeiro leilão do pré-sal sob o regime de partilha de produção, realizada em outubro de 2013. As empresas chinesas terão, cada uma, participação de 10% no consórcio, cujo bônus de assinatura é de R\$15 bilhões.

Desde 2004, a Petrobras mantém escritório em Pequim, responsável por operações de venda de petróleo bruto brasileiro - sobretudo proveniente da Bacia de Campos - e prospecta, em conjunto com empresas chinesas, novos mercados na Ásia. A possibilidade de investimentos adicionais na China está por ora afastada, já que a empresa procura concentrar seus recursos no desenvolvimento do pré-sal no Brasil.

Em 2014, as exportações brasileiras de petróleo atingiram a cifra de USD 4,9 bilhões, fazendo da China o segundo destino de vendas do recurso brasileiro, e da Unipet (subsidiária da Sinopec), a maior compradora individual da Petrobras. O comércio bilateral de petróleo foi impulsionado pela assinatura, em 2009, de Memorando de Entendimento sobre Petróleo, Equipamentos e Financiamento.

Como mencionado, a estatal chinesa State Grid também possui investimentos no setor energético brasileiro, incluindo em linhas de transmissão de longa distância. Em fevereiro de 2014, a State Grid integrou, com 51% de participação, o consórcio vencedor do leilão da linha de transmissão de Belo Monte (investimento de US\$ 5 bilhões).

Mineração

Em 2014, as exportações de minério à China corresponderam a 31,3% do total, ao passo que as exportações de ferro e aço responderam por 1,3% do total. O investimento chinês em mineração no Brasil cresceu muito nos últimos anos. Ilustra esse crescimento a compra da empresa Sul Americana de Metais pela Honbridge, grupo que representa o Xinwen Mining Group e a Shandong Iron and Steel. Outro exemplo foi a compra de capital da mineradora MMX pela siderúrgica Wuhan Iron and Steel Company.

A maior operação chinesa no Brasil, entretanto, ocorreu em março de 2010, com a compra de 100% da Itaminas Comércio de Minérios (proprietária de reservas estimadas em 1,3 bilhão de toneladas de minério de ferro, em Minas Gerais) pelo Bureau de Exploração e Desenvolvimento Mineral do Leste da China (ECE). Em setembro de 2011, consórcio de 5 empresas chinesas adquiriu 15% do capital acionário da Companhia Mineira do Pirocloro de Araxá (CBMM), maior produtora de nióbio do mundo, por US\$ 1,95 bilhão.

Em 1994, foi aberto o escritório da VALE em Xangai. Atualmente, a empresa possui seis *joint-ventures* com empresas chinesas, cinco na China e uma no Brasil. Em fevereiro passado, a China adotou novo regulamento para seus portos, o que possibilitará o atracamento na China dos navios da frota Valemax, cuja capacidade de carga é de cerca de 400 mil toneladas de minério de ferro. Além disso, por ocasião da visita de Estado do Presidente Xi Jinping, em julho passado, foi assinado o Acordo para estabelecer Relação de Porto Irmão Verde, entre o Porto de Tubarão e o Porto de Lian Yun Gang;

Educação

Com a adoção do Plano de Ação Conjunta Brasil-China (PAC) 2010-2014, em abril de 2010, e do Plano Decenal de Cooperação, em junho de 2012, foram definidas metas concretas e orientações para a cooperação educacional bilateral. Entre os pontos que merecem destaque está o oferecimento, pelo lado chinês, de 22 bolsas de estudo governamentais por ano para estudantes brasileiros durante a vigência do plano e a confirmação pelo lado brasileiro de que forneceria bolsas de estudo para estudantes chineses em reciprocidade.

Mais recentemente, a cooperação educacional tem ganhado vulto com iniciativas de universidades de ambos os países, em busca de estreitar laços com instituições de ensino estrangeiras, e com a abertura de Institutos Confúcio no Brasil. Até o momento, já foram abertas sete unidades do Instituto no Brasil: UNESP (novembro de 2008); UnB (setembro de 2009); PUC-Rio (agosto de 2011); FAAP (São Paulo) (junho de 2012); UFRGS (abril de 2012); UFMG (acordo assinado em janeiro de 2013); e Universidade de Pernambuco (acordo assinado em junho de 2013). Durante a visita do Presidente Xi Jinping ao Brasil (julho de 2014), foi acordada a abertura de três novas unidades (Unicamp, Universidade Federal do Ceará e Universidade do Estado do Pará).

Igualmente, durante a visita do Presidente Xi Jinping, foram assinados um memorando de entendimento para a ampliação dos Institutos Confúcio em universidades federais brasileiras e outro para a aprendizagem do mandarim no Brasil.

O Brasil mantém programa de leitorados na China, com professores brasileiros em universidades chinesas em Pequim, Xangai e Cantão.

Em maio de 2004, estabeleceu-se a Subcomissão Educacional da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação

(COSBAN), com o objetivo de incrementar os laços de cooperação educacional entre os dois países.

Programa Ciência sem Fronteiras (CsF)

Por ocasião da visita do então Primeiro-Ministro Wen Jiabao ao Brasil, em junho de 2012, firmou-se o Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação (MEC), o MCTI e o Ministério da Educação chinês para a implementação do Programa Ciência sem Fronteiras na China. O memorando prevê 5.000 vagas para estudantes brasileiros em cursos de graduação e pós-graduação na China - e o mesmo número de chineses no Brasil. Conforme anunciado no Comunicado Conjunto da visita, o Governo chinês oferecerá, anualmente, 200 bolsas de estudo com isenção da mensalidade e taxa de matrícula. A Ata da III COSBAN reforçou o compromisso de enviar até 5 mil estudantes brasileiros à China entre 2012 e 2015 no âmbito do CsF, para os quais o lado chinês oferecerá 600 vagas em suas universidades.

Durante a visita do Presidente Xi Jinping ao Brasil (julho de 2014), foi assinado memorando de entendimento com vistas à oferta de estágios a estudantes do Programa Ciências sem Fronteiras na China.

Até o momento, foram implementadas 267 bolsas com a China, sendo 180 na modalidade graduação-sanduiche, 7 para doutorado-sanduiche, 2 para doutorado pleno e 4 para pós-doutorado. Segundo entendimentos entre CAPES e o CSC, os alunos brasileiros selecionados para cursar graduação-sanduiche pelo CsF em universidades chinesas estudarão em mandarim, e terão o período de um ano para alcançar o nível de proficiência HSK 4 – considerado o mínimo necessário para início das atividades propriamente acadêmicas.

Nas modalidades do CsF que tem como objetivo atrair pesquisadores estrangeiros para o Brasil, 4 projetos chineses foram selecionados para receber bolsas da modalidade Jovens Talentos e um projeto foi aprovado para receber a bolsa Pesquisador Visitante Especial.

Esportes

A cooperação em esportes é tratada no âmbito da Comissão Sino Brasileira de Concertação e Cooperação-COSBAN, mais especificamente por meio do Grupo de Trabalho de Esportes da Subcomissão Cultural. A parte brasileira convidou a China a colaborar na construção de grandes eventos esportivos no Brasil. O Governo chinês demonstrou interesse em cooperar com o Brasil para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Tem crescido igualmente o interesse chinês no futebol brasileiro. Em julho de 2014, foi inaugurado o Luneng Brasil Sports Center, o primeiro centro de formação de jovens no exterior para o futebol chinês.

Assuntos consulares

A rede consular brasileira na China é composta pela Seção Consular da Embaixada em Pequim; pelo Consulado-Geral em Hong Kong; pelo Consulado-Geral em Xangai; e pelo Consulado-Geral em Cantão.

Não há registro de Consulados Itinerantes realizados pelos Postos brasileiros localizados na China ao longo de 2014.

Segundo dados do Relatório Consular Anual de 2013, é estimado em 11.653 o número de brasileiros residentes na China.

Estima-se que a comunidade brasileira na jurisdição de Pequim alcance 853 brasileiros.

Estima-se em 6.100 o número de brasileiros na jurisdição do Consulado-Geral de Xangai. A maioria dos brasileiros sob essa jurisdição é composta por empresários e profissionais diversos, acompanhados de suas famílias, que estão na China com contrato de trabalho ou conduzindo seu próprio negócio. Em geral, possuem educação de nível superior, qualificações profissionais e renda compatível, além de contarem com apoio das empresas em que trabalham. Há estudantes, ainda em número reduzido, quase todos cursando mandarim. É perceptível o aumento recente do número de pessoas sem qualificação profissional definida, em busca de oportunidades de trabalho em setores onde há risco de exploração e tráfico de pessoas (dançarinos, *disc-jockeys*, modelos, jogadores de futebol, entre outros).

Estima-se que haja 4.000 brasileiros na jurisdição do Consulado-Geral de Cantão, dos quais apenas 500 estariam em situação migratória regular. O rápido crescimento de Cantão tem atraído cidadãos brasileiros vinculados a empresas instaladas na China ou em busca de oportunidades de trabalho, a título pessoal, formando uma incipiente comunidade de expatriados. Nos segmentos da moda, dos cosméticos, e da publicidade, jovens - sobretudo moças - buscam contratos como modelo, expondo-se, em tese, a certas vulnerabilidades.

Há bastante procura da parte de chineses pelo setor de vistos do Consulado-Geral em Cantão, indicando significativo intercâmbio empresarial e profissional decorrente do adensamento das relações bilaterais. O corpo consular local reconhece a província de Fujian como a principal origem dos pedidos de vistos de negócios suspeitos - mesmo quando o pedido parte de instâncias oficiais - o que remete à hipótese da tentativa de imigração ilegal. Têm sido frequentes pedidos para grupos - membros de missões empresariais, com prazos determinados - como participantes de feiras no Brasil.

Sob a jurisdição do Consulado-Geral de Hong Kong estima-se que a comunidade brasileira seja de 700 pessoas. Essa comunidade é formada, em sua maioria, por empresários e executivos de empresas de grande porte, que lhes proporcionam apoio, não somente de caráter migratório, mas também pagamento de aluguel, escola, automóvel e outras facilidades. No caso de

Macau, a comunidade é formada, principalmente, por professores e profissionais autônomos.

Os incidentes mais comuns registrados na China são as fraudes contra turistas. Os golpes, em geral com ameaça física, foram banalizados ao ponto de serem descritos nos guias turísticos, mas visitantes incautos continuam sendo atraídos (golpe da visita a uma casa de chá; golpe do convite para conversar em inglês; golpe do convite para conhecer bar ou casa noturna etc.).

A China não admite a dupla nacionalidade; os naturalizados brasileiros perdem a nacionalidade chinesa.

Saúde

Na área de saúde, a partir de entendimentos alcançados por ocasião da visita a Pequim do então Ministro da Saúde José Gomes Temporão, em 2009, Brasil e China assinaram o Plano de Ação Conjunta de Saúde, em 2011, que estabeleceu o controle de doenças infecciosas como uma das áreas prioritárias da cooperação bilateral em saúde. Estuda-se a possibilidade de criação de uma subcomissão dedicada a saúde no âmbito da COSBAN, tendo em vista o potencial de cooperação no segmento.

O Vice-ministro da Comissão Nacional de Saúde e Planejamento Familiar da China, Sr. Sun Zhigang, realizou visita ao Brasil, em novembro/dezembro de 2014, para conhecer a experiência brasileira na provisão de serviços de saúde à sua população. Na ocasião, o Ministério da Saúde apresentou programas governamentais recentes, como Mais Médicos, Farmácia Popular e a construção de Unidades de Pronto Atendimento.

Durante o encontro, ficou claro o interesse da contraparte chinesa de conhecer a experiência do Brasil na implementação do Sistema Único de Saúde (SUS). Interesse especial recai sobre as parcerias com Santas Casas e hospitais filantrópicos.

Direitos Humanos

Brasil e China entendem que os direitos humanos são indivisíveis e atribuem igual importância à realização dos direitos econômicos, sociais e culturais, dos direitos civis e políticos, bem como do direito ao desenvolvimento. Advogam diálogo construtivo e intercâmbios com base no respeito mútuo e na igualdade. Opõem-se ao uso do tema como ferramenta política contra determinados países, de forma seletiva.

A I Reunião do Diálogo Brasil-China sobre Direitos Humanos realizou-se em Brasília, em janeiro de 2015, no âmbito do Diálogo Estratégico Global entre as Chancelarias. O encontro propiciou melhor conhecimento sobre as áreas nas quais há potencial para cooperação. Destaca-se o potencial de concertação política em foros multilaterais como o Conselho de Direitos Humanos (CDH) e a III Comissão da Assembleia Geral da ONU.

O diálogo bilateral concentra-se em áreas nas quais há visões compartilhadas, notadamente: funcionamento do Sistema de Direitos Humanos das Nações Unidas; esportes e direitos humanos (DH); relação entre os DH e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); direitos da mulher e seguimento da Conferência de Pequim; empresas e direitos humanos; privacidade na era digital.

Situação dos Direitos Humanos na China

Na área de direitos econômicos e sociais, a China apresenta progressos desde o início do processo de abertura e reforma. O índice de desenvolvimento humano, que era de 0,407 em 1980, chegou a 0,699 em 2012 (101º no ranking mundial). A desigualdade cresceu inicialmente, tendo o índice de Gini passado de menos de 0,300 em 1978 para 0,491 em 2008. O valor vem caindo desde então, tendo atingido 0,474 em 2012.

A China é um dos países mais bem-sucedidos no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (1990-2015). A meta de redução à metade da proporção da população que vivia em extrema pobreza em 1990 (60%) foi atingida em 2005, e o índice segue caindo aceleradamente desde então. Também foram atingidos antecipadamente os objetivos e metas de redução da fome; educação primária; igualdade entre sexos; mortalidade infantil; e água e saneamento. É provável que se cumpram também, até o fim de 2015, as metas de combate à malária e ao HIV/AIDS; saúde materna; e habitação.

No tocante aos direitos civis e políticos, persistem desafios. Em sua segunda avaliação no Mecanismo de Revisão Periódica Universal do CDH (2013), a China reconheceu a existência de problemas no tocante ao acesso à justiça. Além disso, são dignos de nota desafios nas áreas de: liberdades de opinião, religião, expressão, reunião e manifestação pacíficas; direitos reprodutivos; direitos das minorias; eliminação de discriminação contra mulheres, principalmente em áreas rurais.

Situação de Taiwan

Desde 1974, o Brasil não mantém relações diplomáticas com Taiwan. O Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China, de 15 de agosto de 1974, dispõe que: “[o Brasil reconhece que] a República Popular da China é o único Governo legal da China. O Governo chinês reafirma que Taiwan é parte inalienável do território da República Popular da China”.

Em consequência, o Brasil deixou de reconhecer Taiwan como entidade soberana e autônoma. No âmbito multilateral, o Brasil tem apoiado o princípio de “uma só China” e os esforços pacíficos no sentido da reunificação

do território chinês, em conformidade com as resoluções pertinentes das Nações Unidas.

Não obstante, não existem obstáculos ao intercâmbio com Taiwan nos campos comercial e econômico (inclusive de investimentos); no campo cultural; e no campo científico-tecnológico. O Brasil mantém um Escritório Comercial em Taipé, e há Escritórios taiwaneses em Brasília e em São Paulo.

O intercâmbio comercial brasileiro com Taiwan passou de US\$ 1,05 bilhão, em 2001, para US\$ 4,34 bilhões, em 2014. As exportações taiwanesas no período de janeiro a dezembro de 2014 totalizaram US\$ 1,66 bilhão, e as importações taiwanesas de produtos brasileiros alcançaram US\$ 2,24 bilhão. No período, o Brasil acumulou déficit no valor de US\$ 969 milhões. O Brasil manteve sua posição de maior e mais importante parceiro comercial de Taiwan na América Latina.

Entre as exportações brasileiras para Taiwan, em 2014, destacam-se minério de ferro; soja; e milho. Entre os principais produtos importados de Taiwan, no mesmo ano, estão circuitos eletrônicos integrados e insumos químicos.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, o estoque de investimento taiwanês no Brasil ultrapassa US\$ 4 bilhões, sendo que mais de US\$ 2,5 bilhões foram investidos nos últimos 3 anos. Há de se notar que a quase totalidade destes investimentos destina-se a setores de alta tecnologia, tais como eletrônicos e componentes, incluindo semicondutores.

AGENDA MULTILATERAL

BRICS

Atuação da China e Coordenação Brasil-China no BRICS

Nota-se gradual evolução do pensamento chinês sobre o BRICS no sentido de que deixe de ser tão-somente um elemento de *soft balancing* na discussão da governança global – reforçada pela frustração da reforma das quotas no FMI –, para constituir elemento estratégico de sua inserção na economia mundial.

A China tem um peso econômico diferenciado no âmbito do BRICS. Seu PIB, com efeito, é maior do que a soma do produto dos outros quatro parceiros. Assimetria semelhante é observada no comércio intra-BRICS: a China é o maior ou segundo maior parceiro comercial, em volume total de comércio, de todos os demais membros do BRICS, os quais não figuram na lista dos cinco principais parceiros comerciais chineses. Há indicações de que cresce a importância do BRICS como instrumento para a promoção e a proteção dos interesses estratégicos globais da China.

Prioridades chinesas no BRICS

São as seguintes as prioridades externadas pela China para sua atuação no âmbito do BRICS, no contexto dos preparativos para a próxima Cúpula, em Ufa, na Rússia, em 2015:

- (i) Reforço da coordenação política entre os cinco parceiros no tocante ao aperfeiçoamento das estruturas de governança global, mostrando união de esforços com relação à promoção da democratização, da paz e do multilateralismo internacionais, em particular no âmbito das comemorações dos 70 anos das Nações Unidas;
- (ii) Consolidação de uma "comunidade de interesses" e institucionalização da cooperação intra-BRICS, com a implementação de atividades consideradas prioritárias por todos e que desfrutem de amplo consenso. A China atribui especial importância a iniciativas como o Arranjo Contingente de Reservas, o Novo Banco de Desenvolvimento e a conclusão da "Estratégia para Parceria Econômica do BRICS";
- (iii) Reforço da "voz comum" do BRICS nos principais tópicos da agenda internacional, coordenando-se com vistas a superar as deficiências da atuação das Nações Unidas em questões de economia e desenvolvimento.

Resultados da VI Cúpula do BRICS (Fortaleza, 15/7/2014)

A Cúpula de Fortaleza, que deu início ao segundo ciclo de reuniões de alto nível, com o tema "Crescimento Inclusivo: Soluções Sustentáveis", teve por objetivo promover a vinculação entre inclusão social e desenvolvimento sustentável. Trata-se de tema que reflete a experiência recente de políticas de inclusão e da contribuição do BRICS para a economia mundial.

Em Fortaleza, os seguintes documentos foram assinados:

- Acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). O Banco, sediado em Xangai, terá capital inicial autorizado de US\$ 100 bilhões. O capital inicial subscrito será de US\$ 50 bilhões, dividido igualmente entre os membros fundadores. O primeiro Presidente do Banco será da Índia; o primeiro Presidente do Conselho de Governadores, da Rússia; e o primeiro presidente do Conselho de Administração, do Brasil. O Centro Regional Africano do Novo Banco de Desenvolvimento será estabelecido na África do Sul concomitantemente com sua sede. Os Ministros das Finanças foram instruídos a definir as modalidades para sua operacionalização.
- Tratado para o estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas (CRA) do BRICS, com a dimensão inicial de US\$ 100 bilhões. Do valor total, a China responderá por US\$ 41 bilhões; Brasil, Rússia e Índia, por US\$ 18 bilhões cada; e a África do Sul, por US\$ 5 bilhões. Cada país poderá sacar, em caso de necessidade, um valor máximo correspondente a um multiplicador pré-definido de seu aporte inicial. O multiplicador da China será 0.5; o multiplicador de Brasil, Rússia e Índia, será 1; e o multiplicador da África do Sul será 2. Cada país poderá ter acesso a até 30% do limite máximo de saque de forma simplificada. Para sacar os 70% restantes, será necessário que o país

requisitante preencha a condição adicional de estar em negociação com o FMI para um acordo mais amplo de empréstimo.

Durante a presidência brasileira do BRICS, foi possível avançar significativamente na implementação dos acordos constitutivos do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas, assinados em Fortaleza, com a instalação do Conselho de Diretores Interinos do Banco e avanço nos planos de trabalho estabelecidos com vistas a tornar o banco operativo em 2016 e o arranjo no momento em que se complete o processo de ratificações. No caso brasileiro, ambos os acordos encontram-se, no momento, sob exame do Congresso Nacional com vistas a sua aprovação.

Por oportuno, cabe notar que se encontra também em processo de operacionalização o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), instituição resultante de iniciativa chinesa e da qual o Brasil é também membro fundador. O NDB e o AIIB terão papéis complementares, ajudando a atender a grande carência por financiamento para infraestrutura do mundo em desenvolvimento. A adesão do Brasil ao AIIB habilitará empresas brasileiras a participar dos processos licitatórios dos projetos dessa instituição, auxiliando a defesa de iniciativas e projetos de interesse brasileiro na Ásia.

Reforma do Fundo Monetário Internacional

A despeito das reiteradas cobranças por parte do G20, as reformas de governança do FMI encontram-se paralisadas. Desde outubro de 2012, a única exigência que falta para a entrada em vigor da Reforma de 2010 é a aprovação pelos EUA.

As Reformas de 2010 do FMI compreendem a XIV Revisão Geral de Quotas (RGQ) – quotas brasileiras passarão de 1,7% para 2,3% – e a VII Emenda ao Convênio Constitutivo prevê mudanças na regra de funcionamento da Diretoria Executiva – o fim dos Diretores Executivos nomeados (EUA, Japão, Alemanha, França e Reino Unido) e a exigência de eleições para todos os 24 diretores.

As condições para a entrada em vigor da XIV RGQ – aprovação por membros com 70% das quotas – já foram atendidas, exceto a vinculação estabelecida com a entrada em vigor da Emenda. Para a aprovação de emendas, exige-se a ratificação por (i) 3/5 dos membros (condição já alcançada) e por (ii) 85% do poder de voto – o que confere aos EUA veto sobre a decisão.

O Brasil, em coordenação com o BRICS, defende a desvinculação (*de-linking*) dos dois componentes da Reforma de 2010. Essa opção separa o aumento de quotas (que já conta com os pré-requisitos satisfeitos) da Emenda ao Convênio Constitutivo (que depende da ratificação norte-americana).

G-20

Durante a Cúpula de Brisbane (14-15/11/2014), foi anunciada oficialmente a escolha da China para presidir o Grupo em 2016.

Nas discussões do G20, Brasil e China têm compartilhado a percepção de que a recuperação da economia global permanece frágil e assimétrica, sobretudo nas economias avançadas, cujos índices de desemprego continuam elevados. Embora reconheçam a desaceleração relativa das economias emergentes, os dois países têm ressaltado a continuada importância desse grupo para o crescimento global.

Nos esforços de coordenação macroeconômica do Grupo para estimular o crescimento global, Brasil e China costumam ressaltar a importância dos investimentos em infraestrutura, inclusive por meio de maior envolvimento dos bancos multilaterais de desenvolvimento no financiamento de projetos.

Outro tema comum nas posições dos dois países no G20 consiste no reconhecimento dos desafios apresentados pela condução da política monetária dos países centrais (particularmente dos EUA) para as economias emergentes (com efeitos externos na forma de "reprecificação" de ativos, maior volatilidade de fluxos de capitais e nos mercados cambiais). A "normalização" da política monetária, conduzida pelo Sistema de Reserva Federal dos EUA (Federal Reserve, FED), ainda que bem comunicada, aumenta as incertezas nos mercados e pode acarretar um movimento expressivo e desordenado de saída de fluxos de capital das economias emergentes em direção aos EUA.

Banco Asiático de Infraestrutura e Investimento (AIIB)

O Governo brasileiro manifestou, em 27/03/2015, a intenção do País de aderir ao Banco Asiático de Infraestrutura e Investimento (AIIB) como membro fundador, mediante endosso ao Memorando de Entendimento sobre o estabelecimento do AIIB, de outubro de 2014. Definida no mais alto nível, a disposição brasileira foi confirmada em conversa telefônica do Ministro de Estado das Relações Exteriores com o chanceler chinês Wang Yi, em 28/03/2015. O Ministério das Finanças da China anunciou, em 12/04/2015, que o Brasil foi aceito como membro fundador do Banco, levando a 46 o total de membros fundadores. A próxima reunião de negociação dos estatutos do AIIB será realizada em Pequim, nos dias 27 e 28 de abril.

O capital autorizado do AIIB é de USD 100 bilhões, sendo o capital subscrito inicial de USD 50 bilhões. Destes, 20% (ou seja, USD 10 bilhões) serão integralizados, em cinco parcelas anuais. Os membros regionais terão pelo menos 70% do capital do Banco e o PIB será o parâmetro básico para a determinação da alocação de ações. Os membros não-regionais terão, coletivamente, uma participação máxima de 30%. A alocação de ações para os membros não-regionais será feita com base em uma consulta futura. A expectativa chinesa é de que, até novembro de 2015, seja alcançado o quórum de ratificação necessário para a entrada em operação do AIIB.

BASIC

A China tem atuação destacada na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Brasil e China têm posições convergentes em diversos aspectos das negociações sobre mudança do clima, como mitigação, adaptação, financiamento e tecnologia, e atuam em coordenação por meio do BASIC, agrupamento que reúne Brasil, África do Sul, Índia e China. A atuação coordenada dos países do BASIC tem sido fundamental para estimular ambição no combate à mudança do clima, bem como para fortalecer o tratamento do apoio internacional a ser oferecido para ações de mitigação e adaptação em países em desenvolvimento. O diálogo no âmbito do BASIC é complementar à atuação dos países no G-77 e China.

O BASIC foi estabelecido em 2007, como grupo informal de coordenação entre Brasil, África do Sul, Índia e China, no contexto das negociações sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Protocolo de Quioto. O Grupo vem desempenhando papel de liderança na busca de convergências no âmbito do regime sobre mudança do clima e na construção de resposta global efetiva e justa para o aquecimento global.

Como país em desenvolvimento, a China não possui metas obrigatórias e quantificadas de redução de emissões no âmbito da UNFCCC e seu Protocolo de Quioto, ao contrário dos países desenvolvidos (membros do “Anexo I”, pela terminologia da Convenção). Devido ao crescimento significativo de sua economia, contudo, é objetivamente um grande emissor de gases de efeito estufa. É alvo de constantes pressões por parte de países desenvolvidos para que assuma compromissos quantitativos de redução de emissões – pressões que, como o Brasil, rejeita com base nas responsabilidades históricas dos países do Anexo I pelo aquecimento global e na natureza de suas emissões. De acordo com o Governo chinês, o aumento das emissões decorre da necessidade de elevação do nível de vida de sua população, tal qual a ampliação dos serviços básicos como o fornecimento de energia para regiões mais remotas. Isto está de acordo com a UNFCCC, que prevê, em seu preâmbulo, que as emissões originárias de países em desenvolvimento deverão crescer para que estes possam atender às suas necessidades sociais e de desenvolvimento.

A China vem manifestando seu potencial de ações de mitigação em seu território e está disposta a contribuir mais para o esforço global de mitigação, desde que receba os apoios previstos na Convenção e que tais ações não comprometam seu desenvolvimento, em conformidade com os dispositivos da UNFCCC.

Em 2009, a China anunciou compromisso voluntário de redução emissões por unidade do PIB entre 40 e 45% até 2020 e que, nesse mesmo período, elevaria a 15% a participação de fontes renováveis e da energia nuclear no consumo do país primário de energia. O Brasil, por sua vez,

anunciou seu compromisso nacional voluntário de redução entre 36,1% e 38,9% de suas emissões projetadas até 2020.

Em 2014, China e Estados Unidos fizeram anúncio conjunto de intenções para o novo acordo climático: os Estados Unidos reduziriam emissões em 2025 entre 26% e 28% em relação a 2005; e a China atingiria seu pico de emissões por volta de 2030, com a elevação do consumo de energia renovável para em torno de 20% do total. O Brasil trabalha atualmente para definir e apresentar sua contribuição ao novo acordo em 2015, antes da COP-21, conforme o cronograma acordado nas negociações.

Além da coordenação entre negociadores e especialistas em mudança do clima no âmbito do BASIC, cabe destaque na relação bilateral para o Centro China–Brasil de Mudanças Climáticas e Tecnologias Inovadoras para Energia. Criado em janeiro de 2009 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela Universidade de Tsinghua (principal instituição de ensino superior chinesa da área de tecnologia), o Centro China–Brasil é sediado em Pequim e mantém uma unidade na Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da UFRJ (COPPE/UFRJ). O Centro dedica-se a temas como biocombustíveis; captura e armazenamento de carbono; e energia eólica.

OMC e Rodada Doha

A IX Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (MC-9), realizada em Bali, Indonésia, em dezembro de 2013, foi considerada um importante marco para a revitalização do sistema multilateral de comércio e das negociações da Rodada Doha, que se encontravam em estado de impasse desde 2008. Os resultados da MC-9, no formato de "colheita antecipada" de resultados da Rodada, incluíram Acordo de Facilitação de Comércio e quatro decisões/declarações sobre agricultura ("serviços gerais" em países em desenvolvimento, formação de estoques para programas de segurança alimentar, administração de quotas tarifárias e subsídios à exportação). Foram adotadas também quatro decisões de interesse dos países de menor desenvolvimento relativo – PMDRs: algodão, regras de origem preferenciais para seus produtos, "*waiver*" para preferências em comércio de serviços, e acesso livre de quotas e tarifas ("*duty free-quota free*", ou "DFQF") para bens por eles exportados.

O "Pacote de Bali", cujo principal atributo terá sido resgatar a credibilidade do " pilar negociador" da OMC, completou-se com a decisão de definir, até o fim de 2014, um programa de trabalho (PTPB – Programa de Trabalho Pós-Bali), com vistas à conclusão da Rodada Doha. Ao longo de 2014, porém, não se avançou na elaboração do PTPB, devido a impasse em torno da finalização do Acordo de Facilitação do Comércio, tendo a Índia vinculado o tema a uma revisão em seu favor da decisão de Bali sobre subsídios a programas de segurança alimentar. A questão só foi resolvida em

novembro, após negociações diretas entre os EUA e a Índia. Em 27/11, o Conselho Geral da OMC referendou os resultados, concluindo seu primeiro acordo multilateral em 19 anos e adiando, para julho de 2015, o prazo para a conclusão do programa de trabalho pós-Bali.

As discussões sobre os próximos passos evidenciam a dificuldade dos países-membros para chegarem a acordo sobre as questões centrais (agricultura, acesso a mercados para produtos industriais e serviços). Os pacotes negociadores de agricultura e produtos industriais de 2008 encontram resistência de vários lados, o que exigirá significativo esforço para que se logre um acordo. O próprio resultado do PTPB é algo que ainda se debate, não havendo certeza de que será possível chegar a modalidades negociadoras para a conclusão da Rodada em julho ou mesmo até o final deste ano, quando será realizada a 10ª Conferência Ministerial da OMC.

O Brasil defende um programa de trabalho para a conclusão da Rodada Doha em julho de 2015, o mais próximo possível de "modalidades" (ou seja, parâmetros concretos) para as negociações, desde que haja um equilíbrio objetivo, efetivo e verificável entre as concessões demandadas de diferentes parceiros e um real avanço na correção das assimetrias herdadas da Rodada Uruguai, em particular em agricultura. Sustenta que o foco negociador deve ser o tripé Agricultura-NAMA(acesso a mercado não-agrícola)-Serviços, com o nível de ambição determinado por Agricultura. Com 23% do PIB, 43% das exportações e 37% dos empregos gerados diretamente pelo agronegócio, o setor agrícola se confirma, da perspectiva dos interesses permanentes do Brasil, como um tema do século XXI, que não pode continuar a conviver com o desnível de regras que já perdurou tempo demais em benefício de poucos.

A China, por sua vez, defende a necessidade de equilíbrio entre as três principais áreas de negociação (agricultura, NAMA e serviços). Enfatiza a importância de avanços nos três pilares das negociações agrícolas e a necessidade de solução definitiva para a questão da segurança alimentar.

Organização das Nações Unidas

Com relação à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), o Governo brasileiro tem defendido ser preciso reformar as instituições de governança política global, de modo a refletir as realidades contemporâneas e a dotar essas instituições da capacidade de lidar com os desafios complexos da atual conjuntura. Somente a ampliação do número de assentos em ambas as categorias de membros – permanentes e não-permanentes – pode sanar o déficit de representatividade do Conselho. A inclusão de países em desenvolvimento como membros permanentes é fundamental para o reforço da legitimidade de suas resoluções.

A China difere em alguns pontos da posição brasileira sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e não declara expressamente apoio à candidatura brasileira.

A China esteve, desde o início, no grupo dos principais apoiadores da iniciativa de "Responsabilidade ao Proteger", lançada pela Senhora Presidenta da República em seu discurso no Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em setembro de 2011.

O Diálogo Estratégico Global entre Brasil e China, estabelecido em 2012, tem servido como foro de discussão a respeito de temas relativos à ONU e de política internacional.

Participação da China em operações de manutenção da paz na ONU

A China é o 11º maior contribuinte de tropas para as operações de manutenção da paz das Nações Unidas, com 2.370 militares e policiais desdobrados em dez missões (o Brasil é 19º, com 1.692 em dez missões). O país é o membro permanente do Conselho de Segurança com maior número de tropas a serviço da Organização.

Até 2014, a presença chinesa em missões de paz limitava-se a funções de apoio, como companhias de engenharia e equipes médicas. No entanto, em dezembro último, a China iniciou o desdobramento, pela primeira vez, de batalhão de infantaria na UNMISS, no Sudão do Sul, expandindo consideravelmente o escopo da atuação de suas tropas em operações de manutenção da paz. A maior parte das tropas chinesas está desdobrada na África.

Oficiais chineses exerceram comando militar de missões de paz em duas ocasiões: General Zhao Jigmin (Missão das Nações Unidas para o Referendo do Saara Ocidental - MINURSO, entre 2007 e 2011) e General Chao Liu (Força das Nações Unidas para Manutenção da Paz em Chipre - UNFICYP, entre 2011 e 2014).

Agenda de Desenvolvimento Pós-2015

O cerne da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 deverá ser constituído pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com foco na erradicação da pobreza e na promoção do desenvolvimento sustentável. Um dos principais desafios das negociações da Agenda Pós-2015 é a definição dos chamados meios de implementação, que serão centrais para apoiar os países em desenvolvimento em seus esforços em torno dos ODS. O Brasil tem chamado a atenção para a importância do cumprimento dos compromissos históricos de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento pelos países desenvolvidos e de se chegar a um acordo sobre meios de implementação novos e adicionais, financeiros e não-financeiros. A China tem favorecido o surgimento de um “novo relacionamento internacional” que promova “ganhos mútuos” (“win-win cooperation”).

Países do agrupamento BRICS têm sido chamados, principalmente por países desenvolvidos, a aumentar o volume de recursos destinados à cooperação Sul-Sul. Ademais, entre países desenvolvidos, prevalece visão de

que um acordo sobre financiamento ao desenvolvimento deveria ser conceitual e genérico, ao passo que países em desenvolvimento defendem compromissos explícitos e concretos na matéria.

O Brasil defende que o acompanhamento em nível global da Agenda Pós-2015 deve dar-se no âmbito do Foro Político de Alto Nível Para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, onde a representatividade é universal. A China defende que o acompanhamento global deve contemplar apenas o agregado dos resultados da implementação, sem individualizar o desempenho dos países.

Diálogo sobre desarmamento e não-proliferação

Brasil e China mantêm, desde 2008, consultas políticas sobre temas de desarmamento e não proliferação. A manutenção desse diálogo é de grande importância para o Brasil, tendo-se em conta a posição diferenciada da China no conjunto dos Estados nuclearmente armados, exemplificada por seus compromissos históricos em favor do desarmamento nuclear, pela sua política de "*no first use*" (não primeiro uso de armas nucleares) e por sua defesa do multilateralismo como meio de encaminhamento das questões de paz e segurança.

As consultas bilaterais mantidas com a parte chinesa confirmaram a existência de ampla convergência de visões no tratamento de grande parte dos temas da agenda de desarmamento e não proliferação. Apesar das diferenças existentes no campo nuclear, de certa forma matizáveis, os dois países demonstraram comungar de entendimentos comuns sobre questões de funcionamento do sistema internacional e da centralidade atribuída ao multilateralismo como instância de encaminhamento das questões de paz e segurança. Nesse contexto, o lado chinês tem dado reiteradas indicações de sua disposição de manter e aprofundar coordenação com o Brasil em determinadas matérias, em particular no tocante ao tema da segurança cibernética.

POLÍTICA INTERNA

O Estado chinês é composto por três grandes instituições paralelas:

- Partido Comunista da China (PCCh);
- Assembleia Nacional Popular (ou Congresso Nacional Popular);
- Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC).

À Assembleia, estão formalmente submetidas as instâncias do Executivo chinês, como o Conselho de Estado e os Ministérios. A ANP é, desse modo, a instância máxima do governo chinês.

A CCPPC, por sua vez, apresenta-se na prática como órgão de assessoramento da cúpula partidária e governamental. Nela, estão representados o PCCh, os outros partidos democráticos chineses, democratas sem filiação partidária, organizações populares, grupos étnicos compatriotas de Taiwan, Macau e Hong Kong, chineses que retornaram do exterior e indivíduos especialmente convidados.

Há oito partidos não comunistas na China: o Comitê Revolucionário do Partido Komingtang da China; a Liga Democrática da China; a Associação da Construção Democrática da China; a Associação de Fomento da Democracia da China; o Partido Democrático Camponês e Operário da China; o Partido Zhi Gong; a Sociedade de Três de Setembro da China e a Liga para Democracia e Autonomia de Taiwan.

Em princípio, o Partido Comunista Chinês (PCCh) e o Governo chinês são instituições paralelas e hierarquicamente equivalentes dentro do Estado chinês. A Constituição chinesa garante ao Partido a posição de liderança na República Popular da China, o que resulta em sua preeminência em relação às instituições governamentais. Nesse contexto, observa-se grande entrelaçamento de instâncias partidárias e governamentais.

Partido Comunista da China (PCCh)

As principais instâncias do PCCh são:

Congresso Nacional do PCCh: o Congresso Nacional e o Comitê Central eleito por aquele são os órgãos de liderança supremos do Partido. Os Congressos respeitam a periodicidade anual de cinco e anos.

Comitê Central do PCCh: É responsável pelo gerenciamento partidário e pela representação do Partido no exterior entre uma sessão e outra do Congresso Nacional do PCCh. O Comitê reúne-se anualmente, ocasião da maior importância para identificar tendências da política local.

Politburo (Birô Político): Reúne a elite política do Partido e da RPC. É composto por 25 membros.

Comitê Permanente do Politburo: É a sede máxima do poder político na China. Contava com nove assentos, mas, por ocasião do XVIII Congresso Nacional do PCCh (2012), passou a ter sete.

Secretariado: É o órgão que supervisiona a administração cotidiana dos assuntos do Partido e do Politburo.

Comissão Militar Central (CMC): o Exército de Libertação Popular (ELP) (Forças Armadas chinesas) é controlado pelo Partido. O ELP é chefiado pelo Presidente da RPC.

Comissão Central de Inspeção e Disciplina: é o órgão responsável pela investigação e pelo indiciamento em casos de corrupção que envolvem os membros do Partido.

Poder Legislativo – Assembleia Nacional Popular (ANP)

Situada no topo da hierarquia governamental chinesa, a Assembleia Nacional Popular é o Parlamento chinês, unicameral, composto por deputados eleitos indiretamente. A ANP conta com cerca de três mil deputados, que cumprem mandato de cinco anos. A totalidade da Assembleia Nacional Popular se reúne apenas uma vez por ano, geralmente em março, para duas semanas de trabalhos legislativos. No resto do ano, os trabalhos da Casa são conduzidos pelos cerca de 200 delegados da Comissão Permanente da ANP. A sessão anual do Congresso Nacional do Povo é um grande evento político, cujo ponto culminante é a apresentação de um longo relatório do Primeiro-Ministro.

Poder Executivo - Conselho de Estado

O Conselho de Estado é o órgão mais elevado do Poder Executivo chinês. Está submetido à Assembleia Nacional Popular. O Conselho de Estado é presidido pelo Primeiro-Ministro, em conjunto com quatro Vice-Primeiros-Ministros, cinco Conselheiros de Estado, Ministros, Auditor-Geral e Secretário-Geral. Ao Conselho de Estado estão subordinados os Ministérios, Comissões e Administrações Nacionais, entre outros órgãos. As posições de Primeiro-Ministro, Vice-Primeiro-Ministro e Conselheiro de Estado são ocupadas por quadros do Partido, assim como a grande maioria das chefias de Ministérios e pastas equivalentes. Não podem se reeleger mais de uma vez.

As funções e poderes do Conselho de Estado são: i. adotar medidas administrativas, decretar normas administrativas e regulamentos, e decidir sempre confirme a Constituição; ii. submeter propostas à ANP ou ao seu Comitê Permanente; iii. supervisionar o trabalho dos ministérios e comissões; iv. estabelecer a divisão de poderes entre o Governo central e as províncias, regiões autônomas e municipalidades sob o controle direto do Governo central; v. preparar o orçamento; vi. conduzir as relações exteriores e concluir tratados e acordos internacionais; entre outros.

Comissão Militar Central

Incumbida de administrar as Forças Armadas chinesas, está diretamente subordinada à ANP e seu Comitê Permanente.

Judiciário

O Poder Judiciário chinês está submetido, formalmente, à Assembleia Nacional Popular, órgão máximo do Governo chinês. O Judiciário divide-se em Suprema Corte Popular, Cortes Populares locais, Cortes Militares e Cortes Especiais. O Presidente da Suprema Corte possui mandato igual ao dos parlamentares e só pode reeleger-se uma vez.

Sucessão política

O XVIII Congresso do Partido Comunista elegeu o então Vice-Presidente Xi Jinping Secretário-Geral do PCCh e Presidente da Comissão Militar Central, bem como os demais membros do Comitê Permanente do Birô Político. Naquela reunião, foram indicados os novos ocupantes dos altos cargos do Partido. Os cargos governamentais foram confirmados, por sua vez, durante a Sessão Plenária da Assembleia Nacional Popular, ocorrida em março de 2013.

Entre as mudanças que merecem destaque, está a diminuição do número de membros do Comitê Permanente do Birô Político, de nove para sete. A alteração no número de membros é tida por analistas como uma tentativa de facilitar o consenso na tomada de decisões, em momento em que a implementação de reformas se torna premente.

Os novos membros são, em ordem de precedência: Xi Jinping, escolhido Secretário-Geral do Partido e Presidente da Comissão Militar Central; Li Keqiang, Primeiro-Ministro; Zhang Dejiang, Presidente da Assembleia Nacional Popular; Yu Zhengsheng, Presidente da Conferência Consultiva Política do Povo; Liu Yunshan, escolhido Chefe do Secretariado do PCCh; Wang Qishan, nomeado Diretor do Departamento de Inspeção da Disciplina do PCCh, principal órgão de combate à corrupção na China; e Zhang Gaoli.

Entre os dias 5 e 17 de março de 2013, a XII ANP reuniu-se para eleger o Presidente e o Vice-Presidente da República; confirmar a designação do Primeiro-Ministro – após indicação do Presidente –, dos Vice-Primeiros-Ministros, Conselheiros e Secretário-Geral do Conselho de Estado, Ministros e Auditor-Geral – esses após indicação do Primeiro-Ministro.

Como esperado, Xi Jinping e Li Yuanchao foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da RPC, e Li Keqiang, confirmado Primeiro-Ministro chinês. Zhang Dejiang, terceiro na hierarquia do Comitê Permanente do Politburo, assumiu a presidência da Assembleia Nacional Popular (ANP). Zhou Qiang e Cao Jianming, por sua vez, foram nomeados Presidente da Suprema Corte Popular Chinesa e Procurador-Geral da Suprema Procuradoria Popular da China respectivamente.

No Conselho de Estado, os Vice-Primeiros-Ministros são Zhang Gaoli, Liu Yandong, Wang Yang e Ma Kai. Os novos Conselheiros de Estado são Yang Jin (também Secretário-Geral do Conselho), Chang Wanquan

(também Ministro da Defesa), Yang Jiechi (encarregado de assuntos de política externa), Guo Shengkun, (também Ministro da Segurança Pública) e Wang Yong (Administrador da Comissão do Conselho de Estado para Administração e Supervisão de Bens de Propriedade do Estado – SASAC).

Entre os dias 3 e 12 de março de 2013, realizou-se a XII Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC), ocasião em que foi escolhido seu novo Presidente, Yu Zhengsheng.

Governo Xi Jinping

Em seu discurso de posse como Secretário-Geral do Partido Comunista Chinês, em novembro de 2012, Xi Jinping delineou as prioridades de seu governo: atender às demandas sociais; combater a corrupção; e reconduzir a China ao *status* de grande potência. No referido discurso, Xi Jinping mencionou apenas uma vez a palavra "socialismo" e deu grande destaque à realização do "sonho chinês". O conceito, ainda não definido com precisão, tem sido associado ao "grande rejuvenescimento da nação chinesa", que envolveria a reemergência da China como potência econômica e militar e à construção de uma sociedade mais igualitária. Para a realização do "sonho chinês", o Governo tem-se esforçado para afinar suas políticas públicas, de modo a lidar com cenário potencial de insatisfação social que possa ser gerada pela acelerada urbanização, pela demanda por serviços públicos, pela corrupção, pelo terrorismo e pela poluição, entre outros fatores.

Em dezembro de 2014, foi anunciado novo *slogan* formulado pelo Presidente Xi Jinping: Quatro Pontos Abrangentes, que explicitam as diretrizes que devem pautar o seu governo: i) construir, de forma abrangente, sociedade moderadamente próspera; ii) aprofundar, de forma abrangente, reformas; iii) implementar, de forma abrangente, o Estado de Direito; e iv) aumentar, de forma abrangente, a disciplina partidária.

No campo social, Xi vem empreendendo reformas nas áreas de educação, saúde e proteção ambiental. Lançou, em março de 2014, o "Plano Nacional para um Novo Modelo de Urbanização", que apresenta a meta de elevar a população urbana a 60% até 2020 (54% hoje) e inclui extenso programa de infraestrutura urbana, com foco na ampliação da mobilidade urbana, na construção de moradias e na melhoria geral da qualidade de vida nas cidades, além do combate à poluição. O Governo pretende regularizar, gradualmente, por meio de reforma anunciada em 30 de julho de 2014, a situação dos mais de 200 milhões de migrantes rurais que residem informalmente nas cidades, i.e., sem o "*hukou*" – sistema que regula o acesso aos serviços sociais públicos no local de registro da residência.

No que tange às reformas do sistema político e jurídico chinês, foram anunciadas, em outubro de 2014, importantes medidas, tais como a "Decisão do Comitê Central do Partido Comunista da China sobre Questões Importantes para Avançar de Forma Abrangente no Governo do País de Acordo com o

Direito", de modo a fortalecer o que tem sido chamado de "estado de direito socialista com características chinesas". Nessa linha, foi aprovada a primeira reforma em 24 anos da Lei de Procedimentos Administrativos. A referida lei trata, entre outros assuntos, dos mecanismos de petição, pelos quais os cidadãos comuns podem apresentar queixas contra o governo em Pequim, e facilitará as ações judiciais contra os governos central e local.

No tocante ao combate à corrupção, não só se multiplicam os casos de membros do Governo e do Partido investigados e punidos por corrupção, mas também os esforços para eliminar os "quatro estilos de trabalho indesejados": formalismo; burocratismo; hedonismo; e extravagância. Em 2015, a Suprema Procuradoria do Povo anunciou a criação de novo órgão de controle voltado ao combate à corrupção. Nesse contexto, ressaltam as condenações à pena perpétua, alegadamente por corrupção, do ex-Prefeito de Chongqing, Bo Xilai, e do ex-ministro das Ferrovias, Liu Zhijun; a prisão e expulsão do Partido de Zhou Yongkang (membro do Comitê Permanente do Politburo entre 2007-2012, a mais alta autoridade punida por corrupção no país desde a "Gangue dos Quatro", em 1976) e a prisão de Xu Caihou, general aposentado do Exército de Libertação Popular e ex-Vice-Presidente da Comissão Militar Central.

Em função de seguidos ataques terroristas na China, boa parte dos quais atribuídos a extremistas islâmicos de Xinjiang, o tema da segurança interna voltou a merecer destaque. Em resposta, o Governo anunciou, em maio de 2014, o início de campanha contra as "três forças" (separatismo, extremismo e terrorismo), tendo como base o recém-criado conceito de "segurança nacional total", capaz de levar a China ao caminho da "segurança nacional com características chinesas". O conceito aplicar-se-ia tanto à esfera doméstica, quanto internacional, e incluiria 11 elementos: político, interno, militar, econômico, cultural, social, tecnológico, informação, ecológico, recursos naturais e nuclear.

Plano Quinquenal

Os Planos Quinquenais na China, aprovados pela Assembleia Nacional Popular, estabelecem as metas que delineiam o tipo de modelo de desenvolvimento a ser seguido pelo país nos cinco anos seguintes. É possível perceber, ao longo do tempo, mudanças de enfoque em cada plano, mas o cumprimento e até a superação dessas metas têm-se tornado praxe.

Lançado em março de 2011, o 12º Plano (2011-2015) corresponde a um período posterior ao da crise financeira internacional de 2008 e 2009, que a China enfrentou com relativa tranquilidade, tendo-se consolidado como a segunda maior economia do mundo. Constata-se, porém, o esgotamento do modelo baseado em exportações e elevados investimentos em infraestrutura e indústria de base, seguido nos planos anteriores, e que proporcionara as altas taxas de crescimento econômico do país nos últimos anos.

A mudança do modelo, que traria salto qualitativo ao desenvolvimento por meio do aumento do papel do consumo doméstico na expansão do PIB, torna-se premente também face às demandas da sociedade chinesa por maior distribuição de renda. Essas reformas estruturais são previstas pelo Governo chinês há cerca de quinze anos, mas enfrentariam resistências de setores que seriam afetados pela mudança de rumo na economia e pelas políticas de combate à crise financeira.

O 12º Plano Quinquenal objetiva incorporar as três dimensões do desenvolvimento sustentável, fomentando o crescimento econômico em conjunção com políticas sociais e de distribuição de renda, buscando maior eficiência energética e mitigação de danos ambientais. O Plano atual atribui prioridade às reformas estruturais e a aspectos qualitativos e distributivos do desenvolvimento, ainda que à custa de um ritmo menor de crescimento.

A questão de Taiwan

A Constituição da República Popular da China (RPC) afirma que “Taiwan é parte do território sagrado da China” e que “é dever de todo o povo chinês, incluindo os compatriotas de Taiwan, cumprir a grande missão de reunificar o território da nação”. O rompimento das relações diplomáticas com aquela ilha é condição fundamental imposta por Pequim para o estabelecimento de relações com a República Popular. A posição pró-reunificação é corroborada pela Organização das Nações Unidas (ONU), cuja Assembleia Geral aprovou, em 1971, a Resolução 2758, que reconhece o Governo da RPC como único representante legítimo do povo chinês na Organização e como membro permanente do Conselho de Segurança.

Em 1992, foi assinado o chamado "Consenso de 1992", um acordo entre os Governos sediados em Pequim e em Taipé, segundo o qual existe apenas "uma China".

A vitória do *Kuomintang* (KMT) nas eleições de 2008 e a posse de Ma Ying-jeou, em maio daquele ano, trouxeram novo ânimo ao relacionamento entre Pequim e Taipé. Desde então, houve, de ambos os lados, demonstrações de abertura para o diálogo. Em janeiro de 2012, Ma Ying-jeou foi reeleito, confirmando essa tendência de aproximação.

A assinatura do Acordo Quadro de Cooperação Econômica (ECFA), em 2010, foi importante marco nesse movimento de aproximação. As conversações tiveram início ainda em 2008, quando foram retomados os contatos entre a “Associação para Relações no Estreito de Taiwan”, com base na China continental, e a “Fundação de Trocas no Estreito”, baseada em Taiwan. A abertura das "três ligações diretas" no estreito (correio, comércio e serviços aéreos e marítimos) ampliou a cooperação econômica entre Taiwan e a China continental. Sob o amparo do Acordo Quadro de Cooperação Econômica (ECFA), foi assinado, em julho de 2013, o acordo Inter-Estreito sobre o Comércio de Serviços.

A abordagem pacífica das relações entre os dois lados do estreito atingiu seu ápice com a primeira reunião oficial desde 1949 entre o governo de Pequim e a administração de fato de Taiwan, ocorrida em fevereiro de 2014, entre o Escritório de Assuntos de Taiwan do Comitê Central do Partido Comunista da China, e o Conselho de Assuntos Continentais da ilha. Logo em seguida, em março de 2014, houve histórico encontro do Presidente chinês, Xi Jinping, com o presidente de honra do KMT, Lien Chan.

Taiwan mantém, hoje, relações diplomáticas com o Vaticano e 21 membros das Nações Unidas, dos quais 12 se situam na América Latina e Caribe: Belize, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas; 6 na Oceania: Kiribati, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Nauru, Palau, Tuvalu; e 3 na África: Burkina Faso, Suazilândia, São Tomé e Príncipe.

Participa, desde 2001, da Organização Mundial do Comércio (OMC) – com o *status* de território alfandegário separado, e não de país soberano e independente – e, desde 2009, como observador na Assembleia Mundial de Saúde, da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Tibete

No século XVIII, o Tibete fora conquistado pela dinastia Qin (Manchu). Essa conquista formalizou, na prática, uma ocupação que já ocorria há mais de cinco séculos pelos imperadores mongóis. Com a dissolução do Império Chinês, em 1911, os tibetanos proclamaram sua independência, que durou até a sua ocupação, pelo Exército da República Popular da China, em 1949.

Em 1951, o Tibete foi integrado à China como região autônoma. Embora tenha suscitado protestos e produzido três Resoluções condenatórias da ONU, o processo foi tacitamente aceito pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança (que incluía Taiwan) e pela comunidade internacional. Desde 1971, quando a República Popular da China substituiu Taiwan na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o assunto não foi mais levantado naquele foro.

A China enfatiza a posição de que o Tibete é parte inalienável do território chinês e acrescenta que a questão é puramente assunto da China, no qual nenhum Governo ou organização estrangeira tem o direito de interferir.

POLÍTICA EXTERNA

Sob o governo do Presidente Xi Jinping, a política externa da China tem adotado discurso assertivo, que encampa a defesa firme dos interesses chineses, contrabalançado por mensagens de cooperação, sobretudo nas áreas de comércio e investimentos em infraestrutura.

Atualmente, cinco eixos orientam a política externa chinesa. O primeiro, definido como "relação entre grandes países", refere-se às relações com EUA, Rússia e União Europeia (UE). No que se refere aos EUA, busca-se consolidar a ideia de que a região da Ásia-Pacífico comporta a presença tanto da China, como dos EUA. Por outro lado, o Chanceler Wang Yi declarou, em abril de 2014, que a "parceria-estratégica de coordenação" sino-russa é a mais substancial e a de maior importância estratégica nas relações entre grandes potências. Pequim e Moscou vêm-se articulando na tentativa de estabelecimento de novo arcabouço de segurança na Ásia, em contraposição àquele conformado pelos EUA e seus parceiros asiáticos. No caso da UE, evolui positivamente a negociação de acordo bilateral de investimentos, a despeito de posturas "defensivas" do bloco na área comercial.

O segundo eixo diz respeito à relação com países vizinhos. O estabelecimento de uma zona de defesa e identificação aérea (ADIZ) no Mar do Leste, em 2013, e a construção de plataforma de petróleo em área do Mar do Sul da China reclamada pelo Vietnã são exemplos de medidas assertivas chinesas que contribuem para o recrudescimento das tensões regionais. No que tange às relações com o Japão, o encontro entre Xi Jinping e o Primeiro-Ministro Shinzo Abe e a assinatura de acordo com vistas a retomar gradualmente o diálogo político, ocorridos à margem da Cúpula da APEC (Pequim, novembro de 2014), tiveram o mérito de diminuir as tensões entre as partes, ainda que não tenham resultado em solução duradoura das históricas disputas sino-japonesas. No sudeste asiático, foram afetadas as relações com as Filipinas e o Vietnã, devido a disputas marítimas no Mar do Sul da China.

Em contrapartida, a diplomacia chinesa tem lançado iniciativas de aproximação regional, como demonstram o Banco de Investimentos em Infraestrutura da Ásia (AIIB), lançado em outubro passado; a Rota Marítima da Seda do Século XXI, que prevê investimentos em infraestrutura de transportes para promover a interconexão da China com o Ocidente, nas suas vertentes terrestre e oceânica; e o Cinturão Econômico da Rota da Seda, com o intuito de integrar economicamente a China e a Ásia Central.

O terceiro eixo relaciona-se ao fortalecimento da parceria com países em desenvolvimento e constitui importante base estratégica da diplomacia econômica chinesa. Nesse âmbito, inserem-se as relações com a América Latina e Caribe (ALC) e com a África. Em 2014, o Brasil organizou, a pedido da parte chinesa, o Encontro de Líderes da China e de Países da América

Latina e Caribe, durante o qual foi formalizada a criação do Foro CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos)-China. Na África, Pequim tem buscado apresentar-se, sobretudo, como parceiro para o desenvolvimento, a despeito de críticas de que as iniciativas chinesas comerciais, financeiras e humanitárias reforçariam uma relação de dependência dos países daquele continente com a China.

O quarto eixo faz referência à vertente multilateral e à progressiva atenção que Pequim tem conferido a organizações e foros como ONU, G20, BRICS, Organização de Cooperação de Xangai, APEC e outros foros estabelecidos em diferentes regiões. O adensamento da participação chinesa em instâncias multilaterais, é componente de estratégia de afirmação de protagonismo da China na cena internacional e constitui canal de cooperação que visa a reafirmar sua identidade internacional de país emergente e em desenvolvimento.

O quinto eixo, o qual ainda não recebeu muita atenção relativa do governo chinês, apresenta caráter suplementar. Ressalta a importância da diplomacia pública como instrumento de contato com a sociedade civil, de modo a legitimar o governo chinês atual.

EUA

A relação EUA-China é uma das mais complexas na atual configuração do poder mundial. As variáveis são múltiplas e seu comportamento aponta para direções às vezes opostas, quando não contraditórias. A escala e a magnitude da interdependência comercial e financeira obrigam ao diálogo, mas este é marcado por queixas e insatisfação recíprocas, as quais, por seu turno, não parecem ser um óbice ao contínuo avanço da relação nessas áreas.

No Segundo Governo Obama, EUA e China deram início a gestos importantes de reaproximação. Na Cúpula de Sunnylands, em junho de 2013, os presidentes Barack Obama e Xi Jinping acordaram fortalecer uma agenda bilateral positiva e construir maior confiança mútua, buscando desenvolver um "novo tipo de relacionamento entre grandes potências", por meio do qual os EUA "saúdam uma China forte e próspera" e a China aceita caracterizar os Estados Unidos como "uma nação da Ásia-Pacífico" que contribuiria para a paz, estabilidade e prosperidade naquela região.

Entre os temas de convergência, ganhou destaque a mudança do clima. Em novembro de 2014, no contexto da visita de Estado à China, o Presidente Obama anunciou, ao lado do Presidente Xi Jinping, acordo histórico sobre mudança do clima. Resultado de meses de negociação no âmbito de grupo de trabalho, os EUA estabeleceram meta "*economy-wide*" de redução de emissões de CO₂ entre 25 e 28% até 2025, sendo 2005 o ano-base, enquanto a China comprometeu-se a estabelecer um teto de emissões por volta do ano de 2030 e a aumentar a parcela de energia gerada por fontes renováveis para 20%.

Já a 6ª reunião do Diálogo Estratégico e Econômico China-Estados Unidos (*Strategic and Economic Dialogue* - DEE), em julho de 2014, favoreceu as discussões para uma maior aproximação bilateral, permitindo o tratamento institucional de conflitos econômicos e comerciais entre as duas maiores economias do planeta. Avançou-se, na ocasião, no compromisso de manter negociações para um tratado bilateral de investimentos. Em sua vertente política, os tópicos sobre segurança cibernética, direitos humanos e questões da Ásia-Pacífico foram os mais difíceis do diálogo. Em outro âmbito, ao reunir-se desde 2013, o Diálogo "Mil-Mil" (entre ministérios de Defesa), mecanismo criado pela Cúpula de Sunnylands, tem ajudado nas conversações bilaterais de temas controversos como Coreia do Norte e Irã.

Persistem, no entanto, desconfianças. No lado chinês, o anúncio norte-americano de estratégia que passaria a privilegiar a Ásia Pacífico ("rebalanceamento") - inclusive com o deslocamento de 60% da frota naval norte-americana para a região - e o lançamento das negociações comerciais da Parceria Transpácífica (TPP, sigla em inglês), excluindo a China, incomoda Pequim, que interpreta as iniciativas norte-americanas como tentativa de conter sua ascensão política e econômica na região. Por sua vez, as investidas econômicas chinesas na América Latina e as atitudes assertivas de Pequim quanto a pretensões territoriais no Mar do Sul e no Leste da China, ameaçando tradicionais aliados norte-americanos, inquietam Washington.

Permanecem, ainda, na agenda bilateral negativa, temas em que China e EUA divergem historicamente, como é o caso da questão de Taiwan (a China frequentemente protesta contra a venda de equipamento militar norte-americano a Taiwan); da posição chinesa de "não ingerência nos assuntos internos" de países violadores de direitos humanos, vista como "omissa e oportunista" por Washington; violações a direitos humanos pelo regime chinês; acusações mútuas de ameaças à segurança cibernética; e do desrespeito à propriedade intelectual por empresas chinesas.

No campo econômico-comercial, a China é hoje o maior exportador e maior credor do mundo. Os EUA, por sua vez, são o maior importador e o maior devedor do mundo. Embora os EUA tenham sido ultrapassados pela União Europeia como o maior parceiro comercial da China, o país continua sendo o principal destino dos investimentos chineses no mundo. Por tudo isso, diz-se que as relações econômicas entre a China e os EUA são marcadas pelo pragmatismo de ambos os lados.

Rússia

Iniciada no final dos anos 1990, as relações entre China e Rússia ganharam força recentemente. Na última década, as primeiras visitas internacionais dos presidentes chinês e russo têm sido ao outro vizinho. Na gestão de Xi Jinping, as primeiras viagens internacionais do dirigente chinês nos dois anos que leva na Presidência foram à Rússia: visita de Estado em 2013

e presença na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Inverno em Sochi, em fevereiro de 2014. Os dois governos qualificam as relações como "parceria estratégica abrangente de coordenação", denominação que a China não utiliza com outro país. Conforme mencionado, por ocasião da visita do Chanceler russo, Sergey Lavrov, a Pequim, em abril de 2014, o Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Yi, afirmou que a parceria estratégica com a Rússia é a mais substancial e de maior importância estratégica nas "relações entre grandes potências".

O caráter estratégico do relacionamento bilateral mereceu destaque na nova "Concepção da Política Externa da Federação da Rússia". Trata-se de documento que apresenta as linhas centrais da atuação internacional deste país e que é tradicionalmente aprovado no início de cada mandato presidencial. O documento, de 2013, privilegia as relações com a China e a Índia na política externa da Rússia.

Por ocasião da visita do Presidente Vladimir Putin a Pequim, em maio de 2014, foram assinados cerca de 50 acordos, com especial destaque para acordos na área de energia, que alcançariam o montante de US\$ 400 bilhões, em um período de 30 anos.

Destaca-se, ainda, a constante coordenação política em organismos multilaterais entre China e Rússia, especialmente no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde os dois países são membros permanentes. Outro fato relevante é a participação e a interação de ambos os países no G-20 e no BRICS.

Segundo o Kremlin, o Presidente Xi Jinping confirmou presença, em Moscou, nas celebrações do 70º aniversário da vitória aliada na Segunda Grande Guerra, o que traduz o momento de convergência entre os dois países.

Ucrânia

O Governo chinês manteve, desde o início, o que denominou de "posição justa e objetiva" em relação à crise na Ucrânia, ao defender a moderação das partes envolvidas, bem como a importância do diálogo e de uma solução política.

A China, assim como Brasil, absteve-se na votação da Resolução 68/262 da Assembleia Geral, em março de 2014.

União Europeia

As relações entre a China e a União Europeia contam, desde 1998, com a realização de reuniões de cúpula. A primeira Cúpula China-UE ocorreu sob a presidência britânica do Conselho da União Europeia. As Reuniões são realizadas anualmente, com participação do Primeiro-Ministro chinês e dos Presidentes do Conselho Europeu e da Comissão Europeia. China e União Europeia são parceiros estratégicos desde 2003.

Em 21 de novembro de 2013, teve lugar, em Pequim, a 16ª Cúpula China-UE. Foi a primeira com participação das novas lideranças chinesas. Na ocasião, acordou-se o início de negociações de um protocolo de investimentos bilaterais, ambicionado particularmente pelo lado europeu, englobando acesso a mercado e proteção de investimentos. As partes também acordaram estabelecer a meta de US\$ 1 trilhão em volume de comércio em 2020. Em 2012, o volume de comércio China-UE foi de US\$ 546 bilhões.

De acordo com dados da Comissão Europeia, o fluxo bilateral de investimentos, em 2011, totalizou 20 bilhões de euros, dos quais 17,5 bilhões de euros corresponderam a ativos originados da Europa. O estoque de investimentos da UE na China, até aquele ano, é estimado pela CE em 101,5 bilhões de euros, e o da China na UE, em 15 bilhões de euros.

Outro desdobramento relevante da 16ª Cúpula foi o documento intitulado "*EU-China 2020 Strategic Agenda for Cooperation*", que visa a constituir o arcabouço sob o qual a cooperação bilateral deverá desenvolver-se e tem como cerne os temas de comércio e investimentos.

Em 31/3 e 1/4/2014, o Presidente Xi Jinping realizou visita a Bruxelas, quando as partes reiteraram o mútuo comprometimento com a implementação da agenda estratégica acima referida. Em discurso, Xi Jinping afirmou que China e UE, cujas economias se combinam para representar um terço da economia global, devem manter um mercado aberto, acelerar as negociações sobre o acordo de investimento e explorar ativamente a possibilidade de uma área de livre comércio. Sublinhou a importância do fortalecimento da cooperação tanto no plano comercial, quanto no tecnológico, de modo a que a China e a União Europeia "se tornem motores do crescimento da economia mundial".

Além disso, as partes receberam positivamente os resultados das duas primeiras rodadas de negociação de acordo bilateral de investimentos que cobriria proteção de investimentos e acesso a mercados, bem como manifestaram a expectativa de que, tempestivamente, se obtenha acordo ambicioso. De acordo com trecho da declaração conjunta, tal acordo poderia dar margem, no futuro, uma vez reunidas as condições necessárias, a que se aspire a um acordo "profundo e abrangente" de livre comércio entre a UE e a China.

No contexto da visita a Bruxelas, a Comissão Europeia manifestou, por meio de comunicado oficial, apoio ao pleito chinês de ingressar nas negociações do Acordo sobre Comércio de Serviços (TiSA, no acrônimo em inglês), apresentado em setembro de 2013.

Passada a visita a Bruxelas, o Governo chinês divulgou documento sobre a política externa chinesa para a União Europeia nos cinco a dez próximos anos. No referido documento, é reafirmado o compromisso chinês com a implementação, até 2020, da Agenda Estratégica UE-China para

Cooperação, adotada por ocasião da XVI Cúpula UE-China (Pequim, 21 de novembro de 2013).

Analistas consideram que a China tem buscado aproximação política e econômica crescente com a UE. Pequim procuraria na UE parceiros com os quais possa compartilhar experiências e dos quais possa receber contribuições para as reformas que o Governo chinês pretende implementar. A aproximação com a UE poderia denotar, ainda, procura de alternativa aos EUA, país do qual Pequim nutre desconfianças.

Japão

As relações diplomáticas entre China e Japão foram estabelecidas em 1972, com a assinatura, em Pequim, do Comunicado Conjunto de 29 de setembro, por Mao Tsé-tung e pelo Primeiro-Ministro Kakuei Tanaka. Em 1978, foi firmado o Tratado de Paz e Amizade China-Japão, por meio do qual ambos os países se comprometeram a "não buscar hegemonia na região da Ásia-Pacífico ou qualquer outra região". Desde então, apesar dos ressentimentos históricos com a ocupação japonesa de parte significativa do território chinês durante a primeira metade do século XX, as relações sino-japonesas alcançaram progressiva e notável intensificação, em razão das crescentes iniciativas econômicas nipônicas (investimentos, empréstimos, cooperação técnica, entre outros), especialmente a partir das reformas promovidas por Deng Xiaoping, no final da década de 1970.

Atualmente, as relações entre os dois países encontram-se consideravelmente deterioradas, num contexto de controvérsias territoriais (ilhas Senkaku/Daioyu) e permanência de ressentimentos com relação ao passado colonialista japonês na China, especialmente nas décadas de 1930 e 1940, sentimentos que têm sido estimulados por acusações de deliberado revisionismo histórico por parte do atual Primeiro-Ministro do Japão, Shinzo Abe.

Em dezembro de 2013, agravou-se o mal-estar político entre China e Japão, uma vez que o Primeiro-Ministro Shinzo Abe visitou o santuário xintoísta Yasukuni, em que japoneses mortos em guerras desde 1853 são venerados, incluídos 14 criminosos "classe A" da II Guerra Mundial. Visitas de autoridades japonesas a esse santuário são um verdadeiro tabu na relação do Japão com seus principais vizinhos. Assim como a Coreia do Sul, a China formulou enfáticos protestos diante da visita de Abe ao santuário. Pequim entende que o assunto diz respeito à incapacidade do Japão de reconhecer seu "histórico de agressão militarista" na primeira metade do século XX e de respeitar os sentimentos dos países que foram suas vítimas.

O Governo Abe também vem propondo alterar a tradicional interpretação da cláusula pacifista da Constituição japonesa de modo a permitir ao Japão participar de arranjos de segurança coletiva (por meio do reconhecimento jurídico interno do "direito de defesa coletiva"), tema que,

apesar de ainda estar em discussão parlamentar, tem suscitado controvérsias internas por parte da China. Outro elemento de tensão entre a China e o Japão é resistência chinesa ao recente conceito japonês de “Contribuição Proativa para a Paz”, política concebida pelo Primeiro-Ministro Shinzo Abe, em 2013, e que contempla uma série de atividades do Governo nipônico (participação em missões de paz, prestação de cooperação internacional, atuação em foros multilaterais e maior participação no mercado internacional de produtos de defesa). Pequim vê nessas iniciativas indícios de um "ressurgimento do militarismo japonês", conforme seria, na visão chinesa, idealizado por Shinzo Abe.

Contribuem para a desconfiança mútua entre China e Japão a expansão das atividades marítimas chinesas em direção ou além do arquipélago japonês, bem como a modernização das capacidades navais chinesas, como a construção de porta-aviões. A China considera que continua a ser uma vítima potencial de um Japão agressivo por natureza e que Tóquio e Washington buscam "conter" a ressurgência da China como potência. De sua parte, o Japão crê que o pacifismo já se enraizou profundamente na sociedade nipônica, o que garante que o passado militarista não será revivido, e que as suas características geográficas e econômicas fazem do Japão um país vulnerável, que necessita assegurar a liberdade de navegação na região.

Apesar das dificuldades políticas na região, a interdependência econômica motiva uma maior integração comercial entre a China, o Japão e a Coreia do Sul. As negociações do Acordo de Livre Comércio trilateral China-Japão-Coreia do Sul tiveram início em novembro de 2012 e tiveram sua 7ª rodada, em Seul, em abril de 2015.

Questão das ilhas Senkaku/Diaoyu no Mar da China Oriental

A partir de 2012, as relações entre a China e o Japão entraram em uma fase de tensão sem precedentes no pós-guerra. O dissenso sino-japonês acerca das ilhas Senkaku/Diaoyu (pequeno arquipélago rochoso localizado no Mar da China Oriental, a sudoeste da Província japonesa de Okinawa, denominado "ilhas Senkaku" pelo Japão e "ilhas Diaoyu" pela China) foi agravado pela nacionalização, pelo Governo japonês, (compra a partir de proprietário privado em setembro de 2012) de três das cinco ilhas do arquipélago, reivindicado pelo Governo chinês como parte de seu território. Já em maio de 2013, Pequim designou publicamente as ilhas de "*core interest*" (interesse central), termo utilizado em relação a Taiwan e Tibete e que sugere um enrijecimento da posição chinesa na questão. A China já vinha adotando posição bastante assertiva, inclusive com emprego de expressões fortemente acusatórias, como fez o então Chanceler Yang Jiechi no Debate Geral da Assembleia-Geral da ONU, em setembro de 2012 ("negação dos resultados da guerra antifascista" e "sério desafio à ordem internacional do pós-guerra").

É importante ressaltar que o Japão não reconhece a existência de disputa territorial com a China sobre as ilhas Senkaku/Diaoyu, mas pleiteia esse reconhecimento no que tange ao diferendo com a Coreia do Sul (ilhas Dokdo/Takeshima). Por essa razão, o emprego da expressão "disputa territorial" pode sugerir a ideia de que o interlocutor em questão tomaria partido de um ou outro país, a depender do tema tratado (é preferível utilizar a expressão "questão territorial").

O Presidente dos EUA, Barack Obama, durante visita ao Japão (abril de 2014), declarou que as ilhas são cobertas pelo Tratado de Cooperação e Segurança Mútuas Japão-EUA. Obama buscou reafirmar seu compromisso com a segurança japonesa, de modo a dissipar dúvidas sobre a real disposição de seu país de reagir a uma agressão contra o Japão. Obama foi o primeiro Presidente norte-americano a anunciar publicamente essa posição, que antes havia sido reiterada apenas por Secretários de Estado e da Defesa, mas também reafirmou que os EUA "não tomam partido quanto à determinação final de soberania sobre as ilhas", outro elemento tradicional da posição americana.

Coreia do Sul

Após participação na Guerra da Coreia (1950-1953), quando lutou ao lado da Coreia do Norte contra a coalizão de forças da ONU, a China permaneceu durante longo período sem relações diplomáticas com a República da Coreia (Coreia do Sul). Durante a Guerra Fria, Pequim manteve relações com a Coreia do Norte, enquanto Seul manteve relações com Taiwan. As relações diplomáticas somente foram normalizadas em 1992. Atualmente, cerca de 600 mil chineses (coreano-étnicos oriundos da província chinesa de Jilin) vivem na Coreia do Sul e aproximadamente 560 mil sul-coreanos residem na China.

A dinamização das relações sino-coreanas tem proporcionado rápido desenvolvimento no comércio bilateral, que cresceu mais de 30 vezes desde a normalização das relações diplomáticas. Segundo dados sul-coreanos, a China é o maior parceiro comercial da Coreia do Sul, que por sua vez ocupa a terceira posição nas trocas comerciais chinesas.

O diálogo político também se adensou, e atualmente as relações China-Coreia do Sul gozam do status de "Parceria Estratégica". A atual Presidente da Coreia do Sul, Park Geun-hye, em sua primeira viagem oficial após ser eleita, realizou Visita de Estado à China, em junho de 2013. O Presidente Xi Jinping retribuiu a visita, em julho de 2014. Significativamente, o Presidente chinês foi a Seul sem haver visitado antes Pyongyang.

O Governo sul-coreano tem avaliado o estágio atual das relações com a China como excelente, inclusive com a intensificação do comércio bilateral (exportações sul-coreanas para a China hoje maiores do que aquelas destinadas ao Japão e aos EUA; assinatura de Acordo de Livre Comércio China-Coreia do Sul em 2014). Seul, entretanto, busca equilibrar-se entre a

forte aliança política e militar com os EUA e a Parceria Estratégica com a China.

RPDC (Coreia do Norte)

A China caracteriza-se como a principal aliada da República Popular Democrática da Coreia – RPDC (Coreia do Norte) na região, pois é a maior fornecedora de alimentos e combustíveis ao país e tem a mais intensa interlocução política. A China compartilha com a Coreia do Norte fortes vínculos históricos e militares, uma vez que voluntários do Exército Popular da China (contingente estimado em cerca de 400 mil homens) lutaram ao lado das forças norte-coreanas durante a Guerra da Coreia (1950-1953). O Armistício de Panmunjom (julho de 1953), que suspendeu os combates desse conflito armado, teve China como um de seus signatários. Para a China, a manutenção do equilíbrio na Península Coreana constitui indicador de sua capacidade de liderança regional. Nessa função, Pequim exerce, muitas vezes, ação moderadora sobre Pyongyang. Com menor intensidade, esse também é o papel exercido por Moscou.

Atualmente, observa-se relativo distanciamento chinês em relação à RPDC, enfatizado pelo fato de o Presidente Xi Jinping ter visitado primeiramente Seul, em julho de 2014, e ainda não ter visitado Pyongyang (tradicionalmente, ocorreria o inverso). Nos últimos dois anos, a inflamada retórica belicista (ameaças à Coreia do Sul, Japão e EUA) do jovem Líder norte-coreano Kim Jong Un, em grande medida, legitimou o aumento da presença militar dos EUA na região, o que desagrada Pequim.

As relações entre a China e a Coreia do Norte constituem, hoje, na visão chinesa, mais um passivo do que um ativo diplomático, sobretudo desde o final de 2013, após a execução sumária, por "traição", do tio do Líder Kim Jong Un, Jang Song-taek, que era interlocutor privilegiado com o lado chinês.

Questão nuclear norte-coreana

Principal aliada da RPDC, a China demonstrou com clareza sua desaprovação ao lançamento de foguete em dezembro de 2012 e, principalmente, ao teste nuclear de fevereiro de 2013 levados a cabo pela RPDC. O país tem reiterado seu compromisso com a desnuclearização da Península Coreana e com o equacionamento da questão nuclear por meio do diálogo, de modo que as negociações hexapartites possam ser retomadas o quanto antes. Pequim demanda que todas as partes envolvidas mantenham a calma, exerçam a cautela e evitem ações que possam desestabilizar a frágil situação na Península Coreana.

Índia

Em abril de 1950, a Índia foi o primeiro país fora os integrantes do bloco socialista a estabelecer relações diplomáticas com a China. Vizinhos

milenarios, cujas culturas fertilizaram mutuamente, suas relações foram marcadas por três conflitos militares no período pós-Independência, em 1962, 1967 e 1987. Todavia, a busca do entendimento bilateral, formulada desde os anos 1950, é tida como uma das chaves da paz na Ásia.

Índia e China somam cerca de 35% da população mundial. Na comparação entre ambos, a China registra os indicadores sociais mais avançados. As atuais taxas de expectativa de vida e de mortalidade infantil na Índia são, por exemplo, comparáveis às da China na década de 1970. O PIB per capita chinês é mais duas vezes maior que o indiano e o PIB total em termos nominais, duas vezes e meia maior.

A China tornou-se o maior parceiro comercial da Índia em 2013. O comércio bilateral passou de US\$ 7,6 bilhões em 2003 para US\$ 66 bilhões em 2013. Nessa relação, destaca-se o elevado desequilíbrio comercial em desfavor da Índia: déficit de US\$ 40 bilhões em 2012, reduzindo-se para US\$ 31 bilhões em 2013. Os dois Governos anunciaram a meta de que as trocas comerciais atinjam US\$ 100 bilhões até 2015. Os investimentos chineses na Índia são modestos, mas há grande potencial de crescimento.

Em 2005, os dois países estabeleceram "Parceria Estratégica e Cooperativa para a Paz e a Prosperidade", refletindo convergência de interesses em certos temas globais, como nos debates sobre agenda para o desenvolvimento, em negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio - OMC, em posições sobre mudanças climáticas, no âmbito do G-20 e do BRICS e no enfrentamento da crise financeira internacional.

Percebe-se, atualmente, movimento de aproximação entre os dois países, expresso em encontros e troca de visitas de alto nível. Após a eleição do Primeiro-Ministro Narendra Modi, o Premiê Li Keqiang foi o primeiro líder estrangeiro a apresentar-lhe cumprimentos, por telefone. China e Índia celebraram, em 2014, o Ano da Amizade Sino-Indiana e os 60 anos do lançamento dos cinco princípios da coexistência pacífica.

Em setembro de 2014, o Presidente Xi Jinping, realizou visita de Estado à Índia. Tratou-se da terceira visita presidencial chinesa à Índia na história. Cabe registrar que o primeiro encontro entre Modi e Xi havia-se dado no Brasil, poucos meses antes, à margem da Cúpula do BRICS em Fortaleza, em julho de 2014. Comunicado Conjunto emitido na ocasião da visita bilateral qualificou a resolução do diferendo fronteiriço como "objetivo estratégico" da relação. Na semana da visita, contudo, novo incidente na fronteira perturbou a fluidez do diálogo. Na esfera dos negócios, foi assinado, ainda durante a visita, Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico e Comercial, que delineia os seguintes objetivos: (i) redução do desequilíbrio comercial; (ii) realização de investimentos chineses da ordem de US\$ 20 bilhões nos cinco anos seguintes; (iii) estabelecimento de ambiente estável e transparente para os negócios; e (iv) ampliação da cooperação entre Câmaras de Comércio e setores financeiros. No que se refere particularmente aos investimentos chineses, foi assinado

instrumento que contempla a construção de parques industriais nos estados indianos de Maharashtra e do Gujarat.

Além do diferendo de fronteira, são considerados como pontos de fricção, de diferentes graus, entre os dois países a cooperação chinesa com o Paquistão na área nuclear, a crescente influência econômica chinesa sobre vizinhos da Índia, notadamente no contexto do "Cinturão Econômico da Rota da Seda", os interesses estratégicos chineses no Oceano Índico no quadro da "Nova Rota da Seda Marítima", e a relação de Nova Delhi com o Dalai Lama. A China não apoia o pleito indiano de assento permanente no Conselho de Segurança.

ASEAN

O diálogo formal entre ASEAN e China foi estabelecido em 1991. Posteriormente, o relacionamento foi elevado ao *status* de parceria de diálogo em julho de 1996, na XXIX Reunião Ministerial da ASEAN. A China foi o primeiro parceiro de diálogo da ASEAN a aceder ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático (TAC), em 2003.

No campo da segurança, a China expressou sua intenção de aceder ao Protocolo do “Southeast Asia Nuclear Weapons-Free Zone Treaty” (SEANWFZ). As “Guidelines on the Implementation of the DOC” foram aprovadas em Conferência Pós-Ministerial com a China, em julho de 2011. Desde então, as negociações não têm tido grande avanço.

Por ocasião da VII Cúpula ASEAN-China, realizada em Bali, em outubro de 2003, adotou-se “*Joint Declaration of the Heads of State / Government on Strategic Partnership for Peace and Prosperity*”, a qual tem sido implementada com base em dois planos de ação (2005-2010 e 2011-2015).

O último Plano de Ação estabelece onze áreas prioritárias para a cooperação, quais sejam: agricultura; tecnologias de comunicação e de informação; desenvolvimento de recursos humanos; desenvolvimento da Bacia do Rio Mekong; investimentos; energia; transporte; cultura; saúde pública; turismo; e meio ambiente.

A China é o principal parceiro comercial da ASEAN, respondendo por 14,0% de seu comércio global em 2013. A ASEAN, por sua vez, é o terceiro parceiro da China, sendo responsável por 10,3% de seu comércio total em 2013. Os investimentos mútuos têm sido, de 2002 a 2012, da ordem de US\$ 400 bilhões. Em 2013, a China aprovou a criação de Fundo de Cooperação, de US\$ 10 bilhões, para a promoção de infraestrutura e interconectividade; cooperação energética e em recursos naturais; tecnologias da informação e comunicação; entre outros. A ASEAN recebeu, em 2013, 12,6 milhões de turistas chineses, correspondendo a 12,9% do total.

A China avança rapidamente para consolidar seu relacionamento com os dez países da ASEAN através do Acordo de Livre Comércio (CAFTA), em vigor desde 1º de janeiro de 2010. Ademais, China e ASEAN mantêm

acordo sobre serviços, em vigor desde 2007, o qual prevê a liberalização progressiva pela China de 26 setores em cinco áreas, conforme os compromissos assumidos na OMC: construção, proteção ambiental, transportes, esportes e comércio.

O acordo China-ASEAN sobre investimentos, assinado em agosto de 2009, é muito mais um acordo de promoção, facilitação e proteção de investimentos, não representando avanços para muitos dos mais agressivos investidores da ASEAN.

A China desempenhou papel importante na revitalização das economias do Sudeste Asiático após a crise financeira asiática de 1997 e durante a última década, mas são ainda controversas as conclusões sobre o impacto do vizinho do norte sobre as economias da região. De um lado, muitos investimentos que se destinavam aos países da região se desviaram para a China. De outro, o aumento expressivo do comércio de componentes e insumos entre a China e os países da ASEAN demonstra a integração de cadeias produtivas que têm como destino final, sobretudo, os Estados Unidos e a Europa, com a China no papel de última linha de montagem na região. Os crescentes investimentos chineses em outros países e a migração de algumas indústrias tradicionais para o Vietnã e o Camboja deixam entrever, contudo, que a situação é mais complexa. Outra potencial consequência da integração comercial e econômica é o próprio fortalecimento da integração financeira, com o aumento da utilização do *luan* nas transações regionais. A moeda chinesa já é utilizada no comércio fronteiriço da China com Vietnã, Camboja e Myanmar.

Atualmente, os principais temas que a China vem tratando com os países da ASEAN são: os litígios de fronteira no Mar do Sul da China, em especial a possível negociação de Código de Conduta; a revisão da Iniciativa Chiang Mai (um esquema de *swap* em moedas regionais, para atenuar ciclos de baixa liquidez); as negociações sobre a Parceria Econômica Abrangente Regional (da qual devem participar 16 países ao todo: os dez Estados da ASEAN, mais Austrália, Coreia do Sul, Índia, Japão e Nova Zelândia, além da China), podendo, segundo analistas, rivalizar com a Parceria Transpácífica, ligada aos EUA; a formação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura; e o estímulo à confiança mútua e à segurança regional, por meio da cooperação.

Na 16ª Cúpula da ASEAN-China, em outubro de 2013, ASEAN e China fixaram o objetivo de alcançar fluxo comercial de US\$ 500 bilhões até 2015 e de US\$ 1 trilhão até 2020, bem como ampliar o fluxo de investimento para US\$ 150 bilhões nos próximos oito anos. A China teria também proposto tratado sobre "boa vizinhança e cooperação amistosa" e oferecido 15 mil bolsas para estudantes da ASEAN.

O Presidente e o Primeiro-Ministro da China têm visitado diversos países da ASEAN, o que pode ser visto como parte de uma estratégia de aproximação, em contraste com a menor presença dos EUA na região.

Mar do Sul da China

As disputas territoriais no Mar do Sul da China constituem o principal desafio geopolítico do Sudeste Asiático, em razão de seus possíveis reflexos à paz regional, ao comércio internacional e à exploração dos recursos naturais locais (pescados e, possivelmente, hidrocarbonetos). A questão opõe, sobretudo, a China às Filipinas e ao Vietnã, apesar de também reclamarem áreas em litígio Malásia, Brunei e Taiwan.

A China, que na última década buscou evitar disputas militares na região - enfatizando a manutenção do *status quo* com os países do Sudeste Asiático e, com isso, ganhando tempo para fortalecer suas capacidades militares marítimas - tenta agora postura mais assertiva ao testar os limites dos vizinhos com afirmações mais efetivas de soberania. Essas reações chinesas têm-se manifestado pela construção de postos militares nas ilhas Spratly (Nansha para os chineses) e Paracel (Xisha), além de uma plataforma para submarinos nucleares em Hainan (ilha ao sul da China) e em escaramuças mais frequentes envolvendo embarcações pesqueiras e de patrulha chinesas. Como demonstrado por incidente com o Vietnã em maio de 2014 (quando a China instalou plataforma de petróleo em área reclamada pelo Vietnã), a China começa efetivamente a explorar reservas de petróleo em áreas litigiosas no Sudeste Asiático, sustentando sua soberania sobre a área da "linha dos nove pontos". Em nenhum momento, entretanto, a China esclareceu o significado dessa linha, afirmando apenas que é seu "direito histórico".

Alguns países da ASEAN procuram avançar negociações em bloco, enquanto a China sustenta preferência por negociar bilateralmente. Para a China, que defende ser seu território quase todo o Mar do Sul da China, trata-se de um interesse central (*core interest*), ao lado das questões de Taiwan e do Tibet.

Apesar do aumento dos orçamentos militares na região e a presença militar norte-americana, é indesejável para as partes qualquer tentativa de solução dos diferendos pela via militar. O Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste da Ásia, de 1976 (de que o Brasil faz parte, desde 2012), e a Declaração de Conduta das Partes no Mar do Sul da China (entre a ASEAN e a China), de 2002, preveem expressamente que os diferendos territoriais na região sejam resolvidos pela via pacífica.

Ásia Central

A China liga-se aos países da Ásia Central através da Organização para Cooperação de Xangai (OCX), fundada em 1996 e tendo como membros, além da China, Rússia, Cazaquistão, República Quirguiz, Tadjiquistão e

Uzbequistão. Irã, Índia, Mongólia, Paquistão e Afeganistão são membros observadores. A OCX teve, originalmente, como finalidade principal a cooperação para a segurança (terrorismo, tráfico de drogas e separatismo), mas tem evoluído para temas de cooperação econômica e cultural. A Organização já foi criticada pelo seu teor anti-ocidental, já tendo discutido em suas reuniões a formação de uma organização antagônica à OTAN, a substituição do dólar como moeda de referência, a formação de um cartel de gás natural e o incentivo ao armamento nuclear de seus membros. A China deseja incorporar o Irã como membro pleno da OCX. O Irã traria para a organização todo o seu peso econômico e sua imensa influência cultural nos países da Ásia Central.

Outro instrumento de aproximação da China com os países centro-asiáticos será o Banco Asiático para Investimento em Infraestrutura. Na região, apenas o Azerbaijão ainda não foi admitido como membro, pois apresentou o seu pedido de adesão há menos de um mês. O Banco deverá financiar projetos de interesse dos chineses, mas com forte impacto nas economias dos países asiáticos e com efeitos positivos na integração regional.

Na Ásia Central, especialmente importantes são as relações entre a China e o Cazaquistão, que partilham uma fronteira de 1.782 km. Como em outros países, a China tem investido no setor petrolífero e de gás natural do Cazaquistão. Os rios que vêm da China e penetram em território cazaque são intensamente utilizados em irrigação e desenvolve-se um esforço permanente de negociação para o aproveitamento dos recursos hídricos transfronteiriços.

Oriente Médio

A China tem demonstrado limitado envolvimento em temas centrais do Oriente Médio., como a questão israelo-palestina (a favor de uma solução de dois Estados); o conflito na Síria (elementos para uma saída negociada e política para o conflito, porém não integrando coalizão internacional que combate o autoproclamado Estado islâmico); e questão nuclear do Irã (integrando o P5+1 e defendendo o direito iraniano de desenvolver tecnologia nuclear para fins pacíficos).

A China tem no Oriente Médio espaço geográfico privilegiado para a obtenção de apoio político e recursos energéticos. A região – os países do Conselho de Cooperação do Golfo em particular – fornece cerca de 50% das importações chinesas de petróleo. O fluxo comercial é acompanhado, no plano político, por iniciativas como a criação, em 2004, do Fórum Sino-Árabe de Cooperação (SACF). No âmbito do SACF, em 2010, a China e os países árabes estabeleceram "relações de cooperação estratégica". China mantém, também, conversas regulares com a Liga dos Estados Árabes (LEA) e negocia, desde 2004, acordo de livre comércio com o Conselho de Cooperação do Golfo. Desde 2002, a China tem designado “Enviados Especiais” para a região.

Conflito na Síria

Pequim não acredita em solução militar para o conflito sírio. Defende solução política que leve em consideração os interesses de todas as partes envolvidas e apoia as iniciativas conduzidas por Moscou e pelo Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, com vistas à retomada de negociações políticas entre as partes e à contenção da violência.

O Chanceler Wang Yi apresentou proposta de cinco pontos para o conflito sírio, em preparação para as negociações de Genebra II, em janeiro de 2014: resolução por meios políticos; atribuição ao povo sírio da decisão quanto ao futuro do país; transição política inclusiva; reconciliação nacional e unidade na Síria; e oferecimento de assistência humanitária aos sírios e aos vizinhos.

Pequim vetou, em maio de 2014, juntamente com a Rússia, proposta francesa de resolução do Conselho de Segurança que propunha remeter ao Tribunal Penal Internacional a situação na Síria. A delegação chinesa destacou que a remissão do caso ao TPI não seria propícia à busca de solução política. Tem defendido que a soberania síria deve ser respeitada em todos os momentos e identifica o terrorismo como a causa da deterioração da situação humanitária na Síria. Em março de 2015, a China votou a favor da Resolução 2209, que condenou o uso de armas químicas na Síria, sem atribuir responsabilidade.

Israel e Palestina

A China reconheceu o Estado da Palestina, em novembro de 1988, e, de forma similar ao Brasil, co-patrocinou o projeto de resolução da Assembleia Geral que concedeu à Palestina *status* de Estado Observador Não-Membro nas Nações Unidas, em novembro de 2012.

Pequim, à semelhança do Brasil, defende um Estado palestino independente e soberano, criado com base nas linhas de 1967, com a Palestina e Israel vivendo lado a lado em paz e segurança.

A China tem reafirmado que o Conselho de Segurança deve assumir suas responsabilidades em relação ao conflito israelo-palestino. Em dezembro de 2014, o país votou a favor do projeto de resolução do Conselho, apresentado pela Jordânia a pedido palestino, que buscava estabelecer parâmetros para a resolução do conflito (o projeto não obteve os nove votos necessários para aprovação).

Programa nuclear iraniano

Atualmente, as atividades de verificação no Irã dão-se no contexto do *Joint Statement on a Framework for Cooperation*, acordado com a Agência Internacional de Energia Atômica – AIEA, em novembro de 2013, e do *Joint Plan of Action* (JPA), concluído com o grupo P5+1 (os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU e Alemanha, facilitados pela União Europeia) também em novembro de 2013.

A mais recente rodada de negociações entre o Irã e os P5+1 encerrou-se em 2 de abril de 2015, em Lausanne, Suíça. Na ocasião, os

negociadores anunciaram a definição de parâmetros que servirão de base para um acordo detalhado a ser concluído até 30/6. Tais parâmetros estão relacionados principalmente a limitações sobre as atividades nucleares no Irã em um período de 10 a 15 anos (número de centrífugas para enriquecimento de urânio, grau de enriquecimento, restrições quanto a novas instalações e estoques de materiais nucleares) e a medidas de verificação (inspeções) em todas as etapas do ciclo de combustível nuclear. Os negociadores dos P5+1 estimam que, com a implementação das restrições, o tempo de "*breakout*" – período entre a eventual decisão de construir uma arma nuclear e o momento em que o Irã disporia de material físsil suficiente para uma bomba – seria aumentado dos atuais 2-3 meses para, no mínimo, um ano.

A China é integrante dos P5+1. Junto com a Rússia, exerce papel moderador nas tratativas do Grupo com o Irã. Após o anúncio do entendimento de Lausanne, o Chanceler Wang Yi assinalou que a resolução do dossiê nuclear iraniano por meio do diálogo e da negociação é do interesse de toda a comunidade internacional, além de compatível com o propósito da Carta das Nações Unidas no sentido de promover a solução pacífica das disputas entre Estados.

África

Os dois principais objetivos da inserção chinesa na África – acesso a recursos naturais e obtenção de apoio político – são concretizados por meio de estratégias de intensificação de relações que combinam aspectos comerciais, investimentos, ações de *soft power*, ações humanitárias, cooperação técnica em diversos campos e a criação, em 2000, de uma base institucional estruturada por meio de cúpulas e planos de ação: o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC).

O intercâmbio comercial é a vertente mais notável da presença chinesa na África. Desde 2000, a corrente comercial entre a China e os países africanos tem crescido a uma média anual de 33,5%, passando de USD 9 bilhões em 2000, para mais de USD 210 bilhões em 2013. As exportações chinesas em 2013 foram de US\$ 92,8 bilhões (aumento de 8,8%), e as importações, de US\$ 117,4 bilhões (aumento de 3,7%). Em 2013, a corrente de comércio da África com EUA e UE foi de, respectivamente, US\$ 85 bilhões e US\$ 137 bilhões.

No que tange aos investimentos da China na África, segundo dados disponíveis do Ministério do Comércio da China (2012), o fluxo de investimento externo direto (IED) alcançou US\$ 2,5 bilhões naquele ano, o que representa redução de 21,5% em relação a 2011. Segundo dados do "World Investment Report" da UNCTAD, em 2012, os investimentos chineses corresponderam a 5% do fluxo total de IED para o continente (US\$ 50 bilhões) - em 2011, a participação chinesa no IED para a África havia alcançado 7,4%. Se comparados com o estoque total de investimentos externos na África (US\$

629,6 bilhões), o IED chinês no continente - US\$ 21,7 bilhões (cerca de 3,4% do total) – ainda é modesto. A UE e os EUA continuam sendo os principais investidores, com mais de 80% do total.

A aproximação econômico-comercial chinesa vem acompanhada de iniciativas políticas de alto nível. As mais recentes visitas de altas autoridades chinesas à região foram a do Primeiro-Ministro Li Keqiang, em maio de 2014, e a do Presidente Xi Jinping, em março de 2013.

A cooperação em ajuda ao desenvolvimento e assistência humanitária é outro vetor usado pelos chineses para se aproximar do continente africano. O discurso chinês de aproximação com países africanos, com alusões a "igualdade política", "benefício mútuo", "respeito pela soberania" e "não-intervenção", tem-se mostrado mais atraente que as condicionalidades dos parceiros tradicionais (em especial, dos doadores ocidentais). O escopo da política chinesa para o desenvolvimento é mais amplo que o da OCDE e envolve, por exemplo, "pacotes de negócios", que incluem troca de acesso a recursos naturais por grandes projetos de construção de infraestruturas financiados pela China.

América Latina e Caribe

A estratégia da China na América Latina e Caribe leva em conta três principais interesses: (i) assegurar o fornecimento de recursos naturais que contribuem para manter o crescimento econômico do país asiático; (ii) abrir novos mercados consumidores para os produtos chineses; e (iii) encorajar nações a reconhecer a RPC no lugar de Taiwan. Historicamente, a China manteve baixo perfil no relacionamento com a região, em função, sobretudo, da distância geográfica e cultural e por considerar a região área de influência dos EUA. Tal cenário apresentou os primeiros sinais de mudança a partir da década de 1990, quando o desenvolvimento acelerado da economia chinesa não só passou a exigir acesso a novos mercados consumidores de produtos chineses e fornecedores de matérias-primas, mas também fortaleceu as bases para sua consolidação como potência emergente, que passaria a buscar globalmente a consecução de seus interesses geopolíticos.

O marco inicial da estratégia de aproximação chinesa em relação à América Latina e Caribe pode ser identificado no périplo latino-americano do Presidente Hu Jintao, em 2004, considerado ponto de inflexão nas relações da China com a região. Posteriormente, em 2008, foi divulgado o “Documento sobre a Política da China para a América Latina”, primeiro texto público oficial chinês sobre as relações de Pequim com a região. Além de reafirmar o apoio à política de “uma só China” como base para o relacionamento com os países da América, o documento menciona o interesse da China em negociar acordos de livre-comércio com os países e as organizações de integração regional da ALC.

A criação do Foro CELAC-China resultou de uma proposta chinesa, apresentada pelo então Primeiro-Ministro Wen Jiabao, em visita à região em

2012, e aprovada pelos Chefes de Estado e de Governo da CELAC na Cúpula de Havana, em janeiro de 2014. Por ocasião da visita do Presidente Xi Jinping ao Brasil, a parte brasileira organizou, a pedido do país asiático, a Reunião de Cúpula Brasil, China e Líderes da América Latina e do Caribe, em 17 de julho, quando foi oficialmente lançado o Foro e estabelecidas suas principais diretrizes da cooperação. A Reunião teve como tema "Igualdade e Benefício Mútuo, Cooperação Recíproca e Desenvolvimento Comum". Naquela ocasião, o mandatário chinês anunciou diversas medidas que poderão reforçar a cooperação entre seu país e a ALC, como a criação de um fundo para financiar projetos de infraestrutura, chegando a um total de US\$ 20 bilhões; o lançamento de linha de crédito preferencial para a CELAC no valor de US\$ 10 bilhões, para investimentos em áreas a serem definidas pela China e pela ALC; a concessão de US\$ 50 milhões para cooperação agrícola; o estabelecimento de um programa de intercâmbio para cientistas na área de tecnologia e inovação; entre outras iniciativas. O anúncio de tais iniciativas chinesas não constou, entretanto, da Declaração Conjunta da Cúpula de Brasília de Líderes.

Em seguimento à reunião de líderes da América Latina, do Caribe e da China de Brasília, foi realizada reunião de todos os Chanceleres da CELAC e da China, em 8 e 9 de janeiro de 2015, em Pequim. Na ocasião, foram adotados uma Declaração Política, as regras de funcionamento do Foro e o Plano de Cooperação 2015-2019. As regras de funcionamento preveem que o Foro será organizado em três níveis: reunião, a cada três anos, dos Ministros de Relações Exteriores; reuniões anuais de Coordenadores Nacionais; e consultas em nível de Diretor-Geral, a serem organizadas conforme a necessidade. Essa estrutura seria complementada por consultas anuais entre o Chanceler da China e o Quarteto da CELAC e por reuniões setoriais específicas, em áreas como agricultura, ciência e tecnologia, academia, imprensa e sociedade civil.

O Plano de Ação estabelece metas genéricas de cooperação em treze áreas (política e segurança; assuntos internacionais; comércio, investimentos e finanças; infraestrutura e transportes; energia e recursos naturais; agricultura; indústria, ciência e tecnologia, aviação e indústria aeroespacial; educação e treinamento de recursos humanos; cultura e esportes; imprensa, mídia e publicações; turismo; proteção ambiental, gestão de desastres naturais, erradicação da pobreza e saúde; contatos entre sociedades civis).

O Brasil considera que a implementação de medidas concretas de cooperação e a negociação de compromissos normativos serão sujeitos a negociações específicas entre a China e os países latino-americanos e caribenhos interessados. Qualquer membro da CELAC poderá eximir-se de participar de uma iniciativa, sem que isso impeça sua posterior adesão à referida iniciativa, com a prévia aprovação da China e os países que originalmente participaram do processo negociador.

Fórum de Macau

O Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau) foi criado, em 2003, por iniciativa do Ministério do Comércio da China (MOFCOM) com o objetivo declarado de promover o comércio e os investimentos entre os países de língua oficial portuguesa e a China. Cabe destacar que, entre os países de língua portuguesa, São Tomé e Príncipe é o único país a não participar do Fórum em razão de manter relações diplomáticas com Taiwan. O Fórum conta com representantes residentes na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) de todos os países-membros, exceto o Brasil, que designou diplomata da Embaixada em Pequim para acompanhar os trabalhos correntes (sem prejuízo da presença do Embaixador em Pequim em ocasiões políticas especiais).

O Fórum de Macau realizou, até o momento, quatro conferências ministeriais (2003, 2006, 2010 e 2013). A quinta conferência está programada para realizar-se em 2016. Por ocasião da IV Conferência Ministerial (nov/2013), o Vice-Primeiro-Ministro chinês, Wang Yang, anunciou oito medidas a serem adotadas nas áreas de concessão de empréstimos, infraestrutura, recursos humanos, saúde, compartilhamento de experiências, educação, cooperação trilateral, entre outras.

Conforme se depreende dos Planos de Ação adotados em 2003, 2006, 2010 e 2013, nota-se, desde a criação do Fórum, tendência à ampliação do seu escopo original, com a inclusão de atividades de ajuda ao desenvolvimento e em “novas áreas de cooperação”, como saúde; ciência e tecnologia; transporte; turismo; agricultura; pesca; pecuária; infraestrutura; recursos naturais e proteção ambiental; educação e recursos humanos; cultura; entre outras.

A criação do Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa parece responder, entre outros fatores, ao possível interesse dos países africanos e do Timor-Leste em obter do Governo chinês compromissos de apoio financeiro, investimentos e projetos de cooperação para seus países. Nesse contexto, o fundo pode contribuir para ampliar a promoção das empresas chinesas nos países africanos de língua portuguesa. De acordo com a parte chinesa, do US\$ 1 bilhão previsto para o Fundo, já foram integralizados, em 2014, US\$ 125 milhões nesta primeira fase de operação, na proporção de 60% pelo Bando de Desenvolvimento da China (CDB) e 40% pelo Macao Industrial and Commercial Fund.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Em 2014, a economia chinesa cresceu 7,4%, 0,1 ponto percentual abaixo da meta estabelecida pelo Governo chinês para aquele ano e a menor taxa dos últimos 24 anos. É apenas a terceira vez, desde que as estatísticas anuais passaram a ser anunciadas em 1985, que o país não alcançou a meta estimulada. As outras ocasiões foram em 1989 (ano dos eventos na Praça da Paz Celestial) e em 1998 (crise asiática). No primeiro trimestre de 2015, o crescimento desacelerou-se, ficando em 7%.

A despeito da relativa desaceleração, de acordo com dados do FMI, a China passou, em 2014, a ser a maior economia do mundo, em termos de PIB por paridade de poder de compra, que atingiu patamar da ordem de US\$ 17,6 trilhões, enquanto os EUA alcançou a cifra de US\$ 17,4 trilhões.

A desaceleração econômica chinesa foi resultado da desaceleração do crescimento mundial e da redução nos investimento em ativos fixos, sobretudo em projetos imobiliários e na indústria. Os investimentos em ativos fixos cresceram 15,7% em 2014, redução de 4,2 pontos percentuais em relação a 2013. No setor imobiliário, os investimentos cresceram 10,5% em 2014, contra 19,8% em 2013. Apesar da redução do ritmo de construção de novas unidades habitacionais, a taxa de desocupação cresceu 26,1% em 2014, na esteira de redução de 7,6% nas vendas imobiliárias. A produção industrial cresceu 8,3%, em comparação a 9,7% no ano anterior. Embora a produção de aço tenha atingido recorde de 822,7 milhões de toneladas, o que equivale à metade da produção mundial, o crescimento anual foi de apenas 0,9%, o menor desde 1981.

Por muito tempo, o principal elemento motivador das altas taxas de crescimento chinesas foi o imperativo de gerar emprego urbano para os 10 milhões de migrantes que a cada ano se deslocam do campo para a cidade. Em 2010, o governo chinês estimou que seriam necessárias taxas de crescimento anual superiores a 8% para manter o nível de emprego. Entretanto, apesar da redução no ritmo de crescimento do PIB, foram gerados 13,2 milhões de empregos urbanos, em 2014, aumento de 5,1% em relação ao ano anterior, o que poderá levar a ajustes na relação entre crescimento do PIB e taxa de emprego.

A transição de um modelo de crescimento baseado no investimento e nas exportações para outro movido por consumo e serviços é parte da estratégia chinesa de reequilíbrio econômico. Em 2014, o consumo contribuiu 51,2% para o crescimento do PIB (contra 48,2% em 2013), impulsionado pelo aumento em 8% na renda das famílias. Outro importante elemento no processo de mudança estrutural da economia chinesa é o incremento da participação do setor de serviços na economia. Em 2014, serviços conformaram 48,2% do PIB, contra 46,9% em 2013, superando, pelo segundo ano consecutivo, a

contribuição da indústria. Esse crescimento foi impulsionado pelo *boom* do comércio eletrônico, e setores relacionados, como logística, terminais móveis e pagamentos eletrônicos.

Comércio

A China tornou-se a primeira potência comercial global em 2013. Desde 2009, a China é o maior exportador mundial. Em 2014, a corrente de comércio da China foi de US\$ 4,3 trilhões, alta de 3,4% em relação ao ano de 2013, variação abaixo da meta de 7,5% de crescimento estabelecida pelo governo chinês.

Em relação a 2013, as exportações apresentaram aumento de 6%, atingindo o valor de US\$ 2,34 trilhões, ao passo que as importações permaneceram praticamente estáveis, crescendo apenas 0,7% no ano passado, chegando a US\$ 1,96 trilhões. Com isso, o superávit comercial da China foi superior a US\$ 380 bilhões, aumento de 45,4% em comparação com o saldo registrado em 2013.

Em 2014, os principais destinos das exportações chinesas foram: EUA (US\$ 396 bilhões, aumento de 7,5% em relação a 2013); UE (US\$ 371 bilhões, aumento de 9,6%); ASEAN (US\$ 217,8 bilhões, aumento de 11,3%); Japão (US\$ 149,6 bilhões, redução de 0,5%); Coreia do Sul (US\$ 100,4 bilhões, aumento de 10,1%); e Hong Kong (US\$ 363,2 bilhões, redução de 5,6%). As exportações para Hong Kong, como é sabido, são, em sua quase totalidade, reexportadas para outros mercados, o que distorce as estatísticas. Além disso, parte não desprezível do que é computado como comércio com aquela região administrativa tem a única finalidade de evadir os controles de capital da China, ou seja, consistem em operações financeiras, sem equivalente trânsito de mercadorias, com ingresso de capital que escapa às limitações impostas.

No que toca às importações da China em 2014, a evolução, em relação ao ano anterior, foi a seguinte: UE (US\$ 244,4 bilhões, aumento de 11%); ASEAN (US\$ 208,5 bilhões, aumento de 4,6%); Coreia do Sul (US\$ 190,4 bilhões, aumento de 4%); Japão (US\$ 163,1 bilhões, aumento de 0,5%); e EUA (US\$ 159 bilhões, aumento de 4,3%). É interessante observar que, da corrente de comércio total com a UE (US\$ 615,4 bilhões), quase 30% (US\$ 177,8 bilhões) refere-se ao comércio com a Alemanha.

Segundo dados da alfândega chinesa, a China importou mais de 933 milhões de toneladas de minério de ferro em 2014, aumento de 13,7% em relação à quantidade importada no ano anterior. Mantém-se a tendência de que a Austrália seguirá sendo a principal fonte do produto. Em 2013, mais da metade (50,8%, ou 417 milhões de toneladas) do minério de ferro importado pela China veio da Austrália.

Investimentos

Em 2014, segundo dados do Ministério do Comércio chinês, o fluxo de investimentos estrangeiros diretos (IED) para a China alcançou US\$ 119,56 bilhões, um crescimento de 1,7% em relação a 2014. Nesse ano, os principais investidores na economia chinesa foram: Hong Kong (US\$ 85,74 bilhões), Cingapura (US\$ 5,93 bilhões), Taiwan (US\$ 5,18 bilhões), Japão (US\$ 4,33 bilhões), Coreia do Sul (US\$ 3,97 bilhões) e EUA (US\$ 2,67 bilhões).

Parte significativa dos investimentos externos chineses deverá ser dirigida para a construção da Nova Rota da Seda, que compõe um arco de projetos ligando a China e a Ásia Setentrional, Central e Meridional à Europa. Na esteira da Cúpula da APEC, em fins de 2014, o Presidente Xi Jinping anunciou fundo de US\$ 40 bilhões para o financiamento de projetos de infraestrutura no âmbito do "Cinturão Econômico da Roda da Seda", vertente terrestre da iniciativa, e da "Rota Marítima da Seda do Século XXI".

Segundo informação da *Heritage Foundation*, os investimentos externos chineses de 2005 a 2014 alcançaram o nível de US\$ 860 bilhões. Os EUA e a Austrália foram os países que mais receberam investimentos chineses desde 2005 (US\$ 67,8 e US\$ 59,8 bilhões cada), seguidos por Canadá (US\$ 39,2 bilhões) e Brasil (US\$ 28,4 bilhões). No Brasil, os maiores investimentos estão no setor de energia, particularmente petróleo.

Perspectivas

A economia chinesa está em transição de um modelo fortemente marcado por investimentos públicos para outro com maior participação do consumo privado nas contas nacionais. A estratégia econômica estabelecida por Deng Xiaoping, alicerçada em pesados investimentos em infraestrutura e exportações de produtos intensivos em mão de obra, ainda que tenha assumido nova configuração, com o atual predomínio de produtos de alto valor agregado na pauta exportadora da China, demonstra sinais de esgotamento. Fazem-se necessárias cada vez mais mudanças qualitativas no modelo atual. Para tanto, foram preparados o 12º Plano Quinquenal (2011-2015) e o relatório China 2030, elaborado por meio de parceria entre o Banco Mundial e o Conselho de Estado chinês.

Entre as metas econômicas do 12º Plano Quinquenal, destacam-se: redução do ritmo de crescimento do PIB para uma média de 7% ao ano; aumento da taxa de urbanização de 47,5% para 51,5%; aumento da participação do setor de serviços na geração do PIB, de 43% para 47%; manutenção do teto do desemprego urbano em 5%; manutenção da taxa inflação anual em 4% ou menos; aumento dos gastos em pesquisa e desenvolvimento para 2,2% do PIB; e aumento do consumo doméstico. O Plano estabelece, ainda, sete setores industriais chave para o quinquênio: 1) novas energias (nuclear, solar e eólica); 2) conservação de energia e proteção ambiental; 3) biotecnologia; 4) novos materiais (terras raras e supercondutores); 5) novas tecnologias (redes de banda larga, infraestrutura de

segurança de rede, convergência de redes); 6) equipamentos de alta tecnologia (aeronaves e equipamentos de telecomunicações); e 7) veículos não-poluentes.

Em novembro de 2013, o Presidente Xi Jinping anunciou, no Comunicado Final do Terceiro Pleno do 18º Comitê Central do Partido Comunista, o mais ambicioso programa de reformas desde 1992, quando Deng Xiaoping delineou a abertura econômica da China. A base das reformas é a avaliação de que o mercado deve ter um "papel decisivo" na alocação de recursos na China. Entre as principais áreas contempladas, ressaltam-se: redução do papel das estatais; reforma agrária com vistas a criar um mercado de propriedades rurais; reforma financeira, por meio da flexibilização do câmbio e gradual liberalização dos juros; reforma fiscal, por meio de sistema orçamentário transparente e definição de competências para províncias e cidades; reformas política e administrativa, por intermédio do aperfeiçoamento do sistema de justiça e do combate à corrupção; abertura de mercados a investimentos estrangeiros; entre outras.

Entre os aspectos mais importantes das reformas está a liberalização da taxa de câmbio. Análise da consultoria *Dragonomics* argumenta que, com a banda de flutuação diária de 2%, iniciada no primeiro semestre de 2014, o valor do iuan será, em condições normais, determinado pelo mercado. Além disso, o Governo chinês reforçou a ênfase na internacionalização do iuan, política que vem mostrando resultados. Entre 2010 e 2013, as transações diárias em iuanes passaram de US\$ 34 bilhões para US\$ 120 bilhões, o que equivale a 2,2% do volume internacional. O iuan é, atualmente, a nona principal moeda internacional e cerca de 17% do comércio exterior da China já é denominado na moeda do país.

A previsão de crescimento para 2015, conforme dados do FMI de abril de 2015, é de 6,8%, em razão dos ajustes no mercado imobiliário, de crédito e nos investimentos.

O Presidente Xi Jinping e o Primeiro Ministro Li Keqiang vêm usando a expressão "novo normal" para indicar que a China deverá crescer menos nos próximos anos. De acordo com análise da consultoria *Dragonomics*, o termo "novo normal" abriga uma ambiguidade útil ao governo chinês, pois não está associada a uma meta de crescimento específica. Entre os desafios a serem enfrentadas para uma desaceleração ordenada da economia chinesa estariam a redução da alavancagem dos setores público e privado, a possível crise do mercado imobiliário e a adaptação das taxas de crescimento ao novo patamar de renda chinês.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

221 a 210 a.C.	Unificação de diversos reinos feudais sob o Imperador Qin Shihuang.
206 a 220 d.C.	Dinastia Han.
618 a 907	Dinastia Tang.
960 a 1279	Dinastia Song.
1368 a 1644	Dinastia Ming.
1644	Início da Dinastia Qing (ou Manchu).
1839 a 1842	Primeira Guerra do Ópio, entre Grã-Bretanha e China.
1842	Tratado de Nanquim abre os portos chineses aos comerciantes britânicos.
1856 a 1860	Segunda Guerra do Ópio, entre Grã-Bretanha e China.
1894 a 1895	Primeira Guerra Sino-Japonesa, vencida pelo Japão.
1900	Rebelião dos Boxers, contra a dominação da China por potências ocidentais.
1912	Proclamação da República da China (fim de 4 mil anos de regime monárquico).
1921	Fundação do Partido Comunista Chinês (PCCh).
1934 a 1935	“Longa Marcha” das forças comunistas lideradas por Mao Tsé-Tung.
1937	Japão invade a China.
1949	Fundação da República Popular da China (RPC), em 1º de outubro, por Mao Tsé-Tung
1958	Programa “Grande Salto Adiante”: coletivização da agricultura.
1962	Breve disputa territorial com a Índia, na região do Himalaia.
1966	Início da Revolução Cultural.
1969	Conflito fronteiriço com a União Soviética.
1971	Governo da China passa a ocupar assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, em substituição a Taiwan.
1972	Visita do Presidente dos EUA, Richard Nixon, à China.
1976	Morte de Mao Tsé-Tung. Fim da Revolução Cultural.
1978	Abertura da RPC aos investimentos estrangeiros; adoção de medidas de incentivo à economia de mercado e ao setor privado.
1989	Forças Armadas reprimem manifestantes na Praça da Paz Celestial (Tiananmen).
1993	Jiang Zemin assume oficialmente a Presidência da China.
1994	China adota política de câmbio flutuante para o iuan (yuan).

1997	Hong Kong é devolvida à China pelo Reino Unido.
1999	Macau é devolvida à China por Portugal.
2001	China torna-se membro da Organização Mundial do Comércio (OMC).
2003	Hu Jintao é eleito, pelo Congresso Nacional do Povo, presidente da China; China e Índia chegam a acordo histórico sobre diferendos territoriais; lançamento do primeiro astronauta chinês ao espaço.
2004	Assinatura de acordo comercial com a ASEAN.
2005	Nova lei sobre Taiwan determina uso da força caso ilha declare independência. Deterioração no relacionamento político com o Japão. Presidente Bush visita a China.
2006	Visita do Presidente Hu Jintao a Washington.
2007	17º Congresso do PCC: Hu Jintao é reconduzido no cargo de Secretário-Geral do PCC.
2008	Protestos no Tibete (abril). Terremoto em Sichuan (maio). Jogos Olímpicos de Pequim (agosto).
2009	Protestos e violência étnica em Xinjiang (setembro). Comemoração dos 60 anos da fundação da RPC (outubro).
2010	V Sessão Plenária do XVII Comitê Central do PCCh – Vice-Presidente Xi Jinping nomeado Vice-Presidente da Comissão Militar Central.
2011	Visita de Hu Jintao a Washington (janeiro).
2012	18º Congresso Nacional do PCCh: Xi Jinping é alçado ao posto de Secretário-Geral do PCCh, sucedendo Hu Jintao.
2013	Confirmação de Xi Jinping no cargo de Presidente da República Popular da China (março). Terceira Plenária do 18º Comitê Central do Partido Comunista da China (novembro). Criação da Zona de Identificação de Defesa Aérea (ADIZ) no Mar do Leste da China (novembro).
2014	Protestos na Região Administrativa Especial de Hong Kong (setembro). Assinatura de Memorando de Entendimento para criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (outubro). Cúpula da APEC, em Pequim (novembro). Visita do Presidente Barack Obama à China (novembro). Encontro entre o Presidente Xi Jinping e o Primeiro-Ministro japon Shinzo Abe, à margem das reuniões da APEC (novembro).

2015	Sessões Gêmeas da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês e do Congresso Nacional do Povo (março).
-------------	---

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1974	Brasil e China estabelecem relações diplomáticas.
1978	Assinatura de Acordo Comercial Brasil-China.
1984	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Wu Xueqian ao Brasil; Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Energia Nuclear; Acordo para criação de consulados em São Paulo e Xangai.
1988	Presidente José Sarney visita a China; início do programa de satélites sino-brasileiro (CBERS – <i>China-Brasil Earth Resource Satellite</i>).
1993	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Qian Qichen ao Brasil; Presidente Jiang Zemin visita o Brasil; estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-China.
1995	Presidente Fernando Henrique Cardoso visita a China; Brasil declara apoio à entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC).
1999	Lançamento do CBERS-1.
2000	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Tang Jiaxuan ao Brasil; China torna-se o maior parceiro comercial do Brasil na Ásia; abertura de escritório da Embraer em Pequim.
2003	Lançamento do CBERS-2.
2004	Ministro Celso Amorim visita a China em fevereiro; Presidente Lula visita a China em maio; Presidente Hu Jintao retribui a visita em novembro; Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento, no qual o Brasil reconhece o status de economia de mercado para a China; criação da COSBAN.
2006	I Reunião da COSBAN, em Pequim, presidida, do lado brasileiro, pelo Vice-Presidente José Alencar; visita do Presidente do Parlamento chinês, Wu Bangguo, ocasião em que foi assinado contrato de venda de 100 aviões brasileiros à China.
2007	Reunião da Subcomissão Política da COSBAN, em Brasília, com interlocução do então Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros para as Américas, Embaixador Yang Jiechi, atualmente Ministro dos Negócios Estrangeiros da China; Lançamento do satélite CBERS-2B; I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-China.

2008	Visitas ao Brasil do Ministro do Comércio da China ao Brasil (maio); do membro do <i>Politburo</i> do Partido Comunista Chinês, He Guoqiang (julho); e do Vice-Presidente do Comitê Central Militar da China, General Xu Caihou (novembro).
2009	Visitas ao Brasil do Vice-Presidente da China, Xi Jinping (fevereiro); do Presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Jia Qinglin (novembro); e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Yang Jiechi (janeiro). Visita de Estado do Presidente Lula à China (maio). Visita à China do Ministro da Defesa, Nelson Jobim (outubro); do Ministro da Saúde, José Temporão (novembro); e do Ministro da SECOM, Franklin Martins (outubro).
2010	Visita de Estado do Presidente Hu Jintao ao Brasil (abril), conjuntamente à II Cúpula BRIC, em Brasília. Lançamento do Plano de Ação Conjunta – PAC 2010-2014 (abril). Visita à China do Ministro-Chefe do GSI, General Jorge Félix (abril). Visita do Ministro da Defesa da China ao Brasil (setembro).
2011	Visita de Estado da Presidenta Dilma Rousseff à China (abril). I Diálogo de Ciência, Tecnologia e Inovação China-Brasil, Pequim (abril). Visita do Ministro do Comércio, Chen Deming, ao Brasil (maio). II Reunião do Comitê Conjunto de Defesa, em Brasília.
2012	II Reunião da COSBAN, presidida do lado brasileiro pelo Vice-Presidente Michel Temer, em Brasília (fevereiro) e, pelo lado chinês, pelo Vice-Primeiro-Ministro Wang Qishan. Visita do Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, à China (maio). Visita do Primeiro-Ministro Wen Jiabao ao Brasil (junho). Visita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, à China (julho). Missão à China de delegação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-China do Senado Federal, a convite do Governo chinês (novembro). Visita do Ministro de Ciência e Tecnologia Wang Gang a Brasília e Rio de Janeiro (agosto). Visita da Vice-Presidenta da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Senhora Zhang Meiyang ao Brasil (dezembro).
2013	Encontro da Presidenta Dilma Rousseff com o Presidente chinês Xi Jinping à margem da V Cúpula do BRICS em Durban (março). Missão da Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

	Fernando Pimentel, a Pequim (agosto). Mês do Brasil na China (setembro). Visita da Ministra da Cultura, Marta Suplicy, à China (setembro). Mês da China no Brasil (outubro). IV Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau), em Macau (novembro). III Reunião da COSBAN, presidida, do lado brasileiro, pelo Vice-Presidente Michel Temer e, do lado chinês, pelo Vice-Primeiro-Ministro Wang Yang, em Cantão (novembro).
2014	Visita oficial do então Presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, à China (abril) I Reunião do Diálogo Estratégico Global, presidida pelo Ministro das Relações Exteriores Luiz Alberto Figueiredo Machado e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Wang Yi (Brasília, abril). Visita de Estado do Presidente Xi Jinping ao Brasil (Brasília, julho). VI Cúpula do BRICS, em Fortaleza e Brasília (julho). Cúpula de Brasília de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe (julho). Visita do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, à China (novembro). Encontro bilateral entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Xi Jinping à margem da IX Cúpula do G20, em Brisbane (novembro). Visita do Secretário do Partido Comunista da China na Província de Jiangsu, Luo Zhijun, ao Brasil (novembro). Lançamento do satélite CBERS-04, em Taiyuan (dezembro).
2015	Visita do Vice-Presidente Li Yuanchao para as cerimônias de posse da Presidenta da República, Dilma Rousseff (janeiro). I Reunião Ministerial do Fórum CELAC-China, em Pequim (janeiro), delegação brasileira chefiada pelo Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. Visita do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, à China (março). Brasil adere ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) como membro fundador (abril).

ATOS BILATERAIS

Título	Celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
Acordo Comercial	07/01/1978	22/11/1978	13/03/1979
Convênio sobre Transportes Marítimos	22/05/1979	30/10/1980	05/11/1980
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	25/03/1982	30/03/1984	25/08/1992
Protocolo entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica	29/05/1984	29/05/1984	13/06/1984
Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio	29/05/1984	29/05/1984	22/06/1984
Acordo para Criação de Consulados em São Paulo e em Xangai	15/08/1984	15/08/1984	23/08/1984
Acordo para a Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	11/10/1984	21/12/1987	15/01/1988
Protocolo de Cooperação em Matéria de Siderurgia	01/11/1985	01/11/1985	18/11/1985
Protocolo de Cooperação em Matéria de Geociências	01/11/1985	01/11/1985	18/11/1986
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	01/11/1985	08/03/1988	22/04/1988
Protocolo de Cooperação na Área de Tecnologia Industrial	06/07/1988	29/12/1989	12/03/1990
Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica	18/05/1990	05/03/1992	24/07/1992
Acordo Destinado a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	05/08/1991	06/01/1993	20/02/1993
Acordo, por Troca de Notas, sobre a Instalação Mútua de Consulados-Gerais	05/08/1991	04/09/1991	16/09/1991

Acordo sobre Serviços Aéreos	11/07/1994	27/11/1997	17/02/1998
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior	08/11/1994	29/06/1998	31/07/1998
Acordo de Quarentena Vegetal	13/12/1995	03/07/1997	02/10/1997
Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites e Recursos Terrestres	13/12/1995	29/06/1998	30/07/1998
Acordo sobre a Manutenção do Consulado-Geral na Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China	08/11/1996	01/07/1997	18/11/1996
Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para a Continuidade do Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres	27/11/2002	25/03/2008	09/09/2008
Tratado sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal	24/05/2004	26/10/2007	04/12/2007
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos Oficial e de Serviços	24/05/2004	10/08/2004	10/08/2004
Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China	12/11/2004	10/04/2015	10/04/2015
Acordo sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infraestrutura de Construção	05/06/2006	22/11/2006	04/01/2007

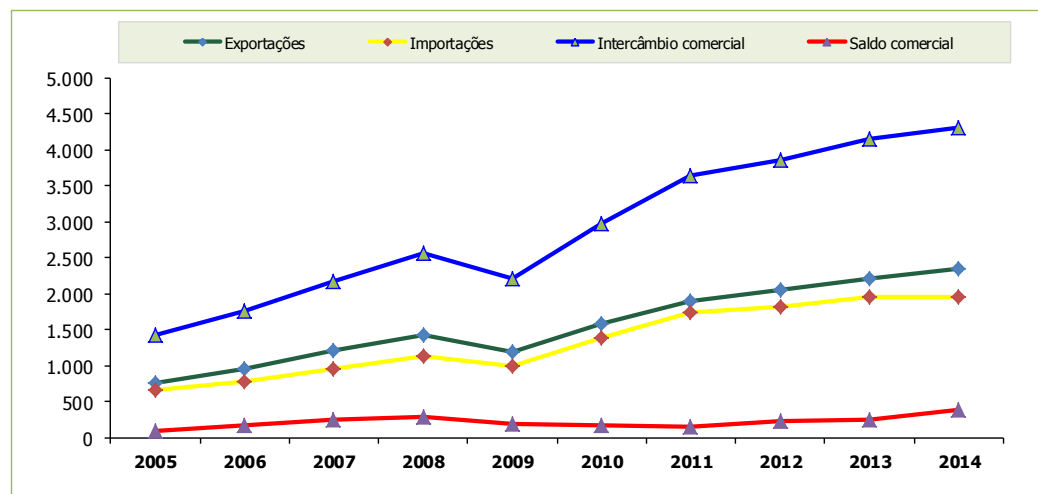
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Auxílio Judicial em Matéria Civil e Comercial	19/05/2009	10/04/2015	10/04/2015
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China de Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira	21/06/2012	A ser apreciado pelo Congresso Nacional	

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Evolução do Comércio Exterior da China US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	762	28,4%	660	17,6%	1.422	23,2%	102
2006	969	27,2%	791	19,9%	1.760	23,8%	177
2007	1.220	25,9%	959	21,2%	2.179	23,8%	261
2008	1.431	17,3%	1.133	18,1%	2.563	17,6%	298
2009	1.202	-16,0%	1.006	-11,2%	2.207	-13,9%	196
2010	1.578	165,9%	1.396	148,7%	2.974	157,6%	182
2011	1.898	20,3%	1.743	24,9%	3.642	22,5%	155
2012	2.049	7,9%	1.818	4,3%	3.867	6,2%	231
2013	2.209	7,8%	1.950	7,2%	4.159	7,6%	259
2014	2.343	6,1%	1.962	0,6%	4.305	3,5%	381
Var. % 2005-2014	207,5%	--	197,3%	--	202,8%	--	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.
(n.c.) Dado não calculado.

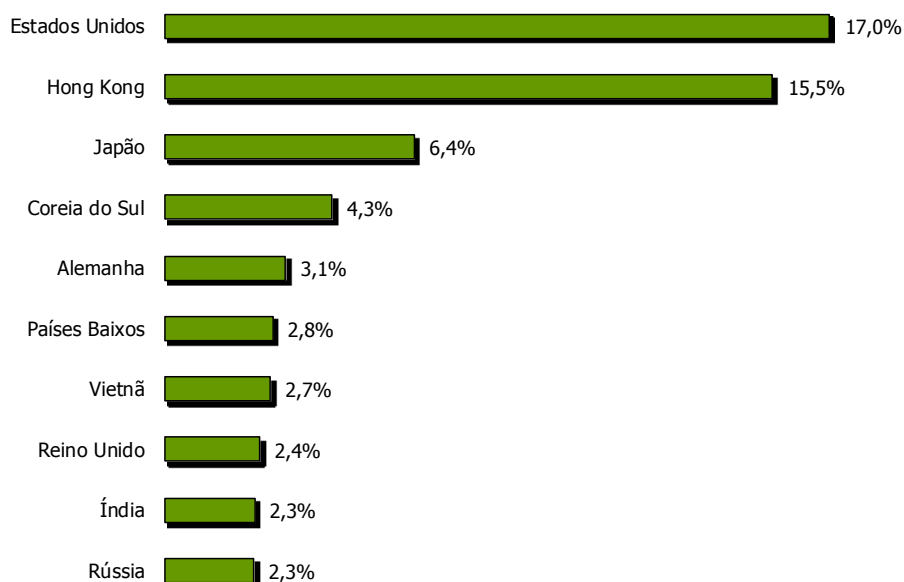


Direção das Exportações da China
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Estados Unidos	397,15	17,0%
Hong Kong	363,18	15,5%
Japão	149,56	6,4%
Coreia do Sul	100,36	4,3%
Alemanha	72,72	3,1%
Países Baixos	64,94	2,8%
Vietnã	63,61	2,7%
Reino Unido	57,16	2,4%
Índia	54,24	2,3%
Rússia	53,69	2,3%
...		0,0%
Brasil (17ª posição)	34,92	1,5%
Subtotal	1.412	60,2%
Outros países	931	39,8%
Total	2.343	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

10 principais destinos das exportações

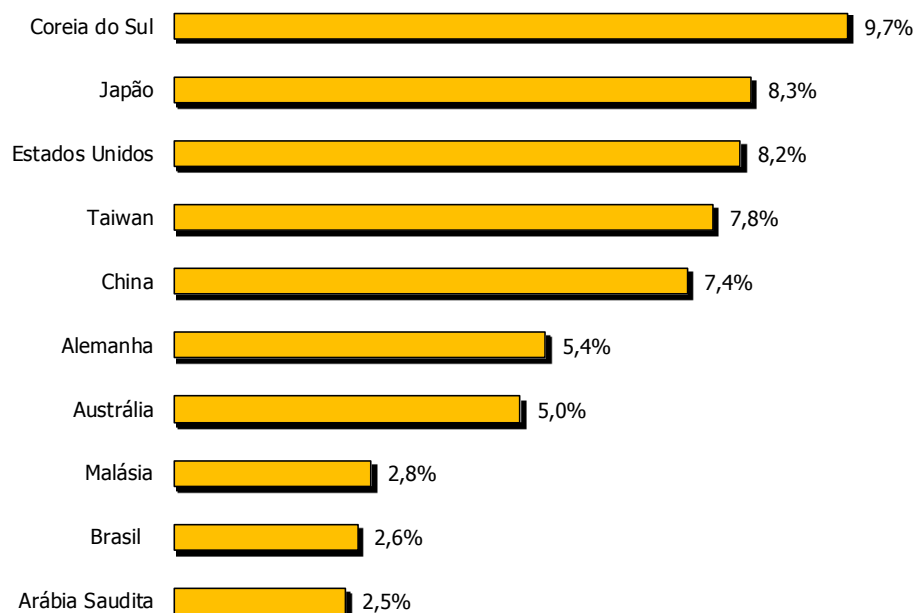


Origem das Importações da China
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Coreia do Sul	190,3	9,7%
Japão	163,1	8,3%
Estados Unidos	160,1	8,2%
Taiwan	152,2	7,8%
China	145,1	7,4%
Alemanha	105,0	5,4%
Austrália	98,0	5,0%
Malásia	55,8	2,8%
Brasil	51,9	2,6%
Arábia Saudita	48,6	2,5%
Subtotal	1.170,1	59,6%
Outros países	792,0	40,4%
Total	1.962,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

10 principais origens das importações

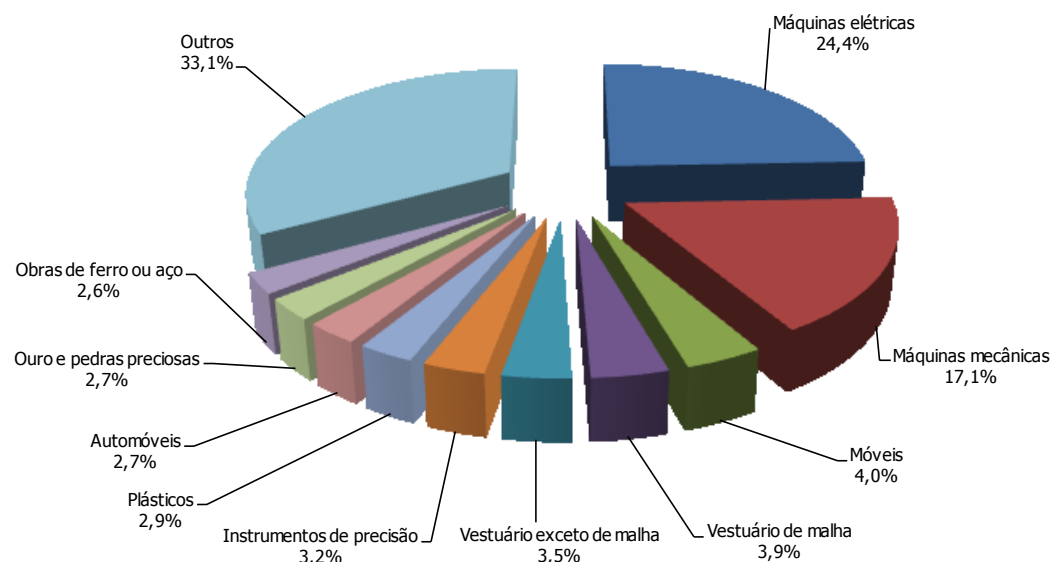


Composição das exportações da China US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Máquinas elétricas	571,0	24,4%
Máquinas mecânicas	400,9	17,1%
Móveis	93,4	4,0%
Vestuário de malha	92,0	3,9%
Vestuário exceto de malha	81,5	3,5%
Instrumentos de precisão	74,0	3,2%
Plásticos	66,8	2,9%
Automóveis	64,2	2,7%
Ouro e pedras preciosas	63,2	2,7%
Obras de ferro ou aço	60,7	2,6%
Subtotal	1.567,8	66,9%
Outros	775,0	33,1%
Total	2.342,8	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

10 principais grupos de produtos exportados

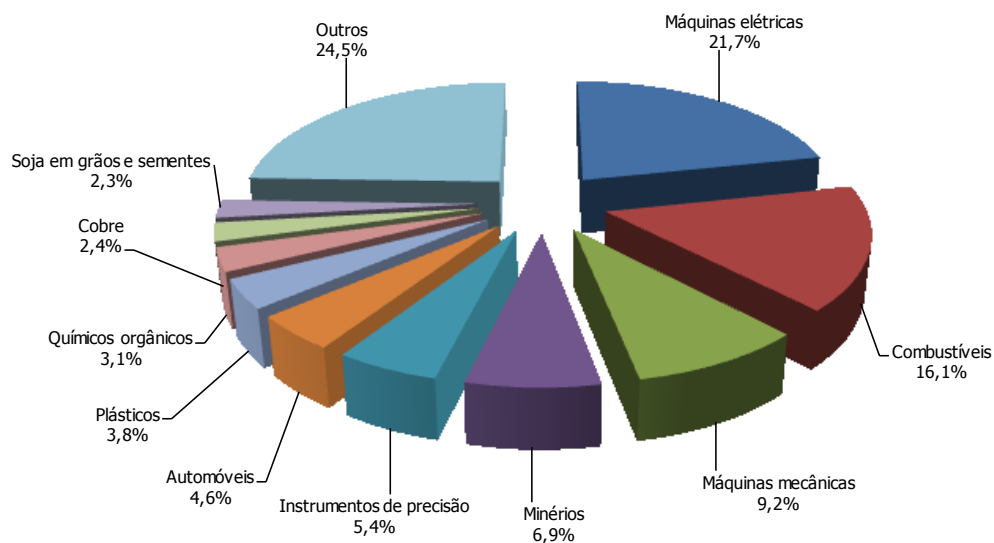


Composição das importações da China US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 4	Part.% no total
Máquinas elétricas	425,1	21,7%
Combustíveis	316,7	16,1%
Máquinas mecânicas	179,6	9,2%
Minérios	136,0	6,9%
Instrumentos de precisão	105,8	5,4%
Automóveis	89,5	4,6%
Plásticos	75,2	3,8%
Químicos orgânicos	60,6	3,1%
Cobre	47,5	2,4%
Soja em grãos e sementes	45,9	2,3%
Subtotal	1.481,8	75,5%
Outros	480,3	24,5%
Total	1.962,1	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

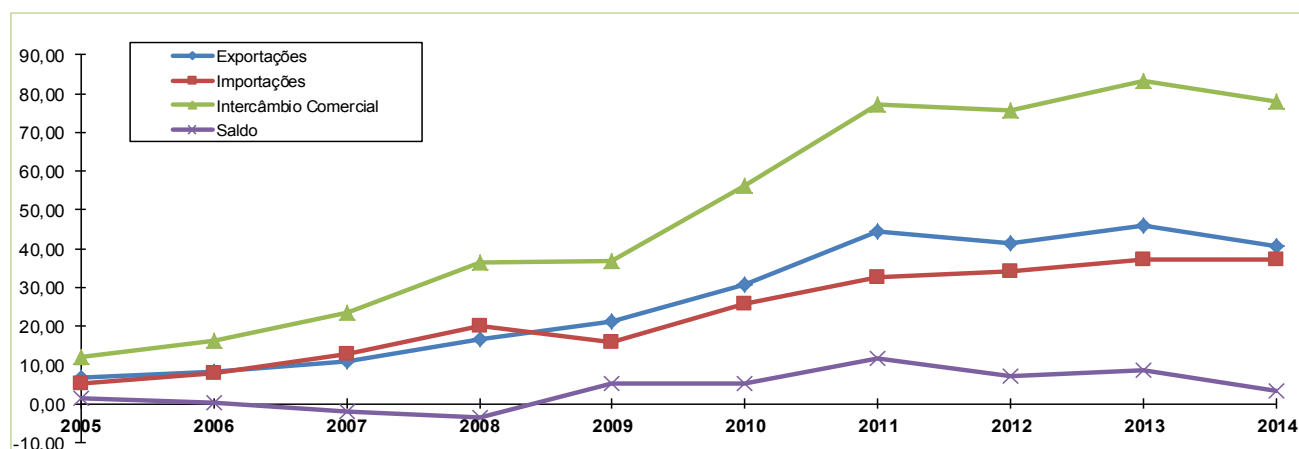
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - China
US\$ bilhões, fob

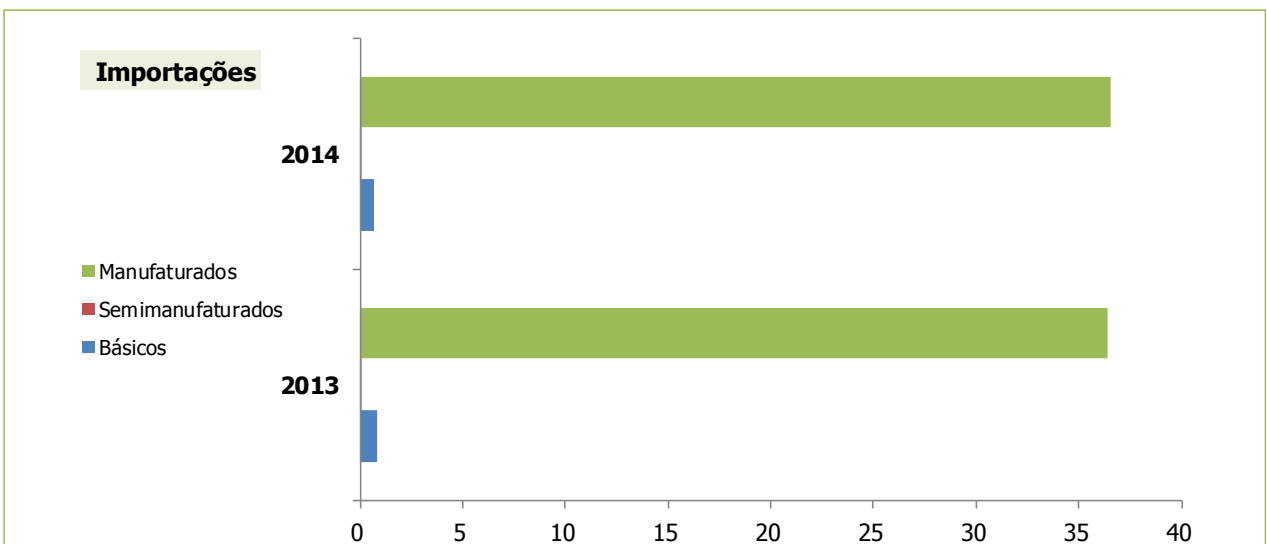
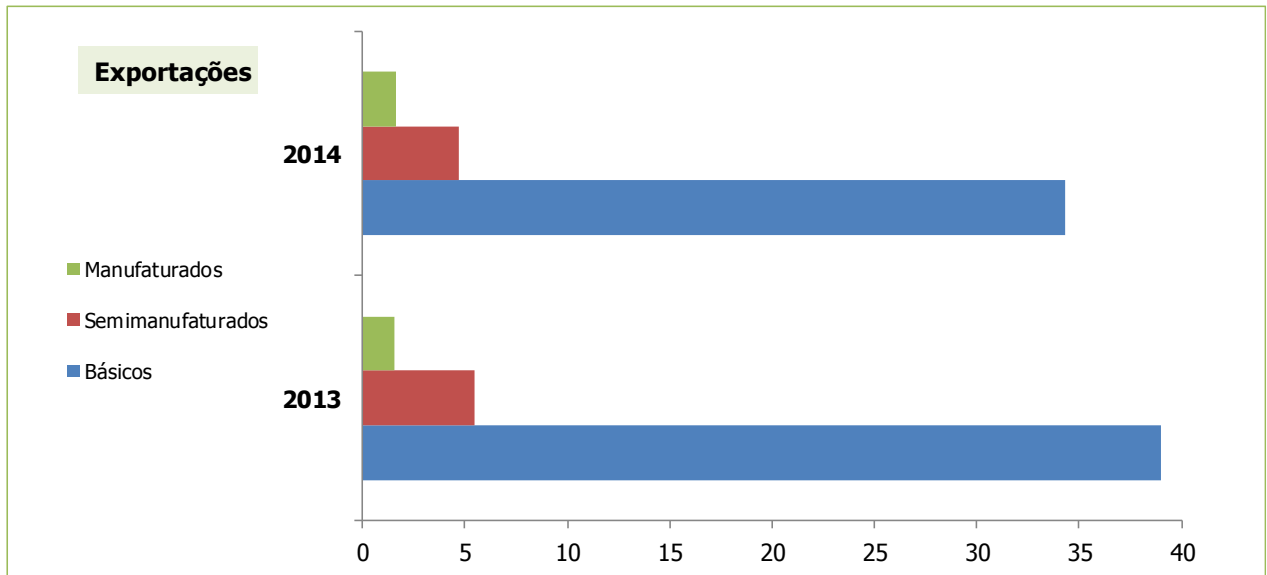
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	6,83	25,6%	5,77%	5,35	44,3%	7,28%	12,19	33,2%	6,34%	1,48
2006	8,40	22,9%	6,10%	7,99	49,2%	8,75%	16,39	34,5%	7,15%	0,41
2007	10,75	27,9%	6,69%	12,62	58,0%	10,46%	23,37	42,6%	8,31%	-1,87
2008	16,52	53,7%	8,35%	20,04	58,8%	11,59%	36,57	56,5%	10,96%	-3,52
2009	21,00	27,1%	13,73%	15,91	-20,6%	12,46%	36,92	1,0%	13,15%	5,09
2010	30,79	46,6%	15,25%	25,60	60,9%	14,08%	56,38	52,7%	14,69%	5,19
2011	44,31	43,9%	17,31%	32,79	28,1%	19,59%	77,11	36,8%	15,99%	11,52
2012	41,23	-7,0%	17,00%	34,25	4,5%	15,35%	75,48	-2,1%	16,21%	6,98
2013	46,03	11,6%	19,02%	37,30	8,9%	15,56%	83,33	10,4%	17,30%	8,72
2014	40,62	-11,8%	18,04%	37,34	0,1%	16,30%	77,96	-6,4%	17,17%	3,27
2015 (jan-mar)	6,19	-35,4%	14,47%	9,66	-0,9%	20,00%	15,85	-18,0%	17,40%	-3,47
Var. % 2005-2014	494,2%	--	--	597,4%	--	--	539,6%	--	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril 2015.
(n.c.) Dado não calculado por razões específicas.*



Exportações e importações brasileiras por fator agregado
US\$ bilhões

Comparativo 2014 com 2013



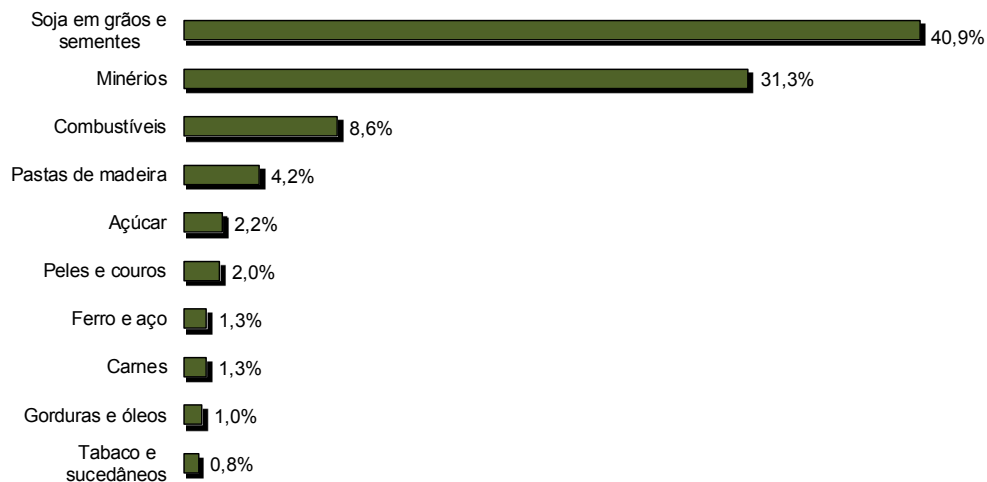
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril 2015.

Composição das exportações brasileiras para a China
US\$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Soja em grãos e sementes	12.029	29,2%	17.148	37,3%	16.616	40,9%
Minérios	15.214	36,9%	16.394	35,6%	12.709	31,3%
Combustíveis	4.835	11,7%	4.035	8,8%	3.474	8,6%
Pastas de madeira	1.237	3,0%	1.582	3,4%	1.711	4,2%
Açúcar	1.084	2,6%	1.433	3,1%	880	2,2%
Peles e couros	485	1,2%	643	1,4%	826	2,0%
Ferro e aço	671	1,6%	597	1,3%	530	1,3%
Carnes	574	1,4%	446	1,0%	521	1,3%
Gorduras e óleos	1.005	2,4%	625	1,4%	421	1,0%
Tabaco e sucedâneos	478	1,2%	454	1,0%	334	0,8%
Subtotal	37.611	91,2%	43.357	94,2%	38.023	93,6%
Outros produtos	3.616	8,8%	2.669	5,8%	2.593	6,4%
Total	41.228	100,0%	46.026	100,0%	40.616	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

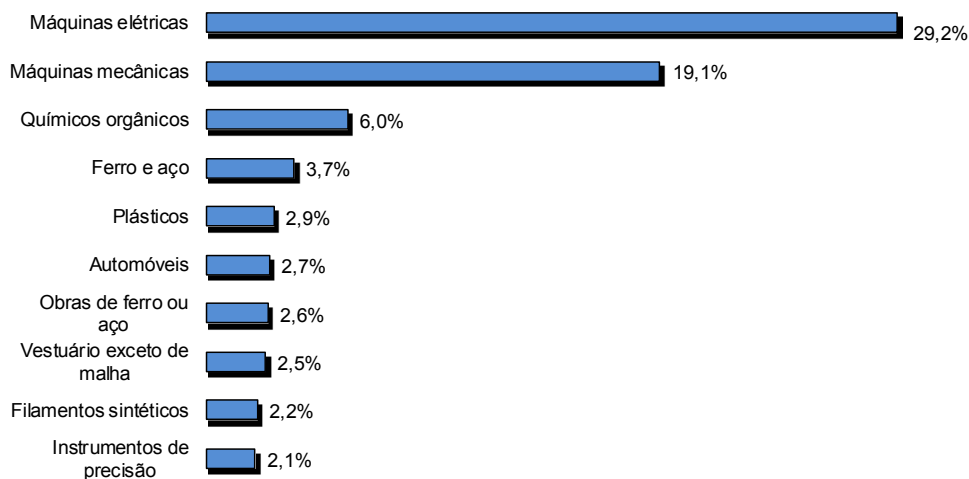


Composição das importações brasileiras originárias da China
US\$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas elétricas	9.805	28,6%	10.869	29,1%	10.898	29,2%
Máquinas mecânicas	7.930	23,2%	8.132	21,8%	7.151	19,1%
Químicos orgânicos	1.797	5,2%	2.184	5,9%	2.232	6,0%
Ferro e aço	807	2,4%	978	2,6%	1.388	3,7%
Plásticos	888	2,6%	1.006	2,7%	1.070	2,9%
Automóveis	925	2,7%	1.034	2,8%	1.002	2,7%
Obras de ferro ou aço	929	2,7%	1.017	2,7%	978	2,6%
Vestuário exceto de malha	845	2,5%	884	2,4%	935	2,5%
Filamentos sintéticos	627	1,8%	745	2,0%	809	2,2%
Instrumentos de precisão	741	2,2%	789	2,1%	780	2,1%
Subtotal	25.292	73,8%	27.637	74,1%	27.244	73,0%
Outros produtos	8.959	26,2%	9.667	25,9%	10.100	27,0%
Total	34.251	100,0%	37.304	100,0%	37.343	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014

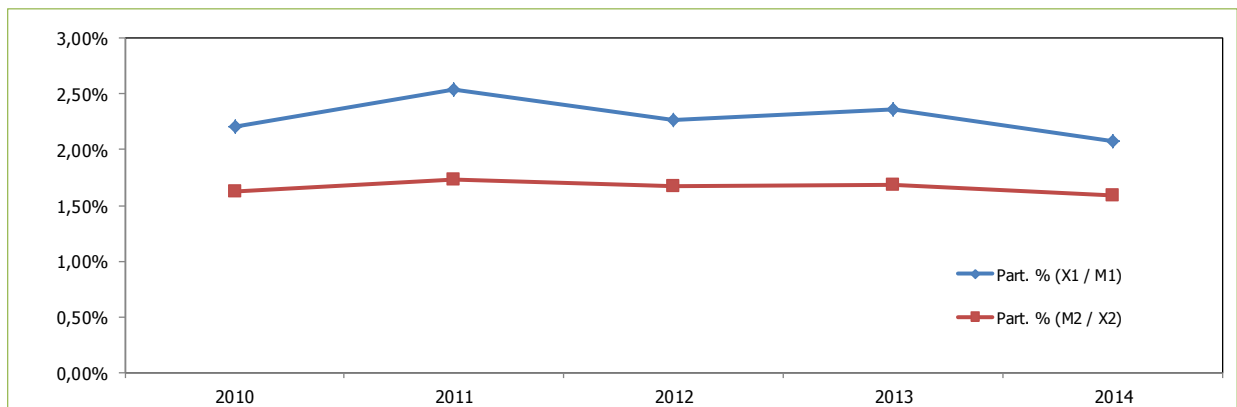


Part. % do Brasil no Comércio da China⁽¹⁾
US\$ bilhões

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para a China (X1)	30,8	44,3	41,2	46,0	40,6	31,9%
Importações totais da China (M1)	1.396	1.743	1.818	1.950	1.962	40,6%
Part. % (X1 / M1)	2,21%	2,54%	2,27%	2,36%	2,07%	-6,1%
Importações do Brasil originárias da China (M2)	25,6	32,8	34,3	37,3	37,3	45,9%
Exportações totais da China (X2)	1.578	1.898	2.049	2.209	2.343	48,5%
Part. % (M2 / X2)	1,62%	1,73%	1,67%	1,69%	1,59%	-1,7%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.

(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos II

Departamento da Ásia do Leste

Divisão de China e Mongólia

MONGÓLIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Abril de 2015

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Mongólia
CAPITAL	Ulan Bator
ÁREA	1.566.500 km ²
POPULAÇÃO (2013)	2,9 milhões
IDIOMA OFICIAL	Mongol
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Budismo (53%), islamismo (3%), xamanismo (2,9%), cristianismo (2,1%), outras religiões (0,4%), sem religião (38,6%).
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral (Grande Hural)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Tsakhiagiin Elbegdorj (eleito em 2009, reeleito em 2013)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Chimed Saikhanbileg (desde 2014)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMÉRCIO EXTERIOR	Ludan Purevsuren (desde 2014)
PIB nominal	US\$ 11,52 bilhões (2013)
PIB PPP	US\$ 17,1 bilhões (2013)
PIB nominal <i>per capita</i>	US\$ 3.972 (2013)
PIB PPP <i>per capita</i>	US\$ 5.885 (2013)
VARIAÇÃO DO PIB	-1,2% (2009); 6,3 % (2010); 17,5% (2011); 12,28% (2012); 11,74% (2013), 9,6% (2014)
IDH	0,675 (108º lugar no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA	68,8 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	97,4% (2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	10,4% (2013)
UNIDADE MONETÁRIA	Togrog/Tugrik (US\$ 1,00 = ₮1,978 – câmbio flutuante)
EMBAIXADORA DA MONGÓLIA NO BRASIL	Sra. Sosormaa Chuluunbaatar
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	10

Fontes: Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-MONGÓLIA (fonte: Aliceweb/MDIC)

Brasil - Mongólia	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	1.787.802	2.468.489	5.403.088	2.877.720	2.401.939	5.561.530	4.167.920	949.276	1.774.310
Exportações	1.744.324	2.466.844	5.400.571	2.877.664	2.386.274	5.546.071	3.835.185	814.389	1.556.882
Importações	43.478	1.645	2.517	56	15.665	15.459	332.735	134.887	217.428
Saldo	1.700.846	2.465.199	5.398.054	2.877.608	2.370.609	5.530.612	3.502.450	679.502	1.339.454

PERFIS BIOGRÁFICOS

TSAKHIAGIIN ELBEGDORJ

Presidente da República



Nascido em Zereg Soma, em 1963, viveu e cresceu em comunidade nômade. Foi mecânico e serviu no Exército mongol. Formou-se em jornalismo em 1988, pela Academia Militar de Forças Terrestres, na Ucrânia (então parte da União Soviética), e concluiu mestrado em administração pública pela Escola de Governo John F. Kennedy, da Universidade de Harvard, em 2002.

Durante a juventude, integrou movimentos de resistência ao regime comunista mongol. Participou da fundação do movimento democrático e anticomunista "União Democrática Mongol" e convocou as primeiras manifestações em favor da democracia e reformas. Fundou o primeiro jornal independente da Mongólia, *Democracia*, em 1990, sendo seu primeiro editor-chefe. Participou, ainda, da criação do primeiro canal de televisão independente do país, e apresentou projeto de lei sobre liberdade de imprensa.

Nas eleições pós-queda do comunismo de julho de 1990, tornou-se membro do Parlamento, por quatro mandatos, e ocupou o cargo de Vice-Presidente e de líder da maioria. No Parlamento, contribuiu para a elaboração da primeira Constituição pós-comunista da Mongólia (1992). Iniciou e conduziu reformas econômicas e sociais no país desde 1990, inclusive políticas de liberalização, privatização e habitação, redução da carga fiscal e da burocracia, combate à corrupção e promoção de democracia participativa.

As eleições legislativas de 1996 marcaram sua primeira vitória majoritária, já que a Coalizão da União Democrática de que fazia parte formou maioria, fazendo dele Primeiro-Ministro. Tratou-se de vitória de importância histórica, uma vez que marcou a primeira vez em 75 anos que o governo não seria exercido pelo Partido Revolucionário Popular Mongol (renomeado Partido Popular Mongol, desde 2010).

Assumiu a Presidência da República, pela primeira vez em 2009, após haver exercido em duas ocasiões a função de Primeiro-Ministro (na

primeira vez, em 1998, foi o mais jovem ocupante do cargo). Em 2013, foi reeleito para mandato de mais quatro anos.

CHIMED SAIKHANBILEG

Primeiro-Ministro



É historiador formado, em 1991, pela Universidade de Moscou, na Rússia, e advogado, formado, em 1995, pela Faculdade de Direito da Universidade Nacional da Mongólia. Em 2002, cursou mestrado em direito pela Universidade George Washington, nos EUA. Fluente em russo e em inglês.

Foi Secretário da Federação da Juventude Mongol entre 1991 e 1997, cargo que manteve mesmo estudando em Moscou. O ano de 1991 coincide com a refundação da Federação, que sucedeu a União de Juventude Revolucionária Mongol, antiga organização surgida em 1921, de apoio à revolução comunista. Com o fim do regime em 1990, a Federação tornou-se organização não-governamental, voltada à defesa de interesses da população jovem.

Em 1996, foi eleito pela primeira vez para o Grande Hural (parlamento mongol). Entre 1997 e 2002, presidiu a Federação da Juventude Mongol. De 1998 a 1999, foi Ministro de Iluminação. De 2002 a 2004, atuou em firma de advocacia. De 2004 a 2008, foi diretor da Agência de Informação, Comunicação e Tecnologia do governo mongol. Em 2004, acumulou também a função de porta-voz. Entre 2008 e 2012, exerceu novo mandato no Grande Hural, ocasião em que liderou o Partido Democrático (DP). Em 2012, foi reeleito e passou a integrar o governo de seu antecessor, chefiando o secretariado do gabinete.

Tornou-se Primeiro-Ministro em novembro de 2014. Seu nome foi endossado por 44 dos 46 parlamentares que votaram no Grande Hural - os demais 30 integrantes não compareceram.

LUDAN PUREVSUREN
Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior



Fluente em inglês, alemão e russo, é formado em estudos europeus pelo Instituto de Relações Internacionais de Moscou (1989). Estudou na Kennedy School of Government da Universidade de Harvard (2012) e fez parte de dois programas de formação de diplomatas: o da escola diplomática da Chancelaria alemã (1993) e o da Victoria University of Wellington, na Nova Zelândia. Também participou de cursos do Centro de Ásia e Pacífico para Estudos de Segurança, no Havaí, EUA.

Iniciou sua carreira na Chancelaria como contratado no Departamento de Administração (1989-1991). Em 1991, foi admitido como intérprete pela Embaixada da Alemanha Ocidental em Ulan Bator. De 1993 a 1995, foi Terceiro Secretário do Departamento de Europa e Américas da Chancelaria mongol. De 1995 a 2000, foi Segundo e Primeiro-Secretário da Embaixada da Mongólia em Bonn. De 2001 a 2009, de volta a Ulan Bator, foi Primeiro-Secretário e Conselheiro do Departamento de Europa. Em 2009, tornou-se assessor para assuntos de política externa do Presidente da Mongólia, Tsakhiagiin Elbegdorj.

Assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior, em novembro de 2014, quando foi constituído novo Gabinete de Ministros, com a eleição do Primeiro-Ministro Chimed Saikhanbileg.

RELAÇÕES BILATERAIS

País de pequena população (cerca de 2,9 milhões de habitantes) e baixa densidade demográfica, mediterrâneo, circundado por grandes potências (China e Rússia) e com interesses econômicos fortemente concentrados no setor mineral, a Mongólia mantém relações tênues com os países extra-regionais.

Brasil e Mongólia estabeleceram relações diplomáticas em 27 de junho de 1987, num momento em que o país asiático iniciava estratégia de ampliação de suas relações exteriores (intitulada de "terceiros vizinhos"), diante dos sinais de declínio dos regimes comunistas do Leste Europeu. Em janeiro daquele ano, a Mongólia estabeleceu relações diplomáticas com os Estados Unidos. Desde então, tem procurado consolidar um regime político na linha das democracias ocidentais e um sistema de economia de mercado.

A Mongólia vê no Brasil um país em desenvolvimento com importante projeção no plano regional e internacional, dotado de setores industriais e tecnológicos de vanguarda e com potencial para realizar investimentos em seu território, especialmente no setor de mineração. O país ocupou a presidência da Comunidade das Democracias, coalizão intergovernamental para a promoção internacional de "normas e instituições democráticas" e sediou a conferência de 2013 do agrupamento. Em 12 de junho de 2014, a Mongólia instalou embaixada residente em Brasília, a primeira na América do Sul. De nossa parte, a Embaixada do Brasil em Pequim é cumulativa com Ulan Bator.

Em novembro de 2003, o então Primeiro-Ministro Nambaryn Enkhbayar realizou visita ao País, para participar do Congresso Internacional Socialista. Em 2005, visando colher informações sobre a experiência brasileira no setor de mineração, o Vice-Ministro da Indústria e Comércio da Mongólia, Tsagaandari Enhtuvshin, liderou missão ao Brasil, onde firmou um Memorando de Entendimento com a Petrobras.

Em maio de 2007, o Secretário de Estado da Chancelaria mongol, Embaixador Hasbazaryn Behbat, visitou o Brasil, quando foi assinado o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Regular de Consultas Políticas. A primeira reunião do referido mecanismo ocorreu em Brasília, em maio de 2007. As três sessões seguintes tiveram lugar em Ulan Bator, em 2010, e em Brasília, em 2012 e 2014.

Em junho de 2012, o Presidente Tsakhiagiin Elbegdorj visitou o Rio de Janeiro para receber o prêmio *Champions of the Earth* (Campeões da Terra), conferido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

A Mongólia participou, também naquela ocasião, da Conferência Rio+20, sendo que sua delegação foi chefiada pelo Secretário de Estado dos

Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior (Vice-Ministro), Batkhishig Badamdorj.

As reuniões bilaterais com a parte mongol evidenciaram, até o momento, a possibilidade de cooperação nas seguintes áreas: energia e mineração; educação; esportes; agricultura e sanidade animal; e consular.

A Mongólia conta com Cônsul Honorário em São Paulo, e o Brasil indicou cidadã mongol como Cônsul Honorária em Ulan Bator.

Cooperação Bilateral

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

De acordo com dados brasileiros, entre 2005 e 2014, o comércio bilateral entre o Brasil e a Mongólia decresceu 5,1%, passando de US\$ 1,869 milhão para US\$ 1,774 milhão. De 2013 a 2014, contudo, o intercâmbio cresceu 86,9%, em razão do aumento acentuado nas exportações brasileiras. Os fluxos comerciais são, basicamente, os valores registrados das exportações, uma vez que as importações brasileiras da Mongólia são pouco expressivas. O saldo comercial, portanto, é estruturalmente favorável ao Brasil. No último triênio, por exemplo, os superávits foram de US\$ 3,502 milhões (2012); US\$ 680 mil (2013); e US\$ 1,339 milhão (2014). De janeiro a março de 2015 as trocas comerciais entre os dois países se limitaram ao valor de US\$ 163 mil, uma diminuição de 44,2% em comparação ao mesmo período do ano anterior, sem registro de importação brasileira originária daquele país.

As exportações brasileiras destinadas à Mongólia decresceram 16,7% nos últimos dez anos, passando de US\$ 1,869 milhão, em 2005, para US\$ 1,557 milhão, em 2014. Entretanto, entre 2013 e 2014, as vendas aumentaram 91,2%, motivadas pela expansão dos embarques de máquinas e aparelhos elétricos. Entre janeiro e março de 2015, as exportações se limitaram ao valor de US\$ 163 mil, uma diminuição de 43,1%, em relação ao mesmo período de 2014, que pode ser explicada pelo decréscimo nas exportações de caramelos, dropes e pastilhas, e de incubadoras para bebês. Os principais grupos de produtos embarcados para a Mongólia, em 2014, foram: i) açúcares e produtos de confeitaria (valor de US\$ 992,6 mil; equivalentes a 63,7% do total); ii) máquinas e aparelhos elétricos com função própria (US\$ 292,6 mil; 18,8%); iii) aparelhos e instrumentos de medicina (US\$ 164,7 mil; 10,6%); iv) produtos farmacêuticos (US\$ 36,7 mil; 2,4%); e v) calçados (valor de US\$ 24,7 mil; equivalentes a 1,6% do montante total).

Ainda segundo os dados brasileiros, nos últimos dez anos as modestas importações brasileiras originárias da Mongólia tiveram registros bastante diferenciados em cada ano, mantendo-se sempre em níveis muito baixos. O melhor desempenho da série foi referente ao ano de 2012, quando as aquisições somaram US\$ 333 mil. Entre 2013 e 2014, as compras aumentaram

61,2%, motivadas pela expansão das importações de produtos químicos orgânicos. Como mencionado acima, de janeiro a março de 2015, não houve registro de importações brasileiras procedentes da Mongólia. Os principais produtos adquiridos pelo Brasil da Mongólia, em 2014, foram: i) produtos químicos orgânicos (valor de US\$ 205,9 mil; equivalentes a 94,7% do total); ii) minérios, escórias e cinzas (valor de US\$ 6,1 mil; 2,8%); iii) gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais (valor de US\$ 5,2 mil; 2,4% do total).

O cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora da Mongólia em 2014 (fonte: TradeMap/UNCTAD) identificou a existência de potenciais oportunidades para as exportações de segmentos do setor produtivo brasileiro. Com base no Sistema Harmonizado (SH6), os grupos de produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado local seriam: i) automóveis, caminhões, e "*dumpers*"; ii) barras de ferro ou aços, laminadas; iii) construções de ferro ou aço; iv) aviões e helicópteros; v) medicamentos; vi) partes de máquinas para trabalhar minerais sólidos; vii) chocolates e preparações contendo cacau; viii) preparações das indústrias alimentícias; ix) aparelhos receptores de televisão; e x) partes de máquinas de terraplanagem.

ENERGIA E MINERAÇÃO

A energia consumida na Mongólia provém quase inteiramente de combustíveis fósseis – carvão (65,6%) e petróleo (24,8%). O Governo desse país vem promovendo o uso de fontes renováveis de energia e divulgou a meta de alcançar 25% de participação de energias limpas na matriz energética mongol até 2020.

A Mongólia não possui reservas significativas de petróleo ou gás. Sua produção interna (14 mil barris diários, cerca de 0,6% da brasileira), é suficiente para suprir mais de 50% da demanda, de 25 mil barris por dia. A Mongólia não possui, contudo, refinarias, o que exige que o país importe todos os derivados de petróleo que consome.

No que se refere aos recursos minerais, a Mongólia possui reservas de cobre e de minerais não-ferrosos, exploradas em sua maioria por empresas estrangeiras, com destaque para empresas chinesas, que enviam a produção mineral mongol à China por via ferroviária. O país possui, ainda, grandes reservas de ferro e carvão.

O setor de mineração é responsável por cerca de 80% das exportações mongóis, que se direcionam majoritariamente à China (89% do total exportado). Carvão é o principal produto exportado, com 37% do total, seguido por cobre (23%), minério de ferro (13%), petróleo bruto (9,4%) e ouro (4,3%).

A Mongólia possui uma das maiores minas de carvão a céu-aberto do mundo, a Tavan Tolgoi, situada ao sul do país, cujas reservas chegariam a 6,5

bilhões de toneladas. Em 2011, o país promoveu licitação internacional para licenças de exploração da mina, da qual a Vale participou, sem sucesso, em associação com empresas indianas e sul-coreanas. A concorrência envolveu, ainda, outras grandes mineradoras, como as australianas Rio Tinto e BHP Billiton, a norte-americana Peabody Energy, e companhias chinesas, japonesas e russas. A Vale esteve entre as seis finalistas, mas não obteve a concessão.

O Governo mongol vem promovendo a atração de investimentos externos em seu setor de mineração, com a oferta de licenças de exploração em extensas áreas, que somam perto de 20% da extensão total de seu território. Além de conceder licenças a empresas que apresentarem solicitação nesse sentido, o Governo mongol planeja realizar novas licitações internacionais.

Em 2012, a Vale fechou o escritório que mantinha, desde 2004, na Mongólia, por meio de sua subsidiária Tethys Mining. O escritório dedicava-se a atividades de pesquisa para exploração de carvão e níquel. Em 2011,

Apesar disso, as autoridades mongóis têm ressaltado o interesse em contar com a presença da Vale em novas licitações, para reduzir a dependência do país diante de seus tradicionais parceiros.

Em agosto de 2010, o então Ministro de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, estendeu convite ao Ministro de Energia da Mongólia, Dashdorj Zorigt, para que realizasse visita técnica ao Brasil, o qual foi reiterado em abril de 2011. O Ministro Zorigt indicou tentativamente o mês de junho de 2011 para sua missão ao Brasil, mas não pôde realizá-la naquela data, adiando-a *sine die*.

Durante a IV Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Mongólia (Brasília, 09/06/2014), o Governo mongol expressou a intenção de seu Ministro de Mineração, Rentsendoo Jigjid, em visitar o Brasil, o que ainda não se concretizou. Destaque-se que, na Mongólia, o Ministério de Mineração é separado do Ministério de Energia.

Cooperação agrícola

Apesar de ser um país com condições climáticas bastante variadas, a Mongólia tem vasto território e grande potencial para o desenvolvimento agropecuário, o que cria oportunidades de cooperação com o Brasil.

Em outubro de 2011, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre Agricultura e Agroalimentação entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve da Mongólia. O Memorando prevê a criação de Grupo de Trabalho Conjunto (GTC) para aprofundar a cooperação.

Em janeiro de 2012, o lado mongol indicou representantes para o GTC e propôs realizar a primeira reunião na Mongólia, em junho de 2012. Em março de 2012, o MAPA, em razão de restrições orçamentárias, solicitou que o referido encontro fosse realizado no Brasil, em data conveniente para a contraparte mongol. Não houve resposta das autoridades da Mongólia.

Durante a III Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas entre Brasil e Mongólia, realizada em Brasília, em junho de 2012, representantes do MAPA reforçaram o convite para que fosse realizada em Brasília a I Reunião do GTC Agricultura e propuseram que se realizasse visita de técnicos da Mongólia ao Brasil, diante do interesse daquele país nas nossas práticas de controle sanitário e fitossanitário. Segundo o MAPA, a agenda de trabalho poderia incluir áreas como fertilizantes, produção agrícola e reprodução animal, conforme interesse do lado mongol.

Em abril de 2013, à margem da VII Reunião Ministerial da Comunidade das Democracias em Ulan Bator, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Mongólia, Luvsanvandan Bold, manteve encontro com a Chefe da Delegação brasileira, a então Subsecretária-Geral de Assuntos Políticos II, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, e mostrou interesse em visita a Ulan Bator por parte da Adida Agrícola brasileira em Pequim, para tratar do Grupo de Trabalho na área agrícola previsto no Memorando de Entendimento.

Consultado, o MAPA respondeu que a visita não seria possível, uma vez que a Adidância Agrícola em Pequim não possui jurisdição sobre a Mongólia. Aquele órgão reiterou, naquela oportunidade, a disposição de receber missão técnica mongol para conhecer o sistema brasileiro de sanidade animal e vegetal e outras potenciais áreas de cooperação bilateral.

Em junho de 2014, por ocasião da IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia, reiterou-se que as autoridades brasileiras aguardam visita dos órgãos mongóis competentes para realização, em Brasília, da primeira reunião do Grupo de Trabalho estabelecido pelo Memorando de Entendimento.

COOPERAÇÃO INDUSTRIAL

Encontra-se em avaliação, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, proposta mongol de Memorando de Entendimento para cooperação industrial. O instrumento poderá proporcionar troca de informações e de missões para conhecer experiências bem-sucedidas no setor brasileiro, além de estimular a Mongólia no desenvolvimento de seu ainda incipiente setor industrial. Eventual intercâmbio de experiências no setor industrial poderia ter efeito benéfico no fluxo de comércio entre os dois países. Poderia, ainda, suscitar o interesse de empresas brasileiras em investir no país asiático.

EDUCAÇÃO E ESPORTES

Encontra-se em fase final de negociação texto de Acordo de Cooperação Educacional entre Brasil e Mongólia, o qual permitirá que nacionais daquele país participem de programas de nível superior no Brasil.

Na área de esportes, texto de Memorando de Entendimento encontra-se em avaliação no Ministério dos Esportes. Por ocasião da última reunião de

Consultas Políticas (Brasília, junho de 2014), a parte brasileira reiterou a disposição em desenvolver cooperação bilateral em esportes, sobretudo nas modalidades de futebol feminino e esportes equestres. Cumpre ressaltar que treinador mongol participou do Curso Internacional para Treinadores Profissionais de Futebol (São Paulo, maio de 2011), oferecido pelo Governo brasileiro. Na ocasião, a Mongólia manifestou interesse em divulgar o futebol brasileiro em seu país.

A Mongólia informou que gostaria de enviar delegação para os Jogos Mundiais Indígenas, em Palmas, previstos para ocorrer entre 14 e 27 de setembro de 2015.

ACADEMIAS DIPLOMÁTICAS

Encontra-se em negociação Memorando de Entendimento entre Brasil (Instituto Rio Branco) e Mongólia na área de cooperação entre academias diplomáticas.

TEMAS SOCIAIS E COMBATE À POBREZA

Por ocasião da III Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas (2012), a parte brasileira suscitou a possibilidade de iniciar-se cooperação bilateral na área de programas sociais, tendo em vista a experiência brasileira acumulada em segurança alimentar e nutricional, pesca artesanal, desenvolvimento agrário e assistência humanitária, o que foi bem acolhido pela delegação mongol. A parte brasileira encaminhou às autoridades mongóis informações sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o "PAA África", que o Brasil promove no continente africano, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, bem como sobre o Programa Fome Zero.

A Embaixadora da Mongólia no Brasil realizou visita ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em abril de 2015, para conhecer melhor as políticas sociais brasileiras. Tratou-se, no entanto, de contato inicial, não tendo sido formulado pedido de cooperação nessa área.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais para a Mongólia.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

O Brasil concedeu, em 2010, doações humanitárias para a Mongólia, no valor de US\$ 100 mil, por meio do escritório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) naquele país, e de US\$ 350 mil por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em função do severo inverno seguido de período de seca – fenômeno chamado *dzud* –

naquele ano, que afetou populações rurais do país.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Não há histórico recente de atividades de cooperação técnica entre o Brasil e a Mongólia.

Em novembro de 2014, o Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Embaixador Fernando Abreu, recebeu visita da Embaixadora da Mongólia no Brasil, Sosormaa Chuluunbaatar. Na ocasião, o Diretor da ABC esclareceu que o modelo de trabalho da Agência é norteado pelos ideais da cooperação Sul-Sul, alicerçada, contrariamente ao tradicional modelo Norte-Sul, sobre os princípios de reação às demandas dos parceiros ("*demand-driven*"), não-imposição de condicionalidades e respeito à soberania das nações demandantes. Nesse sentido, propôs, que a parte mongol avaliasse a possibilidade de firmar com o Brasil instrumento de cooperação. A Embaixadora da Mongólia manifestou interesse em eventuais treinamentos e seminários promovidos pela ABC, inclusive em parceria com terceiros países, como o Japão ou a Alemanha.

COOPERAÇÃO PARLAMENTAR

O Parlamento da Mongólia, Grande Hural, conta com Grupo de Amizade Brasil-Mongólia, criado em 2008, que tem atualmente 11 membros. Pelo lado brasileiro, o então Deputado Federal João Ananias (PCdoB-CE) obteve, em 2013, as assinaturas necessárias para a apresentação do Projeto de Resolução nº 179/2013, que “Cria o Grupo Parlamentar Brasil – Mongólia”. Após apresentação da proposição em 20/03/2013, foi designado como Relator na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados o Deputado André Vargas (PT-PR), em 16 de abril de 2013. Em 9 de julho de 2013, o parecer favorável do Deputado André Vargas para criação do Grupo Parlamentar Brasil-Mongólia foi aprovado por unanimidade pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. No início de novembro de 2014, o Grupo teve sua criação aprovada na Câmara dos Deputados. Não foi possível, no entanto, constituir o Grupo ainda naquela legislatura, em função, sobretudo, do calendário eleitoral do segundo semestre de 2014.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira na Mongólia é muito reduzida (estimada em cerca de uma dezena de pessoas). O serviço consular brasileiro na Mongólia é realizado pela Seção Consular da Embaixada do Brasil em Pequim, com jurisdição consular sobre toda a Mongólia, e com o apoio do Consulado Honorário do Brasil naquela capital, representado pela Senhora Khulan Zumbee.

Foi concluída, em janeiro de 2015, a negociação do Acordo de

Isenção de Vistos de curta duração para portadores de passaportes comuns entre o Brasil e a Mongólia. Ambos os lados concordaram em que a troca das Notas assinadas seja feita em Brasília, tendo em conta a recente abertura da Embaixada daquele país nesta capital, em junho de 2014. Até a abertura de missão diplomática no Brasil, a Mongólia contava na América Latina apenas com representação em Cuba.

A Mongólia decidiu, em junho de 2014, isentar os cidadãos brasileiros de vistos para entrada, trânsito e estada no território mongol pelo período de até 30 dias. A Parte mongol informou que a decisão é válida até o dia 31 de dezembro de 2015.

Por acordo assinado em 2007, Brasil e Mongólia isentaram portadores de passaporte diplomático e oficial de vistos para estadas de até 90 dias. Para funcionários acreditados, a isenção é pelo prazo da missão.

FOROS MULTILATERAIS

O Brasil apoiou o ingresso da Mongólia no Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL). Por sua vez, a Mongólia apoiou o projeto de resolução "curto" do G-4 (Alemanha, Brasil, Índia, Japão) de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), apresentado em 2005, bem como a defesa da expansão nas duas categorias de membros permanentes daquele órgão das Nações Unidas. A Mongólia integra o L.69 (grupo de países em desenvolvimento que defendem a expansão do CSNU nas duas categorias de membros).

Em 2009, no âmbito das negociações intergovernamentais, a Mongólia declarou apoio a Alemanha, Índia, Japão e países da África e da América Latina, como membros permanentes em um CSNU reformado.

Em novembro de 2013, durante debate anual na Assembleia Geral das Nações Unidas - AGNU sobre reforma do CSNU, representante da Mongólia mencionou apenas Alemanha, Índia e Japão como países do G-4 que devem ser contemplados com assentos permanentes em eventual reforma do Conselho, o que o representante mongol esclareceu, posteriormente, ter sido um lapso.

Cumprе ressaltar que a Mongólia apresentou candidatura a assento não permanente relativo ao mandato 2023-2024. A eleição será realizada em 2022. Até o momento, a Mongólia é candidata única à vaga disponível para os países do Grupo Ásia-Pacífico. O Brasil tem por praxe se manifestar sobre eventual apoio em data mais próxima do pleito, quando o quadro eleitoral se tornará mais claro.

Em 2011, a Mongólia apoiou a candidatura brasileira à Direção-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), José Graziano.

POLÍTICA INTERNA

Antes do fim da União Soviética, o sistema político mongol emulava, em grande medida, a arquitetura do vizinho do norte. Com a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, a Mongólia iniciou transição para um sistema multipartidário e com economia de mercado. Em 1986, as tropas da URSS deixaram o país, e, em 1990, os partidos políticos foram legalizados, realizando-se eleições para o Grande Hural (Parlamento). Em geral, caracteriza-se o ano de 1990 como o da "revolução democrática" no país. Em 1992, foi promulgada a Constituição da Mongólia (em vigor), que estabelece direitos e liberdades civis.

A cena política mongol é composta atualmente pelos seguintes partidos políticos principais:

(i) Partido Democrata da Mongólia (PD): o PD foi formado pela fusão de lideranças políticas e movimentos de proa na chamada revolução democrática de 1990, que pôs fim ao comunismo no país. O atual PD foi fundado em 2000 pela união do Partido Nacional Democrático Mongol e do Partido Social Democrata Mongol. De vertente liberal, é o principal partido do país atualmente. É a agremiação a que pertence o atual presidente, Tsakhiagiin Elbegdorj. O PD participou das seguintes eleições presidenciais:

- 2001: 37,2% dos votos (resultado: derrotado o candidato Mendsaikhany Enkhraikhan)
- 2005: 20,2% dos votos (resultado: derrotado o candidato Radnaasiimbereliin Gonchigdorj)
- 2009: 51,2% dos votos (resultado: eleito T. Elbegdorj)
- 2013: 50,2% dos votos (resultado: eleito T. Elbegdorj)

(ii) Partido Popular Mongol (PPM): Em sua atual versão, o PPM foi criado em 2010 como sucessor do antigo Partido Revolucionário do Povo Mongol, de inspiração leninista, fundado em 1920. Essa força política comunista operou sob o nome PPM até 1924, quando foi rebatizado PRPM. O 26º Congresso do Partido de 2010 decidiu, portanto, retornar ao nome original do partido (PPM). Mais importante que a alteração do nome, o PPM adotou ideário assimilável à social-democracia. Não é alteração menor, tendo em vista tratar-se da única força política da Mongólia durante todo o regime comunista, que operou sob sistema de partido único. Parcela do partido, descontente com a decisão de 2010, formou o PRPM em sua versão atual. O desempenho do PPM nas últimas quatro eleições presidenciais segue a seguir:

- 2001 (como PRPM): 59,2% dos votos (resultado: eleito o candidato Natsagiin Bagabandi)
- 2005 (como PRPM): 54,2% dos votos (resultado: eleito o candidato

Nambaryn Enkhbayar)

- 2009 (como PRPM): 47,4% dos votos (resultado: derrotado o presidente Nambaryn Enkhbayar)

- 2013: 42,5% dos votos (resultado: derrotado o candidato Badmaanyambuugiin Bat-Erdene)

(iii) Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM): no presente, o PRPM reúne os partidários do ex-Presidente Nambaryn Enkhbayar (2005-2009) que, descontente com a divisão do antigo PRPM, fundou novo partido com a mesma sigla. Em sua versão atual, disputou apenas as eleições presidenciais de 2013, quando a Ministra da Saúde Natsagiin Udval, figura próxima a Enkhbayar, recebeu apenas 6,5% dos votos.

Embora de relevância decrescente, a clivagem capital-interior ainda tem importância na política partidária mongol. Com 2,9 milhões de habitantes, a Mongólia tem cerca de 62% da população vivendo nas cidades. O maior centro urbano, a capital Ulan Bator, conta com 950 mil habitantes. Enquanto o PPM mantém bases fortes no interior, inclusive junto à população nômade, o PD concentra sua base de apoio na capital do país. As eleições parlamentares de 2012 indicam que essa divisão no eleitorado é ainda significativa.

Na atual legislatura, os 76 assentos do Grande Hural dividem-se na seguinte proporção: Partido Democrático (PD), 33 parlamentares; Partido do Povo Mongol (PPM), 25 cadeiras; Coalizão Justiça, entre o Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM) e o Partido Nacional Democrata Mongol, 11 assentos; independentes, 4 parlamentares; Partido Verde, 2; e assentos vacantes, 4. Sua distribuição geográfica confirma a maior força do PPM no interior e a supremacia do PD em Ulan Bator.

O atual Primeiro-Ministro, Chimed Saikhanbileg, foi escolhido em novembro de 2014, após conturbado momento político no país que redundou na queda de seu antecessor, Norovyn Altankhuyag. Do mesmo PD do Presidente Elbegdorj, Saikhanbileg foi escolhido com a difícil função de retomar as robustas taxas de crescimento econômico do país, afetadas com a queda dos preços das *commodities* (sobretudo minérios, principal recurso do país) e com o relativo declínio da demanda chinesa (principal mercado para a Mongólia).

Atualmente, o principal tema da agenda interna mongol é a aplicação dos recursos oriundos da mineração, que constituem grande parte do PIB mongol. Depois de crescer 17,3% em 2011, 12,3% em 2012 e 11,6% em 2013, o PIB mongol avançou 7,8% em 2014 e as estimativas para 2015 situam-se em 4,4%. Assunto também considerado importante na agenda política local é o combate à corrupção - o ex-Presidente Enkhbayar foi condenado à prisão. Outras questões como desemprego e inflação são igualmente importantes. A Mongólia registrou, em 2012, taxa de desemprego próxima a 10%. O banco central mongol tem apontado taxa de inflação no acumulado anual entre 12%

(taxa nacional) e 15% (em Ulan Bator).

Com seu território encurtado entre a Rússia e a China, a situação geográfica da Mongólia condicionou historicamente as relações exteriores do país, concentradas na parceria com os dois vizinhos. Se, no período comunista, a parceria com a União Soviética era o aspecto preponderante das relações exteriores, desde a abertura do país, a China tornou-se seu parceiro preferencial. Das exportações mongóis, mais de 61% são destinadas à China, contra cerca de 15% para a Rússia (dados do Ministério do Comércio da Mongólia, 2014).

Nas duas últimas décadas, a Mongólia tem procurado diversificar suas parcerias, explorando a inserção em diferentes sistemas sub-regionais asiáticos, em especial as relações com as duas Coreias, com a Ásia Central (aderiu à Organização para Cooperação de Xangai, como membro observador em 2004), e com os países da ASEAN (aderiu, em 2005, ao Tratado de Cooperação e Amizade no Sudeste Asiático). Tem buscado, também, ampliar seus canais de contato com outras regiões do mundo, na linha da política de "terceiros vizinhos", além de uma participação mais ativa em organismos multilaterais.

Desde 2011, a Mongólia estabeleceu relações diplomáticas com catorze países, elevando para 164 o número de países-membros da ONU com os quais mantém relações diplomáticas (em abril de 2015, foi anunciado o estabelecimento de relações diplomáticas com Camarões, o que eleva o número para 165). Em 2012, tornou-se membro pleno da Organização para a Cooperação e a Segurança na Europa (OSCE). Naquele ano, o presidente mongol visitou Alemanha, Quirguistão, Noruega, Brasil (visita particular) e Suécia e compareceu aos encontros do Movimento dos Não-Alinhados, da Cúpula Ásia-Europa e da Organização de Cooperação de Xangai (OCX). Em 2013, o líder mongol compareceu à 68ª AGNU e recebeu visitas de diversas autoridades governamentais estrangeiras, como o Primeiro-Ministro do Japão e os Presidentes da Hungria, Turquia, Rússia e China, além do Presidente da OSCE. O país sediou o Fórum Internacional sobre a Liderança da Mulher e a VII Reunião Ministerial da Comunidade das Democracias (CD), em Ulan Bator, em 2013. Em 2012, a AGNU aprovou, por unanimidade, a primeira resolução sobre "Educação para a Democracia", apresentada pela Mongólia. A 10ª Reunião de Cúpula Euro-Asiática (ASEM) de 2014 escolheu a Mongólia como sede de sua 11ª edição, em 2016.

A Rússia, seu principal fornecedor de energia, continua a constituir prioridade da política externa mongol. Por outro lado, a presença chinesa tem-se ampliado significativamente. Em 2011, China e Mongólia estabeleceram Parceria Estratégica. Ressalte-se que a Mongólia é detentora de grandes reservas minerais e tem grande potencial pecuário, dois setores muito

valorizados pela demanda chinesa. O país busca também receber investimentos chineses na área de mineração.

O estreitamento das relações com os Estados Unidos tem constituído outra via explorada pela Mongólia. Após os atentados de 11 de setembro de 2001, ofereceu-se como base de apoio para projeção militar norte-americana na Ásia Central, facilitando sobrevoos em seu território e locais de treinamento para contingentes da coalizão. A Mongólia também contribuiu com efetivos para a intervenção no Iraque. Recorda-se que, em sua região, a Mongólia integra dois importantes agrupamentos ligados ao tema de segurança: a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), como país-observador; e o Fórum Regional da Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN (fórum para assuntos de defesa), como membro pleno.

Em razão de suas boas relações com as duas Coreias, busca também contribuir para a questão da Península Coreana. Neste sentido, sediou duas reuniões intercoreanas e um encontro de representantes das Conversações Hexapartites sobre Desnuclearização da Península Coreana. Vale ressaltar que a Mongólia se declarou "Estado livre de armas nucleares", algo de grande relevância para o contexto do Nordeste Asiático. No plano extrarregional, a Mongólia é país-membro do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), desde 2010, e participou da V Reunião Ministerial do FOCALAL em Buenos Aires, em agosto de 2011. Além disso, a Mongólia apresentou sua candidatura a assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, para o biênio 2023- 2024.

Impulsionada por sua abundante riqueza mineral, a Mongólia beneficiou-se, nos últimos anos, do *boom* das *commodities*, o que se refletiu em elevadas taxas de crescimento.

Apesar de um aumento substancial da produção mineradora, o crescimento do produto interno bruto (PIB) da Mongólia caiu de 11,74%, em 2013, para 9,1%, em 2014. O investimento direto estrangeiro caiu em relação aos anos anteriores, e o estímulo monetário que manteve um crescimento elevado em 2013 tornou-se cada vez mais difícil de se manter diante da pressão de inflação e do déficit na balança de pagamentos. A entrada em funcionamento do complexo de mineração de cobre e ouro da mina de Oyu Tolgoi foi responsável pelo notável crescimento do setor de mineração mongol de 24,2%, em 2014, a despeito de uma queda de 16,3% na produção de carvão do país.

A mina de Oyu Tolgoi, desenvolvida em *joint venture* pela australiana Rio Tinto e pelo Governo da Mongólia, é o maior empreendimento econômico da história da Mongólia. Espera-se que em seu pico de produção responda por até 30% do PIB do país, o que se por um lado pode ajudar a manter o forte crescimento econômico dos últimos anos, por outro lado pode torná-lo demasiadamente suscetível à variação no preço das *commodities* minerais. A despeito do crescimento da produção mineral, a previsão para os próximos anos é de desaceleramento moderado do ritmo do crescimento da economia mongol, em função dos ajustes das políticas fiscal e monetária do país com vistas à contenção da inflação.

Nos últimos dez anos, as exportações mongóis de bens cresceram 460%, passando de US\$ 950 milhões em 2005, para US\$ 5,321 bilhões, em 2014. No ano passado, as exportações da Mongólia assinalaram crescimento de 36,7% sobre os valores de 2013. A China é, de longe, o principal mercado para os produtos mongóis, muito em função do elevado grau de complementaridade das respectivas pautas e da proximidade geográfica, com fronteira comum. Dessa forma, em 2014, a China absorveu 95,4% do total das vendas externas da Mongólia. Seguem, como demais parceiros, a Itália (1,1% do total) e a Rússia (0,8%). O Brasil ocupou a 34ª posição entre os destinos dos produtos mongóis, com participação discreta. Conforme já salientado, a pauta de exportações mongol mostra alta concentração em produtos minerais e, portanto, em 2014, foram os seguintes os principais grupos de produtos ofertados pelo país: minérios (60,6% de participação no total); combustíveis e lubrificantes (28,1%); ouro e pedras preciosas (7,6%).

Entre 2005 e 2014, as importações mongóis cresceram 498%, tendo subido de US\$ 1,218 bilhão para US\$ 5,225 bilhões no período. De 2013 para 2014, entretanto, as importações caíram 16,3%. Os principais fornecedores da

Mongólia em 2014 foram: China (42,4% de participação no total); Rússia (27,8%); Coreia do Sul (6,6%); Japão (6,3%); Estados Unidos (3,1%); Alemanha (3,0%); Cazaquistão (1,1%). O Brasil, por sua vez, foi o 42º fornecedor, com participação de 0,03% no total das compras mongóis no exterior. Em relação à composição da demanda, foram os seguintes os principais grupos de produtos importados pelo país, em 2014: combustíveis e lubrificantes (26,0% de participação); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (12,3%); veículos e autopeças (9,5); máquinas e instrumentos elétricos (6,5%); obras de ferro ou aço (5,4%); ferro fundido, ferro ou aço (3,8%); plásticos e manufaturas de plástico (2,3%); cimento, sal e pedras (2,0%); instrumentos médicos e de precisão (1,7%); borracha e manufaturas de borracha (1,6%).

Após mostrar resultados deficitários por sete anos consecutivos, o saldo da balança em transações comerciais de bens alcançou superávit de US\$ 96 milhões em 2014. O superávit obtido pelo país ano passado é reflexo tanto do fortalecimento da oferta mongol, com o aumento da produção mineral exportadora do país, quanto do decréscimo registrado pela demanda de importações da Mongólia.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1206	Constitui-se como Estado a partir de tribos nômades de etnia mongol.
1206 a 1263	Após a unificação das tribos mongóis, Genghis Khan lança uma campanha para conquista. Seus filhos e netos criam um dos maiores impérios da história em extensão territorial.
1267-1368	Enfraquecido pela desunião, o império implode. Tropas Ming expulsam os mongóis de Dadu - atual Pequim.
1380	A Região do Império denominada "Horda de Ouro" é derrotada pelo Príncipe russo Dmitriy Donskoy. Tropas Ming destroem a capital mongol, Karakorum.
1636	Início do Domínio Manchu: O império Manchu (Qing) conquista os mongóis do sul, criando a Mongólia Interior (<i>Inner Mongolia</i>)
1691	O império Qing oferece proteção para os mongóis do norte, criando a Mongólia Exterir (<i>Outer Mongolia</i>)
1727	O Tratado de Kyakhta fixa a fronteira ocidental entre a Rússia e os impérios Manchu, confirmando o domínio Qing sobre a Mongólia e Tuva.
1911	A dinastia Qing cai e a Mongólia Externa declara a sua independência. Rússia e a República da China reconhecem sua autonomia.
1919	O exército chinês ocupa a Mongólia Externa.
1920	Revolucionários mongóis fundam o Partido Popular da Mongólia e fazem contato com os bolcheviques na Sibéria.
1921	Com o apoio do Exército Vermelho, revolucionários mongóis expulsam as forças chinesas e czaristas e instalam o "Governo Popular Mongol."
1924	O Partido Popular escolhe o modelo lenista de "caminho para o socialismo cortornando o capitalismo" e renomeia o próprio Partido como Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM). A República Popular da Mongóli é proclamada.
1928 a 1932	"Direitistas" que defendem a iniciativa privada são depostos. "Esquerdistas" que defendem comunas são depostos. A "rebelião contra-revolucionária" contra o confisco de propriedade do mosteiro é suprimida.
1937	O primeiro-ministro da Mongólia Genden é preso na União Soviética (URSS) e acusado de espionagem para o Japão. O Ministro da Guerra Marshal Demid é envenenado a bordo de trem Trans-Siberiano.

1939	As tropas soviéticas e da Mongólia comandadas pelo general Zhukov derrotam uma invasão por forças japonesas na Batalha de Khalkhyn Gol.
1945 e 1946	Conferência de Yalta preserva o <i>status quo</i> - o controle soviético - na Mongólia. Mongóis votam pela independência em um plebiscito das Nações Unidas. A Mongólia é reconhecida pela República da China.
1949 a 1955	São estabelecidas relações com a República Popular da China. Ferrovia ligando a Rússia e a China é construída na Mongólia.
1961-1963	Conselho de Segurança da ONU aprova a adesão da Mongólia à ONU. Relações diplomáticas estabelecidas com o Reino Unido.
1966	O Secretário-Geral do Partido Comunista Soviético, Brejnev, assina um tratado de amizade em Ulan Bator permitindo permanência secreta de tropas soviéticas na Mongólia.
1973-1981	Mongólia acusa China de planejar anexação, protestos contra líderes chineses pedem a retirada das tropas soviéticas, acusam a China de "intenções agressivas" e expulsam alguns residentes chineses.
1984	O Secretário-Geral do partido Tsedenbal, chefe de Estado desde 1974, é forçado a sair do cargo pelo Politburo.
1986	O discurso de Gorbachev, em Vladivostok, abre caminho para <i>détente</i> com a China e a retirada das tropas soviéticas da Mongólia.
1990	Democracia: Protestos forçam a renúncia do Politburo PRPM. Os partidos políticos são legalizados. As eleições para o Grande Hural (Parlamento) são vencidas pelo PRPM, mas 19 das 50 cadeiras da nova legislatura vão para os não-comunistas.
1992	A nova Constituição da Mongólia dá prioridade aos direitos e liberdades civis. Nas primeiras eleições democráticas, o PRPM ganha 71 dos 76 assentos na nova unicameral Grande Hural.
1993	As primeiras eleições diretas para presidente são vencidas por Ochirbat, indicado pelos Nacionais e Sociais Democratas.
1996	Os Nacionais e Sociais Democratas ganham 50 cadeiras nas eleições para o Grande Hural.
1997	O candidato Bagabandi do Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM) vence a eleição presidencial.
2000	Depois de os democratas formarem três novos governos em

	dois anos, o PRPM ganha 72 cadeiras nas eleições do Grande Hural. Os Nacionais e Sociais Democratas além de três outros partidos formam um novo Partido Democrata.
2001	Fevereiro – A ONU lança apelo por US\$ 8,7 milhões para apoiar os pastores que sofrem nas piores condições de inverno em mais de 50 anos. Maio – O Presidente Bagabandi é reeleito. Outubro – O FMI aprova quase US\$ 40 milhões em empréstimos a juros baixos para os próximos três anos para ajudar combater a pobreza e impulsionar o crescimento econômico.
2002	Em novembro, ocorre visita do Dalai Lama. China tenta influenciar líderes mongóis no sentido de impedir a visita do líder espiritual tibetano.
2003	Em julho, é anunciado que 200 soldados serão enviados ao Iraque para contribuir para a manutenção da paz.
2004	Junho a agosto – Eleições Parlamentares: a oposição tem um forte desempenho que resulta em um impasse político e em resultados contestados. Tsakhiagiin Elbegdorj é nomeado Primeiro-Ministro seguindo o acordo de partilha de poder.
2005	Março a abril – Na capital, manifestantes pedem a renúncia do governo e um fim da pobreza e da corrupção oficial. Maio – O candidato do PRPM, Nambaryn Enkhbayar, vence a eleição presidencial. Novembro – O presidente George W Bush se torna o primeiro presidente dos EUA a visitar a Mongólia.
2006	Em janeiro, o governo de coligação liderado por Tsakhiagiin Elbegdorj cai após o PRPM se retirar, culpando a liderança pelo crescimento econômico lento. O Parlamento escolhe Miyeegombo Enkhbold do PRPM como o novo Primeiro-Ministro.
2007	Em novembro, o Primeiro-Ministro Miyeegombo Enkhbold renuncia, substituído por Sanjagiin Bayar.
2008	Em julho, o presidente Enkhbayar declara estado de emergência para conter motins na capital, que deixaram cinco mortos e centenas de feridos.
2009	Maio – O ex-Primeiro-Ministro e candidato do Partido Democrático, de oposição, Tsakhiagiin Elbegdorj, ganha a eleição presidencial, derrotando o rival Nambaryn Enkhbayar por margem estreita. O PRPM no governo aceita o resultado. Outubro – O Primeiro-Ministro Sanjagiin Bayar do PRPM

	renuncia por motivos de saúde. O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior, Sukhbaataryn Batbold, o sucede.
2010	Fevereiro - O frio extremo dizima rebanhos. A Organização das Nações Unidas lança programa assistencial aos trabalhadores rurais. Abril – Primeiro-Ministro Sukhbaataryn Batbold assume como chefe de governo. Novembro – O Partido Revolucionário Popular da Mongólia reverte seu nome para Partido Popular da Mongólia, dos tempos do comunismo. O Ex-Presidente Nambaryn Enkhbayar funda pequeno partido separatista Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM).
2012	Junho – Eleições parlamentares. Partido Democrata consegue a maioria das cadeiras e forma uma coalizão com o Partido Revolucionário do Povo Mongol. Noroviin Altankhuyag assume como Primeiro-Ministro, Luvsanvandan Bold (Ministro dos Negócios Estrangeiros), Davaajav Gankhuyag (Ministro de Mineração) e mais 12 ministros. Agosto – O ex-Presidente Nambaryn Enkhbayar é condenado a quatro anos de prisão por corrupção. Dezembro – O Partido Revolucionário do Povo Mongol ameaça deixar coalizão de governo em protesto contra a sentença de prisão do seu ex-líder Enkhbayar.
2013	Lançamento do "Ulaanbaatar Dialogue on Northeast Asia Security" (março). Maio – Candidato do Partido Democrático e Presidente da República, Tsakhiagiin Elbegdorj é reeleito Presidente.
2014	Nomeação de novo Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Chimed Saikhanbileg (dezembro). Nomeação de novo Ministro dos Negócios Estrangeiros: Lundeg Purevsuren (dezembro).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1987	Estabelecimento de relações diplomáticas (27 de junho).
2003	Visita do Primeiro-Ministro Nambaryn Enkhbayar, para participar do Congresso Internacional Socialista.
2005	Abertura do Consulado Honorário da Mongólia em São Paulo. Visita do Vice-Ministro da Indústria e Comércio da Mongólia, Tsagaandari Enhtuvshin, ao Brasil (Rio de Janeiro e Brasília). Na ocasião, firmaram-se Memorandos de Entendimento com o Ministério das Minas e Energia e com a Petrobras.
2007	Abertura do Consulado Honorário do Brasil em Ulan Bator (23 de abril). Assinatura de Acordo sobre isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas (3 de maio). I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia, em Brasília (3 de maio).
2008	Criação do Grupo Brasil-Mongólia, no Parlamento mongol.
2010	Brasil doa US\$ 100 mil ao fundo de resposta humanitária do UNICEF, destinados à assistência às vítimas do inverno na Mongólia. II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia (24 de junho), em Ulan Bator.
2011	Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve (MOFA) (outubro)
2012	Visita privada do Presidente da Mongólia, Tsakhiagiin Elbegdorj, ao Rio de Janeiro, para receber o prêmio <i>Champions of Earth</i> , do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUM (Rio de Janeiro, 1º de junho). III Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia (Brasília, 15 de junho). Participação do Secretário de Estado do Ministério de Negócios Estrangeiros da Mongólia, Batkhishig Badamdorj, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 (Rio de Janeiro, 21 de junho).
2013	Visita do Embaixador do Brasil, como Representante da Sra Presidenta da República, a Ulan Bator para cerimônias de posse do Presidente Tsakhiagiin Elbegdorj.
2014	IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia, em Brasília (junho). Abertura da Embaixada da Mongólia em Brasília (junho).

ATOS BILATERAIS

Título	Celebração	Publicação no Diário Oficial da União (D.O.U.)
Acordo sobre Isenção Mútua de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	03/05/2007	DOU Nº 31 de 15/02/2008

Não há acordos bilaterais atualmente em tramitação.

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos da Mongólia

Indicador	2012	2013	2014 ⁽¹⁾	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾
Crescimento real (%)	12,40%	11,74%	9,10%	8,44%	7,95%
PIB nominal (US\$ bilhões)	10,32	11,52	11,73	12,22	12,98
PIB nominal "per capita" (US\$)	3.635	3.996	4.008	4.116	4.305
PIB PPP (US\$ bilhões)	23,62	26,79	29,71	32,82	36,09
PIB PPP "per capita" (US\$)	8.318	9.293	10.157	11.052	11.975
População (milhões de habitantes)	2,84	2,88	2,93	2,97	3,01
Desemprego (%)	8,20	10,40	8,77	9,12	9,43
Inflação (%)	14,22%	11,19%	15,83%	11,17%	7,14%
Saldo em transações correntes (US\$ bilhões)	-3,36	-3,19	-1,65	-1,84	-2,07
Câmbio (Tg / US\$)	3,930,3	2,095,8	1,273,1	n.d.	n.d.

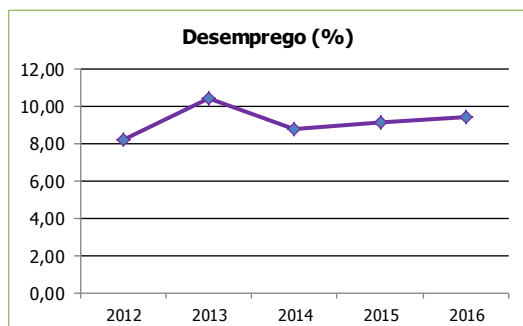
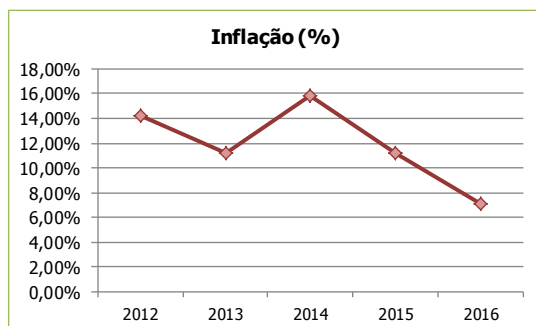
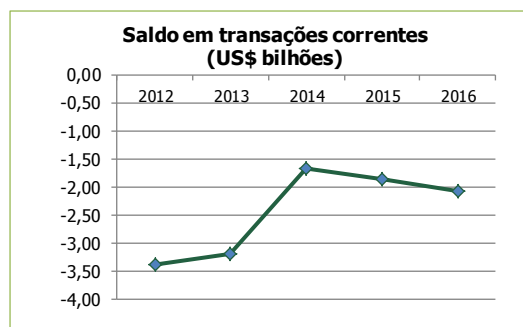
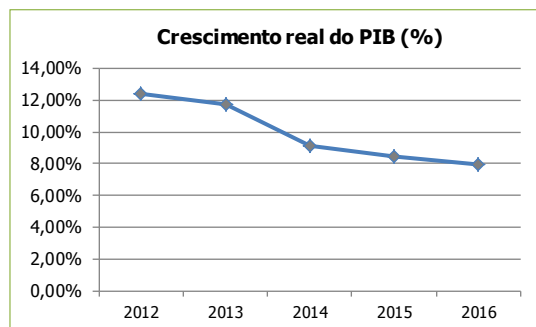
Origem do PIB (2013 estimativa)

Agricultura	16,5%
Indústria	32,6%
Serviços	50,9%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, October 2014.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(n.d.) Dado não disponível.



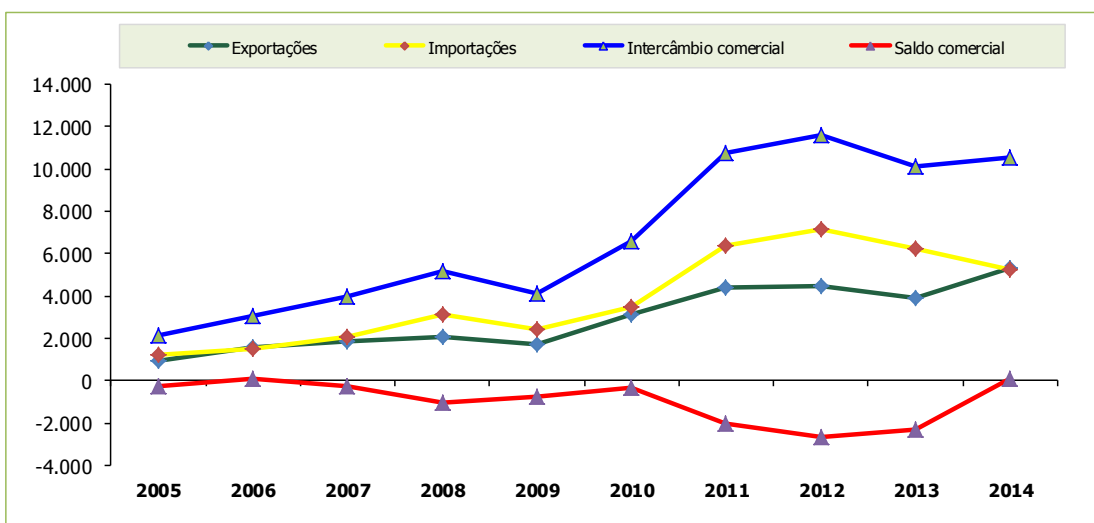
Evolução do Comércio Exterior da Mongólia⁽¹⁾
US\$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	950	8,6%	1.218	16,8%	2.167	13,0%	-268
2006	1.603	68,8%	1.485	22,0%	3.088	42,5%	118
2007	1.851	15,4%	2.091	40,8%	3.942	27,6%	-241
2008	2.057	11,1%	3.105	48,5%	5.162	31,0%	-1.048
2009	1.687	-18,0%	2.428	-21,8%	4.115	-20,3%	-740
2010	3.118	256,4%	3.477	233,5%	6.595	244,0%	-359
2011	4.387	40,7%	6.385	83,6%	10.772	63,3%	-1.998
2012	4.476	2,0%	7.146	11,9%	11.622	7,9%	-2.670
2013	3.894	-13,0%	6.241	-12,7%	10.135	-12,8%	-2.347
2014	5.321	36,7%	5.225	-16,3%	10.547	4,1%	96
Var. % 2005-2014	460,3%	---	498,5%	---	428,6%	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



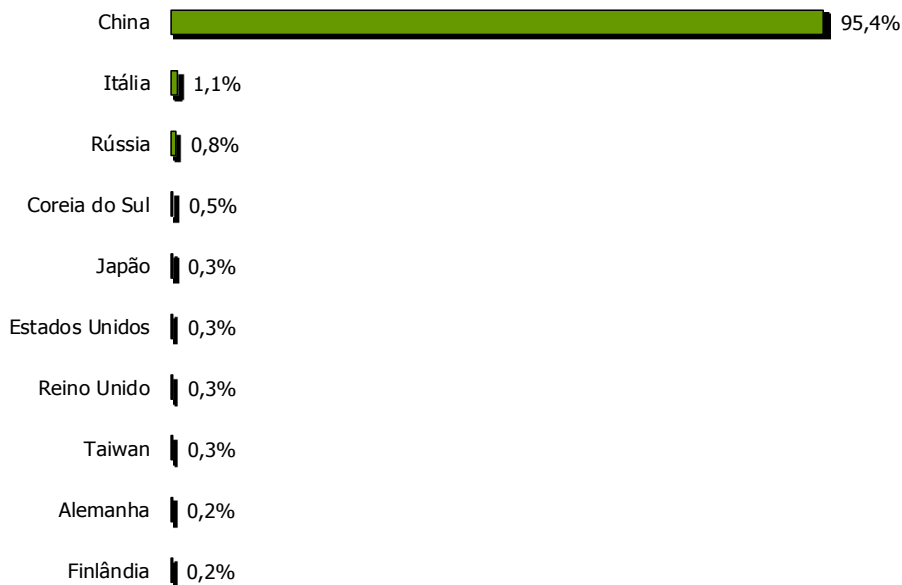
Direção das Exportações da Mongólia
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4⁽¹⁾	Part.% no total
China	5.079	95,4%
Itália	56	1,1%
Rússia	40	0,8%
Coreia do Sul	24	0,5%
Japão	17	0,3%
Estados Unidos	16	0,3%
Reino Unido	16	0,3%
Taiwan	15	0,3%
Alemanha	10	0,2%
Finlândia	8	0,2%
...		
<i>Brasil (34ª posição)</i>	<i>0,0002</i>	<i>0,0%</i>
Subtotal	5.281	99,2%
Outros países	40	0,8%
Total	5.321	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações



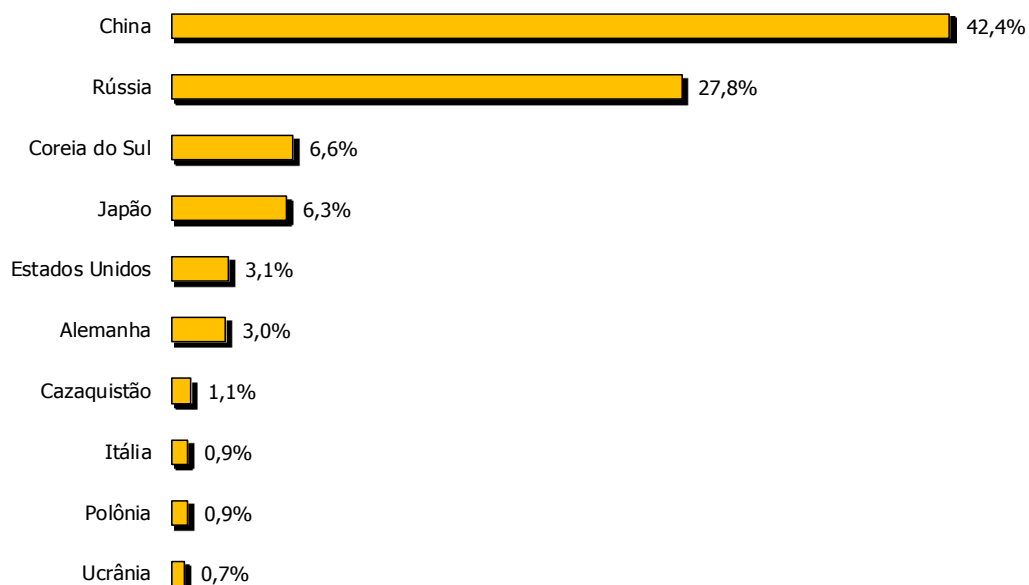
Origem das Importações da Mongólia
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4⁽¹⁾	Part.% no total
China	2.216	42,4%
Rússia	1.453	27,8%
Coreia do Sul	347	6,6%
Japão	328	6,3%
Estados Unidos	164	3,1%
Alemanha	156	3,0%
Cazaquistão	58	1,1%
Itália	47	0,9%
Polônia	47	0,9%
Ucrânia	38	0,7%
...		
Brasil (42ª posição)	2	0,03%
Subtotal	4.856	92,9%
Outros países	370	7,1%
Total	5.225	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais origens das importações



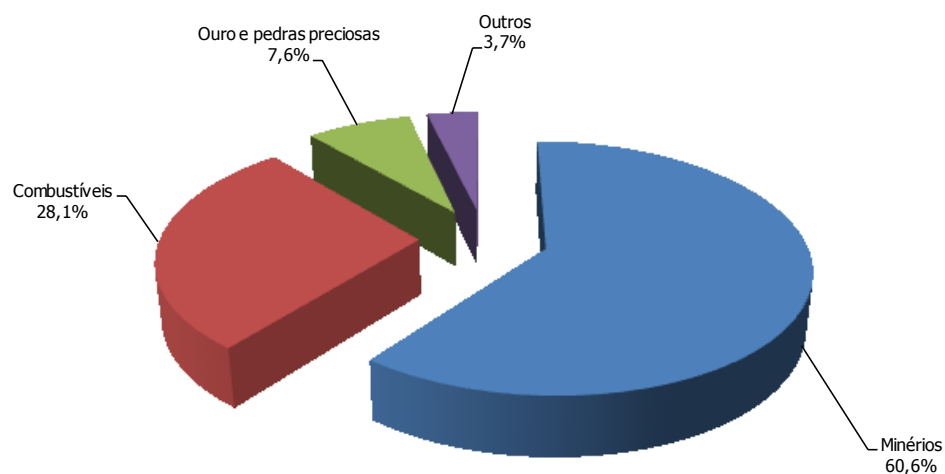
Composição das exportações da Mongólia US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4 ⁽¹⁾	Part.% no total
Minérios	3.223	60,6%
Combustíveis	1.496	28,1%
Ouro e pedras preciosas	406	7,6%
Subtotal	5.125	96,3%
Outros	196	3,7%
Total	5.321	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos exportados



Composição das importações da Mongólia

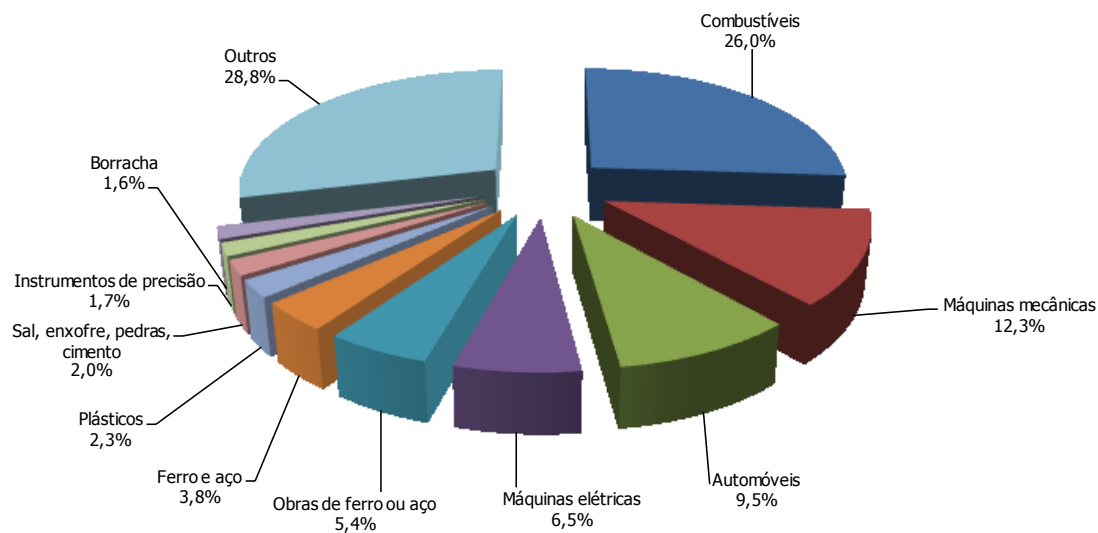
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4 ⁽¹⁾	Part.% no total
Combustíveis	1.361	26,0%
Máquinas mecânicas	644	12,3%
Automóveis	497	9,5%
Máquinas elétricas	341	6,5%
Obras de ferro ou aço	283	5,4%
Ferro e aço	198	3,8%
Plásticos	120	2,3%
Sal, enxofre, pedras, cimento	103	2,0%
Instrumentos de precisão	89	1,7%
Borracha	84	1,6%
Subtotal	3.720	71,2%
Outros	1.505	28,8%
Total	5.225	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Mongólia
US\$ mil, fob

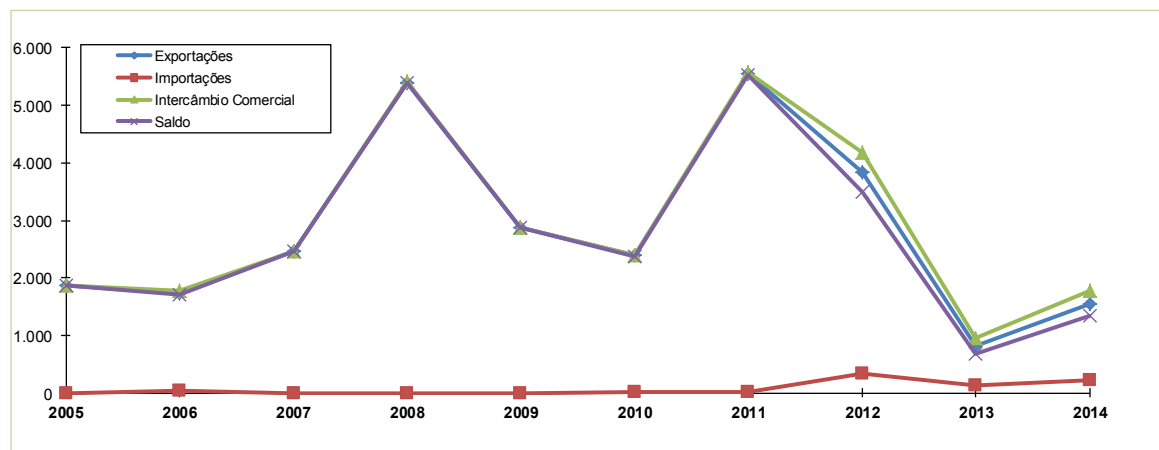
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	1.869	44,9%	0,00%	0	n.a.	0,00%	1.869	(+)	0,00%	1.869
2006	1.744	-6,7%	0,00%	43	n.a.	0,00%	1.788	-4,4%	0,00%	1.701
2007	2.467	41,4%	0,00%	2	-96,2%	0,00%	2.468	38,1%	0,00%	2.465
2008	5.401	118,9%	0,00%	3	53,0%	0,00%	5.403	118,9%	0,00%	5.398
2009	2.878	-46,7%	0,00%	0,1	-97,8%	0,00%	2.878	-46,7%	0,00%	2.878
2010	2.386	-17,1%	0,00%	16	(+)	0,00%	2.402	-16,5%	0,00%	2.371
2011	5.546	132,4%	0,00%	15	-1,3%	0,00%	5.562	131,5%	0,00%	5.531
2012	3.835	-30,8%	0,00%	333	(+)	0,00%	4.168	-25,1%	0,00%	3.502
2013	814	-78,8%	0,00%	135	-59,5%	0,00%	949	-77,2%	0,00%	680
2014	1.557	91,2%	0,00%	217	61,2%	0,00%	1.774	86,9%	0,00%	1.339
2015 (jan-mar)	163	-43,1%	0,00%	0	#####	0,00%	163	-44,2%	0,00%	163
Var. % 2005-2014	-16,7%	---	---	#DIV/0!	---	---	-5,1%	---	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb, Abril de 2015.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.a.) Critério não aplicável.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

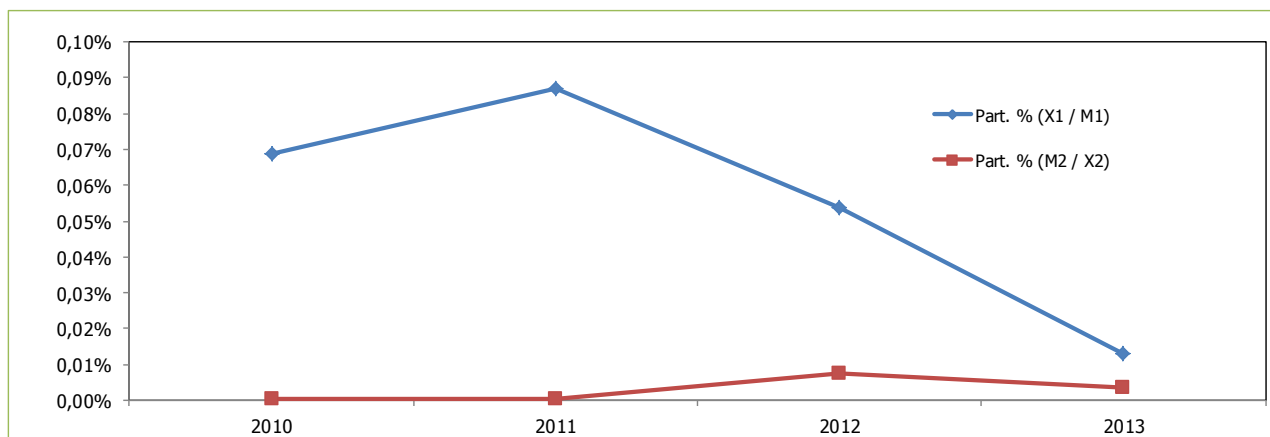


Part. % do Brasil no Comércio da Mongólia⁽¹⁾
US\$ mil

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para a Mongólia (X1)	2.386	5.546	3.835	814	1.557	-34,8%
Importações totais da Mongólia (M1)	3.477.416	6.385.176	7.146.067	6.240.979	5.225.208	50,3%
Part. % (X1 / M1)	0,07%	0,09%	0,05%	0,01%	0,03%	-56,6%
Importações do Brasil originárias da Mongólia (M2)	16	15	333	135	217	1288,0%
Exportações totais da Mongólia (X2)	3.117.943	4.387.252	4.475.810	3.893.627	5.321.367	70,7%
Part. % (M2 / X2)	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%	713,3%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.

(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

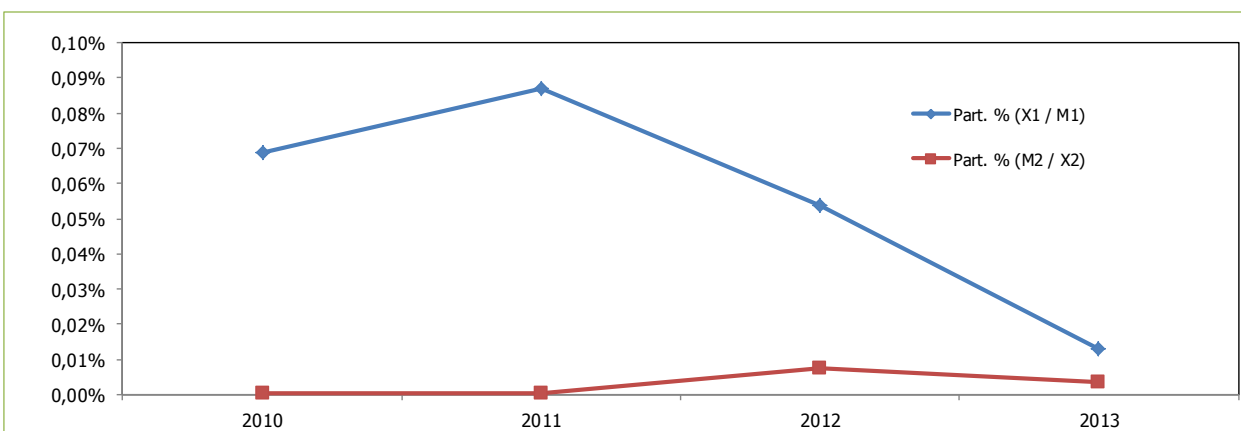


Part. % do Brasil no Comércio da Mongólia⁽¹⁾
US\$ mil

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para a Mongólia (X1)	2.386	5.546	3.835	814	1.557	-34,8%
Importações totais da Mongólia (M1)	3.477.416	6.385.176	7.146.067	6.240.979	5.225.208	50,3%
Part. % (X1 / M1)	0,07%	0,09%	0,05%	0,01%	0,03%	-56,6%
Importações do Brasil originárias da Mongólia (M2)	16	15	333	135	217	1288,0%
Exportações totais da Mongólia (X2)	3.117.943	4.387.252	4.475.810	3.893.627	5.321.367	70,7%
Part. % (M2 / X2)	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%	713,3%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.

(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

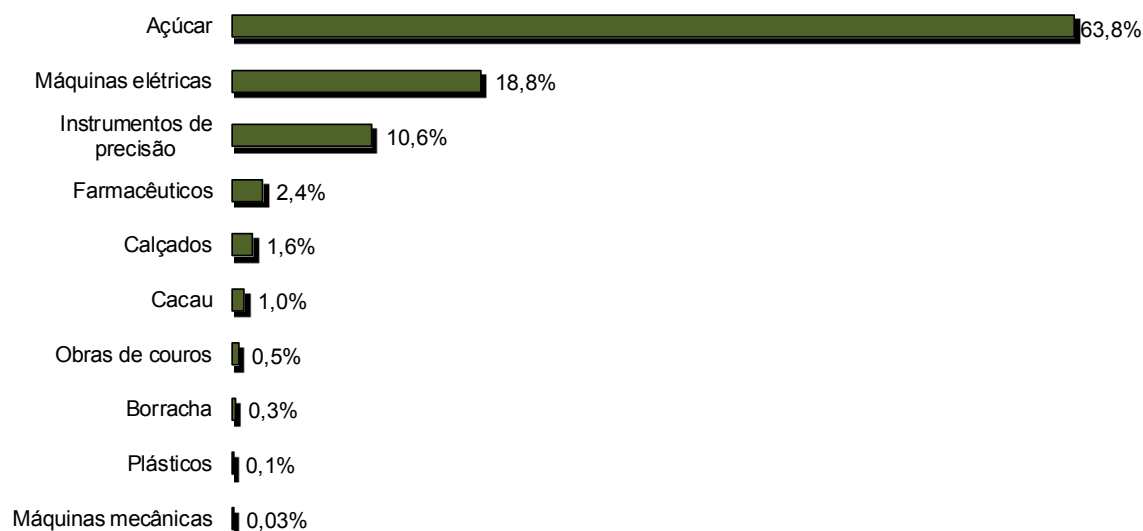


Composição das exportações brasileiras para a Mongólia
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	682,0	17,8%	664,0	81,5%	993,0	63,8%
Máquinas elétricas	0,0	0,0%	9,0	1,1%	293,0	18,8%
Instrumentos de precisão	6,0	0,2%	17,0	2,1%	165,0	10,6%
Farmacêuticos	37,0	1,0%	27,0	3,3%	37,0	2,4%
Calçados	58,0	1,5%	57,0	7,0%	25,0	1,6%
Cacau	6,0	0,2%	10,0	1,2%	15,0	1,0%
Obras de couros	26,0	0,7%	22,0	2,7%	8,0	0,5%
Borracha	0,0	0,0%	0,0	0,0%	4,0	0,3%
Plásticos	3,0	0,1%	0,5	0,1%	1,0	0,1%
Máquinas mecânicas	3.007,0	78,4%	0,0	0,0%	0,5	0,03%
Subtotal	3.825,0	99,7%	806,5	99,0%	1.541,5	99,0%
Outros produtos	10,2	0,3%	7,9	1,0%	15,4	1,0%
Total	3.835,2	100,0%	814,4	100,0%	1.556,9	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

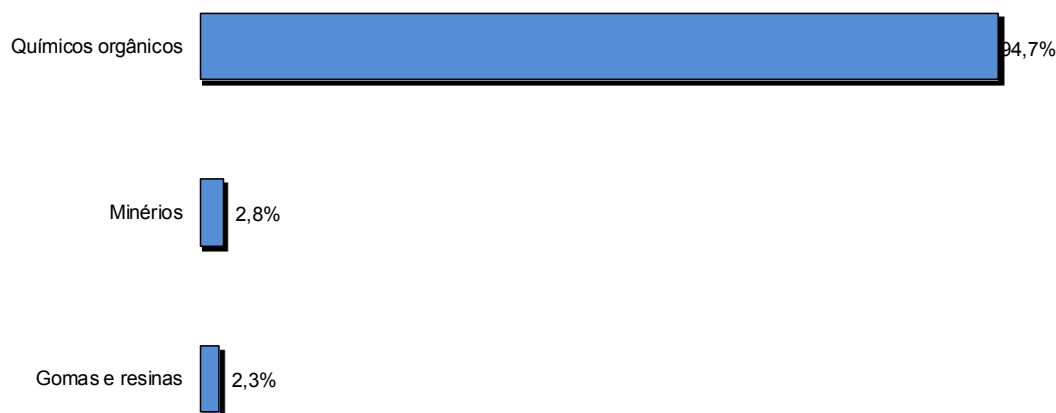


Composição das importações brasileiras originárias da Mongólia
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Químicos orgânicos	200	60,1%	99	73,4%	206	94,7%
Minérios	5	1,5%	2	1,5%	6	2,8%
Gomas e resinas	0	0,0%	0	0,0%	5	2,3%
Subtotal	205	61,6%	101	74,9%	217	99,8%
Outros produtos	128	38,4%	34	25,1%	0	0,2%
Total	333	100,0%	135	100,0%	217	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
Exportações					
Açúcar	197	68,8%	150	92,1%	
Cacau	10	3,5%	12	7,4%	
Instrumentos de precisão	75	26,2%	1	0,4%	
Subtotal	282	98,4%	163	99,9%	
Outros produtos	4	1,6%	0	0,1%	
Total	286	100,0%	163	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015				
Importações				
Minérios	5,3	98,9%	0,0	0,0%
Subtotal	5,3	98,9%	0,0	0,0%
Outros produtos	0,1	1,1%	0,0	0,0%
Total	5,4	100,0%	0,0	0,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.